



2020



Tribunal Regional Eleitoral
do Pará



Relatório de
GESTÃO



**Tribunal Regional Eleitoral
do Pará**

Presidência

Desembargador Roberto Gonçalves de Moura (2019/2020)
Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento (2021/2022)

Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento (2019/2020)
Desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior (2021/2022)

Juízes Membros

Sérgio Wolney de Oliveira Batista Guedes
Álvaro José Norat de Vasconcelos
Edmar Silva Pereira
Luzimara Costa Moura
Cargo Vago

Diretor-Geral

Osmar Nelson Ellery Frota (2019/2020)
Felipe Houat de Brito (2021/2022)

Fotos Capa

Concurso de Fotografias: “Desafios das Eleições 2020 no Pará”
Alessandro de Sousa Santos – Vencedor (foto canto superior direito)
Felipe dos Anjos Medeiros – Participante (foto lado esquerdo)
Arquivo TRE-PA (foto central)

2020

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
Rua João Diogo, 288 – Campina – 66015-902 – Belém – PA
<https://www.tre-pa.jus.br>

Nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição da República, este Tribunal Regional Eleitoral do Pará apresenta o Relatório de Gestão do exercício de 2020 aos órgãos de controle e à sociedade brasileira. Elaborado pela Diretoria Geral, com apoio do Gabinete de Estratégia e demais unidades deste Regional, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 84/2020, a DN-TCU nº 187/2020 e das orientações da unidade de auditoria interna contidas no processo SEI nº 0009552-51.2020.6.14.8000.



2020



Tribunal Regional Eleitoral
do Pará



Relatório de
GESTÃO

SUMÁRIO

Mensagem do Presidente	8	Planejamento Estratégico	27
Mensagem da Presidente	9	Principais Objetivos Estratégicos e Planos para implementar as prioridades	27
Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo	10	Iniciativas estratégicas por macrodesafio	27
O Tribunal Regional Eleitoral do Pará	11	Iniciativas Estratégicas por macrodesafio concluídas em 2020	28
Identificação da Unidade Prestadora de Contas	11	Estrutura de Governança.	29
Membros Efetivos do TRE-PA	12	Medidas adotadas em relação aos indicadores de Governança e Gestão levantados	29
Membros Substitutos.	12	Ações de supervisão, controle e correição	29
Missão, Visão e Valores	13	Principais ações de supervisão e controle	30
Estrutura Organizacional e de Governança	14	Principais ações de supervisão, controle e de correição adotadas para a garantia da legalidade, legitimidade, economicidade e transparência na aplicação dos recursos públicos	33
Organograma	14	Resultados por Macrodesafio	34
Estrutura de Governança do TRE-PA	15	Mensagem do Diretor-Geral	35
Destaques da atuação das instâncias internas no ano de 2020	16	Resultado Geral dos Indicadores Estratégicos	36
Determinação da materialidade das informações	17	Perspectiva: Sociedade – Garantia dos Direitos de Cidadania	37
Modelo de Negócios do TRE-PA	18	Participação da sociedade em projetos de cunho educacional, cultural e de preservação da memória da Justiça Eleitoral	37
Cadeia de Valor	19	Implantar projeto de higienização e desfazimento sustentável de urnas de lona	38
Macroprocessos da Cadeia de Valor	20	Atender aos requisitos da Resolução do CNJ nº 215/15 para o portal da internet	38
Tribunal em Números	22	Melhoria da qualidade da água fornecida na sede do TRE e CAE.	38
O Ambiente Externo	23	Elaborar e executar o Plano de Logística Sustentável do biênio 2019/2020	39
Relação com o ambiente externo e os destinatários dos serviços prestados	23	Política institucional de boas práticas	39
Riscos, Oportunidades e Perspectivas	24	Promoção da acessibilidade nos imóveis da Justiça Eleitoral	39
Gestão de Riscos no TRE-PA	25	Atualização da Carta de Serviços do Tribunal (2º Grau e ao Eleitor)	40
Estrutura de Gestão de Risco	25	Implantação da Central de Atendimento Telefônico com solução Call Center	40
Planejamento Estratégico e Governança	26	Implementar a publicação de materiais informativos da JE em braile e áudio livro.	40

Concurso de Fotografias sobre as Eleições 202041	Monitorar os processos em tramitação (1º grau)52
10ª edição da revista do TRE-PA41	Monitorar os processos em tramitação no 2º grau.52
Ações de cidadania com estudantes41	Perspectiva: Recursos – Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas53
Programa Estudos Eleitorais41	Programa de Qualidade de Vida no Trabalho53
Expandir a aplicação da pesquisa de satisfação do eleitor para zonas eleitorais42	Adequação dos projetos em saúde54
Corregedoria e Ouvidoria Judiciária Eleitoral42	Ação anual de imunização.54
Perspectiva: Processos Internos – Combate à Corrupção, Improbidade Administrativa e Ilícitos Eleitorais43	Outras ações da SAMOS no PQVT54
Aperfeiçoar a rotina de acompanhamento da tramitação processual no 1º grau43	Execução do Plano Anual de Capacitação 202055
Aperfeiçoar a rotina de acompanhamento da tramitação das ações prioritárias no 2º grau44	Revisão da Portaria sobre a Política de Gestão por Competências55
Identificar e priorizar o julgamento das ações que importem em perda de mandato eletivo (2º grau).44	Perspectiva: Recursos – Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária56
Desenvolvimento dos Sistemas “RegCand” e “Gestão Processual”45	Monitorar o lapso temporal entre a liquidação e o pagamento das despesas56
Perspectiva: Processos Internos – Fortalecimento da Segurança do Processo Eleitoral46	Atualizar a normatização de pagamentos.56
Planejar, estruturar e integrar o NEAPE 202046	Aprimorar os procedimentos de realização da programação financeira56
Medidas adotadas para dar suporte às Zonas Eleitorais46	Otimizar a liquidação56
Atendimentos realizados pelos grupos do NAEPE47	Implantar programa de consumo responsável de energia elétrica.56
Georreferenciar pelo menos 60% dos Locais de Votação do Estado por meio do Sistema GEL.48	Aperfeiçoar a metodologia de elaboração da proposta orçamentária57
Promover abordagens de consultoria em gestão de riscos voltadas aos eixos do Plano Integrado de Eleições - PIE49	Adotar mecanismos de controle gerencial da execução orçamentária57
Estabelecer e executar metodologia para criação, manutenção e exclusão de rotas de distribuição e recolhimento de urnas eletrônicas e materiais agregados50	Mapear o processo de trabalho do Suprimento de Fundos.57
Exercitar o Parque de Urnas Eletrônicas em pelo menos três ciclos a cada ano50	Avaliar viabilidade de implementação do modelo Almoxarifado Virtual.57
Aperfeiçoar orientação às zonas em matéria de contas eleitorais e partidárias51	Perspectiva: Recursos – Aperfeiçoamento da Governança Institucional58
Aperfeiçoar os portais da intranet e internet para as eleições 202051	Monitorar o portfólio de projetos estratégicos58
Perspectiva: Processos Internos – Celeridade e Produtividade da Prestação Jurisdicional.51	Fomento à desburocratização.58
Atualizar o Manual de Práticas Cartorárias51	Implantar sistema informatizado para a gestão dos contratos administrativos58
		Organização documental e mobiliária dos cartórios eleitorais59

Adequação à Res. CNJ nº 211/2015	59	Garantir maior confiabilidade e segurança às bases de dados dos sistemas implantados no TRE-PA	67
Regularizar a documentação do parque imobiliário do TRE-PA	59	Garantir maior confiabilidade e precisão na extração das informações judiciais	67
Regulamentar a gestão estratégica do TRE-PA	60	Resultados por Áreas Relevantes da Gestão	68
Revisar o Planejamento Estratégico vigente.	60	Gestão Orçamentária e Financeira	69
Realizar levantamento do acervo documental e providenciar a adequada destinação	60	Gestão de Custos	69
Aperfeiçoar a gerência do Prêmio CNJ de Qualidade	61	Gestão de Pessoas	70
Desenvolvimento da abordagem de consultoria definida nas normas do IAA	61	Realização de concurso público e nomeação de servidores	70
Atualizar o Estatuto de Auditoria Interna.	61	Recrutamento para apoio ao processo eleitoral de 2020	70
Aperfeiçoar a sistemática de elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna	62	Projeto de dimensionamento da força de trabalho do TRE-PA	70
Implantar sistema de Auditoria Interna (AUDITSE)	62	Programa de estágio remunerado	70
Perspectiva: Recursos – Melhoria da Infraestrutura de TIC	63	Gestão de Licitações e Contratos.	71
Atualizar o Data Center TRE-PA com infraestrutura de Hiperconvergência	63	Gestão Patrimonial e Infraestrutura	71
Ampliar os serviços baseados em computação em nuvem	63	Gestão da Tecnologia da Informação.	72
Atualizar os sistemas de apoio à Eleição: AELIS 2020.	64	Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor.	72
Garantir a aderência do desenvolvimento de sistemas ao Processo Padrão de Desenvolvimento da COSIS (PRO-AGILIS)	64	Desenvolvimento de ferramentas para viabilizar eventos online	72
Estabelecer Plano de Continuidade de TI para serviços informatizados ou dependentes da infraestrutura de TI	64	Portal de Sistemas e Aplicativos	73
Concluir a implantação dos processos de gerenciamento de Serviços ITIL (Resolução do CNJ nº 211 de 2015)	65	Sustentabilidade Ambiental	74
Garantir o atendimento das demandas por sistemas informatizados.	65	Atuação institucional com responsabilidade socioambiental	74
Modernização do Parque Computacional do TRE-PA	65	Atividades previstas no Plano Anual de Auditoria – PAA/2020.	75
Trabalho remoto e recursos de TI no período da Pandemia do novo coronavírus (Covid-19)	66	Eleições 2020	76
Ampliação das Videoconferências no TRE-PA.	66	Processos Finalísticos e de Suporte	77
Adequar malha de conectividade do 1º Grau e Redundâncias a fim de garantir o funcionamento do PJE em 100% dos Cartórios Eleitorais	67	Como é realizado o Planejamento das Eleições?	77
		Como o Planejamento das Eleições 2020 foi construído?	77
		Impactos da pandemia no planejamento das Eleições.	78

Reunião de avaliação das Eleições78
Cadastro Eleitoral79
Fechamento do Cadastro79
Ações relacionadas às Seções Eleitorais79
Recursos Humanos80
Cargos em Comissão, Funções Comissionadas, Servidores, Juízes Membros, Juízes Eleitorais e Membros do Ministério Público80
Técnicos de Eleição81
Infraestrutura de TI82
Diversos sistemas eleitorais são responsáveis pela realização segura das eleições82
Orçamento e Materiais83
Orçamento das Eleições Municipais de 202083
Logística de distribuição de materiais de apoio à Eleição83
Candidaturas84
Propaganda e Horário Eleitoral84
Requerimentos de registro de candidaturas municipais85
Diplomação dos eleitos em 202085
Segurança86
Atuação do Gabinete de Segurança nas Eleições 202086
Logística de Eleição87
Milhares de urnas eletrônicas tornam a eleição ágil e segura87
Pontos de Transmissão88
Apuração e totalização dos resultados das Eleições 202088

Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis	89
Declaração do Contador90
Principais informações orçamentárias, financeiras e contábeis90
Evidenciação da situação e do desempenho financeiro, orçamentário e patrimonial da gestão no exercício por meio de demonstrações resumidas91
Resumo da situação financeira do TRE-PA93
Principais fatos contábeis, contas ou grupos de contas, saldos e ocorrências relativos ao exercício 202094
Esclarecimentos acerca da forma como foram tratadas as demonstrações contábeis97
Base de Elaboração das Demonstrações Contábeis97
Principais critérios e políticas contábeis adotadas, considerando as opções e premissas do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP):97

Mensagem do Presidente

Prestador das Contas - Exercício em 2020



A apresentação anual das contas realizada pela Administração Pública ao Tribunal de Contas da União (TCU) tem como ponto motriz a publicidade das atividades desenvolvidas ao longo do exercício. A sociedade acaba por ser a maior beneficiária nesse processo, pois a ela é garantida a transparência tão necessária aos atos de gestão. E, é imbuído deste sentimento de dever cumprido que lhes apresento o Relatório de Gestão do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) alusivo ao ano de 2020.

Em formato de relato integrado, fruto do pensamento de toda coletividade a preparação e na apresentação, emerge como forma de reconhecimento e gratidão a toda a valorosa equipe da Justiça Eleitoral do Pará, que sempre soube superar desafios, sobretudo em tempos de pandemia, limitações orçamentárias e crescente celeridade na resolução dos anseios sociais, atendendo aos clientes externos com primazia, zelo e com a excelência peculiar a esta Especializada, atingindo metas quantitativas, mas, sobretudo, agregando valor a cada entrega.

Muito mais que o cumprimento de uma obrigação constitucional, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, a entrega do presente Relatório de Gestão, oportuniza demonstrar o quanto o TRE-PA avançou no âmbito da modernização dos serviços, primando pela eficiência na execução de seus recursos.

As realizações pontuadas ao longo deste Relatório, guardam alinhamento à estrutura da decisão normativa e quanto à integração das informações, e em momento algum afastaram-se da necessária celeridade na prestação jurisdicional e do cumprimento aos requisitos positivos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), fato que consagrou o TRE-PA, de forma consecutiva, à categoria Ouro no Prêmio CNJ de Qualidade.

Desembargador
Roberto Gonçalves de Moura
Presidente

Mensagem da Presidente

Apresentadora das Contas - Exercício 2021-2022



O Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA), em atenção ao disposto no parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal, vem, fundado no pensamento coletivo que permeou os trabalhos desta Administração desde a sua concepção até a sua elaboração, apresentar o Relatório de Gestão desta Corte sob a forma de Relato Integrado, com a finalidade de demonstrar o avanço no gerenciamento e prestação de serviço à sociedade, além de compartilhar os resultados alcançados durante exercício de 2020.

O presente relatório foi construído de forma a atender a estrutura e a integração das informações determinadas nas Instruções Normativas n.º 63/2010 e 84/2020, bem como Decisão Normativa n.º 187/2020, todas do Tribunal de Contas da União - TCU.

É importante destacar que o ano de 2020 apresentou incontáveis desafios às instituições públicas em razão das dificuldades que emergiram por força da situação sanitária e crise econômica vivenciada pelo País, ambos consequência da Pandemia COVID-19, dentre os quais: restrições orçamentárias, isolamento social, migração para

o trabalho remoto sem tempo adequado para o planejamento, e o maior de todos, a realização de eleições nessas circunstâncias, tendo que pensar na organização e cuidados necessários a garantia da saúde de seus colaboradores e, principalmente, dos eleitores.

Foi, contudo, nesse cenário adverso, que a Administração foi desafiada a exercitar a criatividade e praticar a inovação nas suas mais diversas áreas de atuação. Maiores que os obstáculos, todavia, foram a determinação e a intrepidez da Justiça Eleitoral do Pará na persecução das soluções que viabilizassem a realização de sua missão – **Garantir a legitimidade do processo eleitoral visando ao fortalecimento da democracia.**

Como resultado dessa atuação dinâmica, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará obteve o 5º lugar no ranking da transparência do Poder Judiciário, logrou o 1º lugar no Prêmio “Melhores Programas de Estágio” e foi agraciado com o Prêmio CNJ de Qualidade na categoria “Ouro”.

E nesse espírito de esforço coletivo vivenciado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Pará, concretizado pelas

ações da presidência, corregedoria, pleno e de todos os servidores que se empenharam em cumprir com responsabilidade o cargo que exercem, o que assegura a fidedignidade, precisão e completude das informações a seguir prestadas, é que se apresenta o Relatório de Gestão de 2020.

Ante o exposto, como representante máximo da governança deste Tribunal Regional Eleitoral, declaro minha responsabilidade em assegurar a integridade do relatório integrado e afirmo a aplicação do pensamento coletivo em sua preparação e apresentação, destacando a conformidade deste relatório com a Estrutura Internacional para Relato Integrado, apresentando-o como instrumento de prestação de contas à sociedade sobre todas as atividades que compõem e definem a missão constitucional da Justiça Eleitoral.

Desembargadora
Luzia Nadja Guimarães Nascimento
Presidente

Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

1

Identificação da Unidade Prestadora de Contas



**Tribunal Regional Eleitoral
do Pará**

Unidade Gestora

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

Natureza Jurídica

Órgão Público do Poder Judiciário Federal

Domicílio

Belém-PA

Atividade Principal

Prestação de serviços jurisdicionais em matéria eleitoral e partidária e de serviços administrativos na realização de pleitos eleitorais e de formação e manutenção do cadastro eleitoral.

Código da Unidade Gestora

070004

Código da Unidade Orçamentária

14114

CNPJ

05.703.755/0001-76



▲ **Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento (Presidente)**
22/01/2021 a 22/01/2023
Tribunal de Justiça do Estado



▲ **Desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior (Vice-presidente e Corregedor)**
22/01/2021 a 22/01/2023
Tribunal de Justiça do Estado



▲ **Juiz Federal Sérgio Wolney de Oliveira Batista Guedes**
18/06/2019 a 18/06/2021
Tribunal Regional Federal



▲ **Juiz Álvaro José Norat de Vasconcelos**
25/06/2019 a 25/06/2021
Tribunal de Justiça do Estado



▲ **Juiz Edmar Silva Pereira**
10/03/2020 a 10/03/2022
Tribunal de Justiça do Estado



▲ **Juíza Luzimara Costa Moura**
14/05/2019 a 14/05/2021
Ordem dos Advogados do Brasil
*A classe jurista possui um cargo vago de membro efetivo.

Membros Substitutos



▲ **Desembargador José Maria Teixeira do Rosário**
26/03/2019 a 26/03/2021
Tribunal de Justiça do Estado



▲ **Desembargadora Maria Filomena de Almeida Buarque**
02/02/2021 a 02/02/2023
Tribunal de Justiça do Estado



▲ **Juiz Federal Arthur Pinheiro Chaves**
30/07/2019 a 30/07/2021
Tribunal Regional Federal



▲ **Juíza Rosa de Fátima Navegantes de Oliveira**
17/09/2019 a 17/09/2021
Tribunal de Justiça do Estado



▲ **Juiz Marcus Alan de Melo Gomes**
01/09/2020 a 01/09/2022
Tribunal de Justiça do Estado



▲ **Juiz Diogo Seixas Condurú**
29/09/2020 a 29/09/2022
Ordem dos Advogados do Brasil
*A classe jurista possui um cargo vago de membro substituto.

Missão, Visão e Valores

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará, possui suas competências definidas, como órgão do Poder Judiciário Federal, pela **Constituição Federal e pelo Código Eleitoral** (Lei nº 4.737/65). Administrativamente este Regional organiza-se conforme regras descritas das seguintes **normas internas direcionadoras de sua atuação**: Regimento Interno (Resolução nº 2.909/2002); Regulamento da Secretaria do Tribunal (Resolução nº 5.399/2017); Regimento Interno das Zonas Eleitorais do Pará (Resolução nº 3.771/2005); Estrutura orgânica do Tribunal (Resolução nº 5.539/2019); Código de Ética (Resolução nº 5.389/2017); Planejamento Estratégico 2016-2021 (Resolução 5329/2016) e Sistema de Governança e Gestão da Justiça Eleitoral do Pará (Resolução nº 5.415/2017).

No desempenho de suas funções, direciona suas ações a um propósito essencial definindo sua **missão**.

Orientado pelo comprometimento com a democracia brasileira e combatendo os desafios que a Justiça Eleitoral enfrenta constantemente na execução de suas atribuições, elegeu sua **visão de futuro**, a forma como que ser enxergada pela Sociedade no futuro.

O TRE-PA pauta seu planejamento, suas ações e suas deliberações em seus **valores**, buscando permanentemente a excelência dos serviços prestados aos cidadãos paraenses.



Missão
Garantir a legitimidade do processo eleitoral visando ao fortalecimento da democracia.

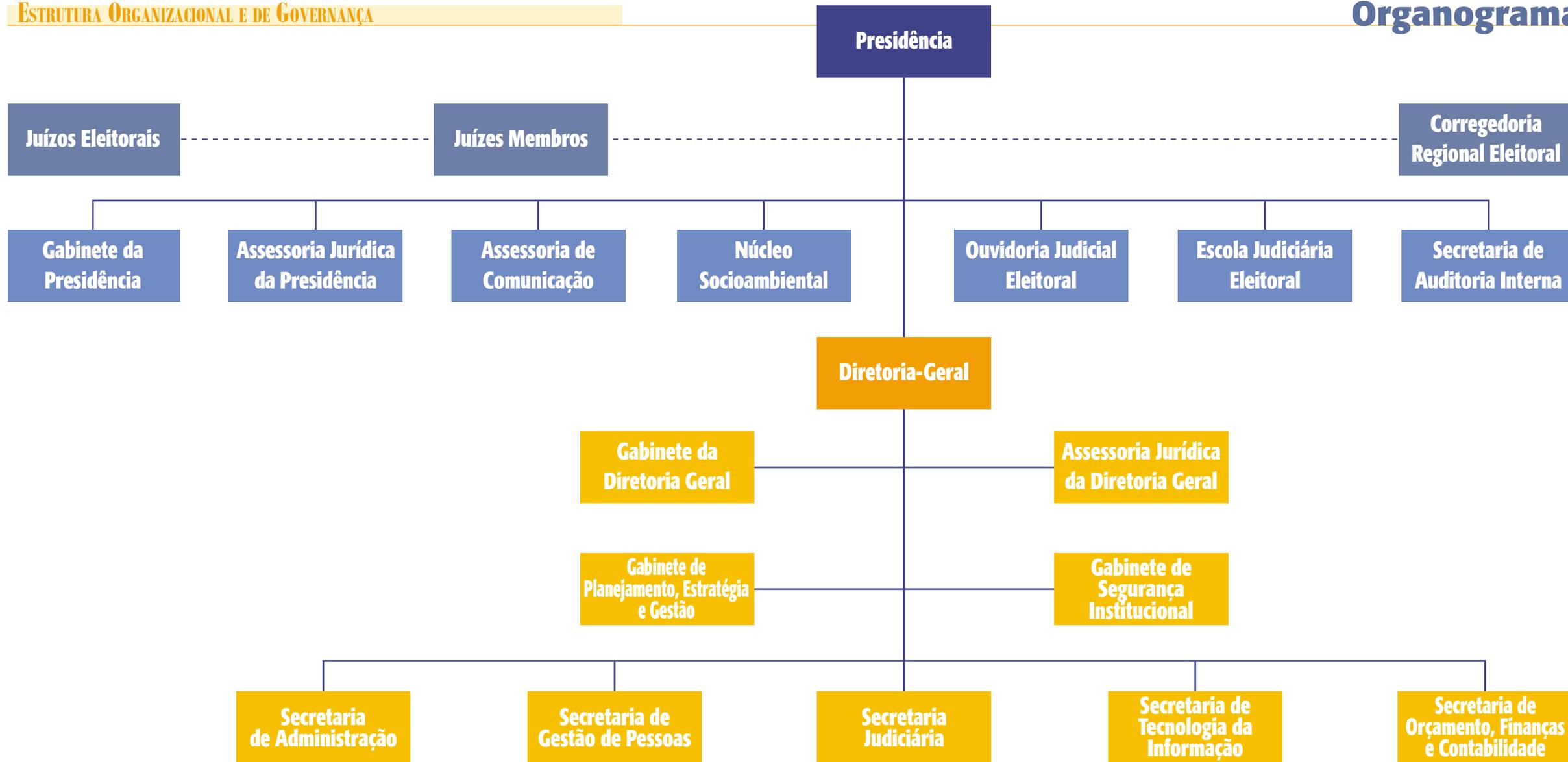


Visão
Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança.



Valores
Ética, Responsabilidade, Transparência, Segurança, Celeridade e Efetividade.





O organograma completo pode ser consultado no link: <https://www.tre-pa.jus.br/o-tre/conheca-o-tre-pa/organograma-tre-pa>

Estrutura de Governança do TRE-PA

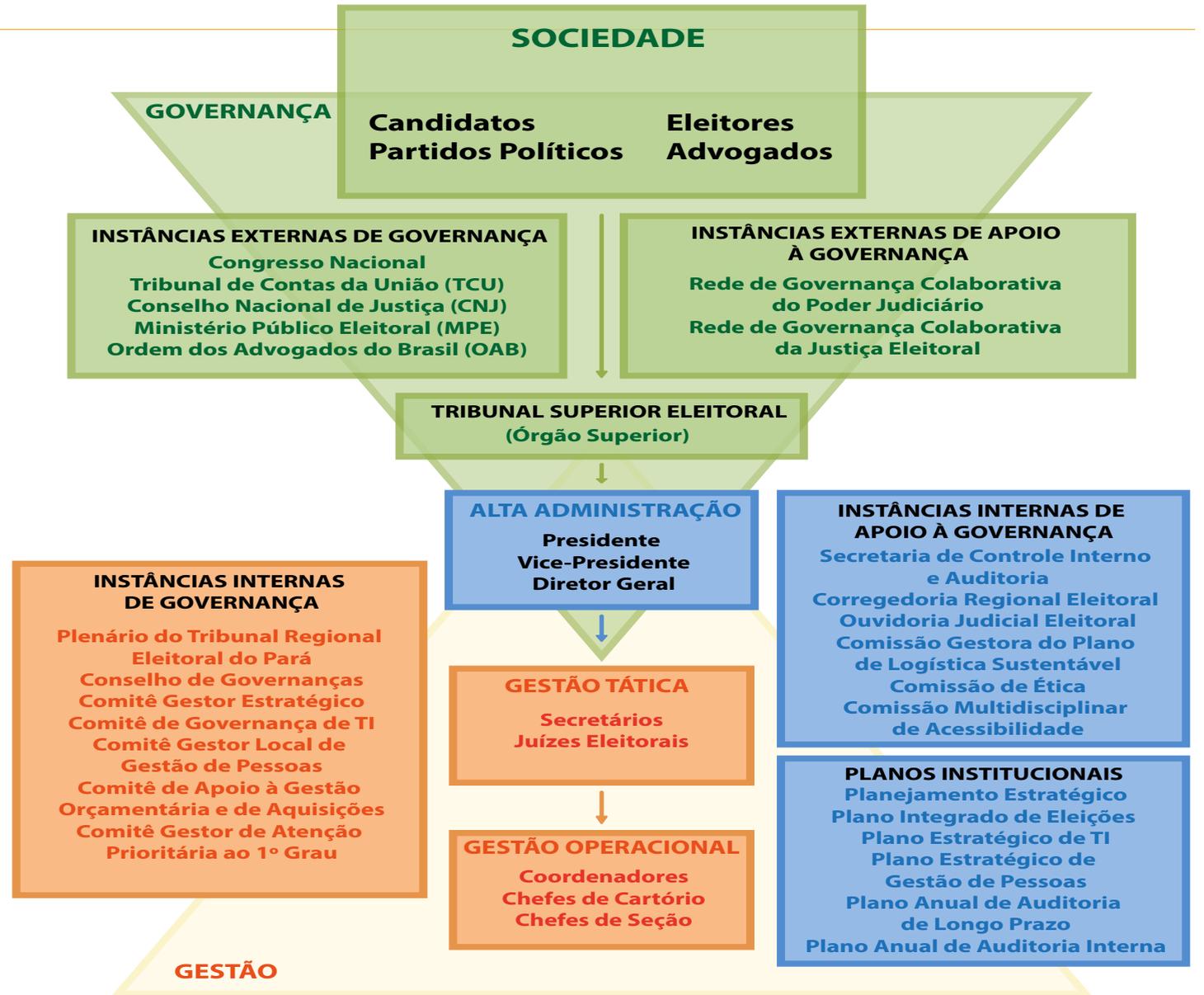
Resolução TRE-PA nº 5.415/2017

Por governança pode-se entender os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, a fim de que sejam atendidas as necessidades e as expectativas dos cidadãos e demais partes interessadas.

O sistema de Governança e Gestão da Justiça Eleitoral do Pará, considera o princípio constitucional da eficiência; os princípios de governança pública recomendados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no tocante à legitimidade, à equidade, à responsabilidade, à probidade, à transparência e à accountability; e, também, a importância de estabelecer regras que permitam maior alinhamento

entre as políticas institucionais, o sistema de planejamento e a sistemática de aferição dos resultados, além de proporcionar a melhoria do atendimento das necessidades e expectativas dos cidadãos e das demais partes interessadas.

Desta forma, as funções da governança no TRE/PA são: manter o equilíbrio dos interesses em prol da Administração Pública, definir o direcionamento estratégico, supervisionar a gestão, envolver as partes interessadas, gerenciar riscos estratégicos e conflitos internos, avaliar o sistema de gestão e promover a accountability (prestação de contas e responsabilidade), além de promover a transparência.



GESTÃO

Destaques da atuação das instâncias internas no ano de 2020

Conselho de Governança

Instituído pela Resolução TRE-PA nº 5.415/2017, o Conselho de Governança é formado pelos titulares das seguintes unidades do TRE-PA: Presidência, Vice-Presidência/Corregedoria Regional Eleitoral, Diretoria-Geral e Secretarias (art. 7º).

Durante o ano de 2020 foram realizadas três reuniões nos meses de maio, agosto e dezembro, as quais tiveram como pauta assuntos como as Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs); o acompanhamento das iniciativas estratégicas do Plano de Gestão 2019/2020; o desempenho das Metas do Poder Judiciário; e a Gestão de Riscos nos Processos de Eleição.

CDTI - Comissão Diretiva de Tecnologia da Informação

Instituído por meio da Resolução nº 5.419/2017, é composto pelos Presidente, Vice-Presidente e Corregedor, Diretor-Geral e Secretários do Tribunal, conforme Art. 8º.

Suas competências são (Art. 9º):

Coordenar a formulação de propostas e definir os princípios;

- ▶ Estabelecer objetivos de TI, bem como deliberar e priorizar planos deles decorrentes;
- ▶ definir as prioridades de investimento em TI;

- ▶ aprovar a alocação de recursos orçamentários destinados à TI, bem como alterações posteriores;
- ▶ estabelecer o processo de contratações de soluções de TI;
- ▶ deliberar e priorizar planos e riscos decorrentes dos relatórios de gestão submetidos pela CTTI;
- ▶ ratificar ou reavaliar as prioridades, identificar eventuais desvios e determinar correções necessárias com base no acompanhamento periódico da execução dos planos e da evolução dos indicadores de desempenho de TI;
- ▶ divulgar aspectos diversos da Governança de TI, como princípios, diretrizes, objetivos, planos, resultados, riscos e auditorias
- ▶ promover a designação oficial de todos os papéis envolvidos nas decisões-chaves de TI;
- ▶ priorizar, acompanhar e revisar periodicamente a pauta de soluções que julgar pertinentes.
- ▶ Validar as propostas de solução de conflitos apresentadas pelos componentes do Comitê de Gestão de Riscos.

Realiza suas reuniões a cada trimestralmente nos termos Art. 10, tendo seus registros normas, dentre as quais o Planejamento estratégico de Tecnologia da Informação - 2019/2022 no link: <https://www.tre-pa.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti-1/governanca-de-ti>

Comitê de Apoio à Gestão Orçamentária e de Aquisições

Instituído por meio da Portaria TRE-PA nº 16.732/2017, é composto pelos - Diretoria Geral, Secretaria de Administração, Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Tecnologia da Informação, Secretaria Judiciária, Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão, Coordenadoria de Orçamento, Coordenadoria de Licitações, Contratos e Compras, Coordenadoria de Material e Patrimônio, Coordenadoria de Serviços Gerais, Coordenadoria de Edificações e Infraestrutura, conforme Art. 2º.

Suas competências são (Art. 5º):

- ▶ apreciar e aprovar:
 - ◇ os orçamentos anuais e de pleitos do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em todas as fases, submetendo-os à homologação final da presidência do TRE-PA;
 - ◇ os realinhamentos orçamentários propostos pela Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade que venham a ocorrer no decorrer do exercício financeiro;
 - ◇ o planejamento anual das contratações para o exercício seguinte, até o dia 30 de novembro de cada ano;
 - ◇ alterações no plano anual de contratações;

- ◇ a revisão do plano anual de contratações, quando necessário;
- ▶ auxiliar na definição das prioridades, de modo a alinhá-las à possibilidade orçamentária;
- ▶ monitorar a execução orçamentária de todas as unidades administrativas do Tribunal, mediante relatórios apresentados pela Coordenadoria de Orçamento, requisitando, periodicamente, as informações que entender necessárias e cobrando o cumprimento de metas e prazos;
- ▶ zelar pela correta execução orçamentária e máxima aderência aos planejamentos elaborados para cada exercício financeiro;
- ▶ estabelecer diretrizes para a área de aquisições, incluindo estratégia de terceirização, política de compras, política de sustentabilidade e política de compras compartilhadas;
- ▶ propor diretrizes para o

- gerenciamento de riscos da área de aquisições;
- ▶ apreciar os relatórios trimestrais do monitoramento das contratações;
- ▶ deliberar, excepcionalmente, sobre contratação não prevista no planejamento anual, desde que haja justificativa formalizada;
- ▶ estabelecer prioridades das contratações de acordo com a estratégia organizacional e diretrizes da administração;
- ▶ sugerir normas necessárias à execução da política de contratações.

Realiza suas reuniões a cada trimestralmente, tendo seus registros normas, dentre as quais o Plano de Tratamento de Riscos no link:

<https://www.tre-pa.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-aquisicoes>



Destaques da atuação das instâncias internas no ano de 2020

Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas

Instituído por meio da Portaria TRE-PA nº 17.374/2017, é composto pelos Titular da Secretaria de Gestão de Pessoas, Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão, 2 (dois) servidores representantes das áreas da unidade de gestão de pessoas, indicados pelo titular da unidade de gestão de pessoas do Tribunal, 1 (um) servidor indicado pela Presidência, 1 (um) servidor indicado pela Corregedoria, 1 (um) servidor indicado pela Direção-Geral, 2 (dois) servidores eleitos por votação direta entre os servidores, sendo um representante da secretaria e um representante das zonas eleitorais. Os integrantes indicados ou eleitos tem mandato de 2 (dois) anos, com uma recondução possível, conforme Art. 2º.

Suas competências são (Art. 5º):

- ▶ deliberar sobre a política de gestão de pessoas do Tribunal, observando o alinhamento com o plano estratégico institucional;
- ▶ deliberar sobre propostas e medidas relacionadas ao melhoramento da Gestão de Pessoas no Tribunal, propondo regulamentações, quando couber;
- ▶ acompanhar e monitorar as ações relativas

à gestão de pessoas, cobrando efetividade, redefinindo prazos, e/ou orientando quanto à necessidade de correção em processos ou projetos relacionados à gestão de pessoas;

- ▶ atuar na interlocução com a Rede de Gestão de Pessoas do Poder Judiciário, compartilhando iniciativas, dificuldades, aprendizados e resultados;
- ▶ monitorar, avaliar e divulgar o desempenho e os resultados alcançados pela gestão de pessoas.

Comitê Gestor de Atenção Prioritária ao 1º Grau

Instituído por meio da Portaria TRE-PA nº 18.872/2019, é composto por: 4 (quatro) magistrados, 4 (quatro) servidores mais 2 representantes da área de orçamento e gestão estratégica, conforme Art. 3º.

É facultada, a qualquer tempo, à Associação dos Magistrados do Pará (AMEPA) e ao Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal do Pará e Amapá (SINDJUF-PA/AP), indicar um representante cada para participação nas reuniões do Comitê, ambos sem direito a voto.

As reuniões do Comitê serão realizadas com periodicidade trimestral, sempre que possível por videoconferência, ressalvadas pelo

menos duas reuniões presenciais ao ano.

As decisões do Comitê serão tomadas por maioria absoluta de seus membros com direito a voto.

Comissão da Ética

Instituída por meio da Resolução TRE-PA nº 5.389, é composta por: 6 (seis) servidores estáveis, sendo 3 (três) titulares e 3 (três) substitutos, conforme Art. 10. Os membros desta comissão serão designados pelo Presidente com mandatos de 3 anos, não coincidentes, peritida uma única recondução.

Suas competências são (Art. 16):

- ▶ zelar pelo cumprimento do Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Pará;
- ▶ Instaurar, de ordem ou de ofício, em razão de denúncia fundamentada, procedimento apuratório sobre conduta que considerar passível de violação às normas éticas;
- ▶ Propor a organização de cursos, manuais, cartilhas e outras ações de treinamento e disseminação deste código;
- ◇ Recomendar ao Presidente do TRE-PA:
- ◇ Exoneração de ocupante em cargo em comissão, retorno do servidor ao órgão de origem, remessa de expediente ao setor competente.

Determinação da materialidade das informações

Nesta unidade prestadora de contas, o processo para determinar os temas a serem incluídos neste relato integrado e sua forma de quantificação e avaliação iniciou-se com a análise minuciosa dos conteúdos exigidos pelo Tribunal de Contas, conforme os tópicos gerais estabelecidos na Decisão Normativa TCU nº 187, de 9 de setembro de 2020, e detalhes trazidos no Guia TCU, para elaboração do Relatório de Gestão na forma de relatório integrado – 3ª edição/2020, disponível no sítio eletrônico daquele Tribunal.

Em seguida, tais conteúdos foram distribuídos, através de processos administrativos individuais, para os setores da Casa identificados como responsáveis por alguma informação, conforme a competência regulamentar de cada um.

Através da Portaria TRE-PA nº 19.658/2020, alterada pela Portaria TRE-PA nº 20.219/2021, foi constituído grupo de trabalho específico para análise de proposições visando o integral cumprimento da Instrução Normativa TCU Nº 84, de 22 de abril de 2020.

A regulamentação a elaboração do Relatório de Gestão em forma de Relato Integrado no âmbito desta unidade prestadora de contas ocorreu por meio da Portaria TRE-PA nº 20.012/2020, e toda a instrução processual ocorre no processo administrativo SEI nº 0009552-51.2020.6.14.8000, onde houve a repartição de atribuições e fixação de cronograma de atividades.

Assim, como fruto do trabalho conjunto do grupo de trabalho, foi definida a seguinte matriz da materialidade da informação para o TRE-PA:

1. Visão geral organizacional e ambiente externo.
2. Riscos, oportunidades e perspectivas.
3. Planejamento estratégico e governança.
4. Resultados por macrodesafio.
5. Resultados por áreas relevantes da gestão.
6. Eleições 2020.
7. Informações orçamentárias, financeiras e contábeis.
8. Anexos, apêndices e links.



Modelo de Negócios do TRE-PA

Um modelo de Negócios traduz a lógica de como uma organização pretende gerar valor, destacando um esquema da estratégia a ser implementada através das estruturas organizacionais dos processos e sistemas.

Uma das formas mais aceitas para apresentar o Modelo de Negócios de uma organização é através do Business Model Canvas o qual é uma ferramenta de visualização que contém em sua estrutura um resumo dos principais pontos do planejamento institucional, contando com nove blocos pré-formatados que dão a base para a criação do modelo ou a adaptação de um já existente.

No contexto do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, foi desenvolvido o Modelo de Negócios exibido neste tópico, que resume graficamente os principais valores entregues e os meios utilizados para este fim, sem deixar de citar recursos de pessoal, material e processos envolvidos no trabalho.



Cadeia de Valor

A Cadeia de Valor pode ser descrita como o levantamento de toda ação ou processo necessário para gerar ou entregar produtos ou serviços a um beneficiário, permitindo uma melhor visualização do valor ou benefício agregado aos processos, e sendo utilizada amplamente na definição dos resultados e impactos de organizações.

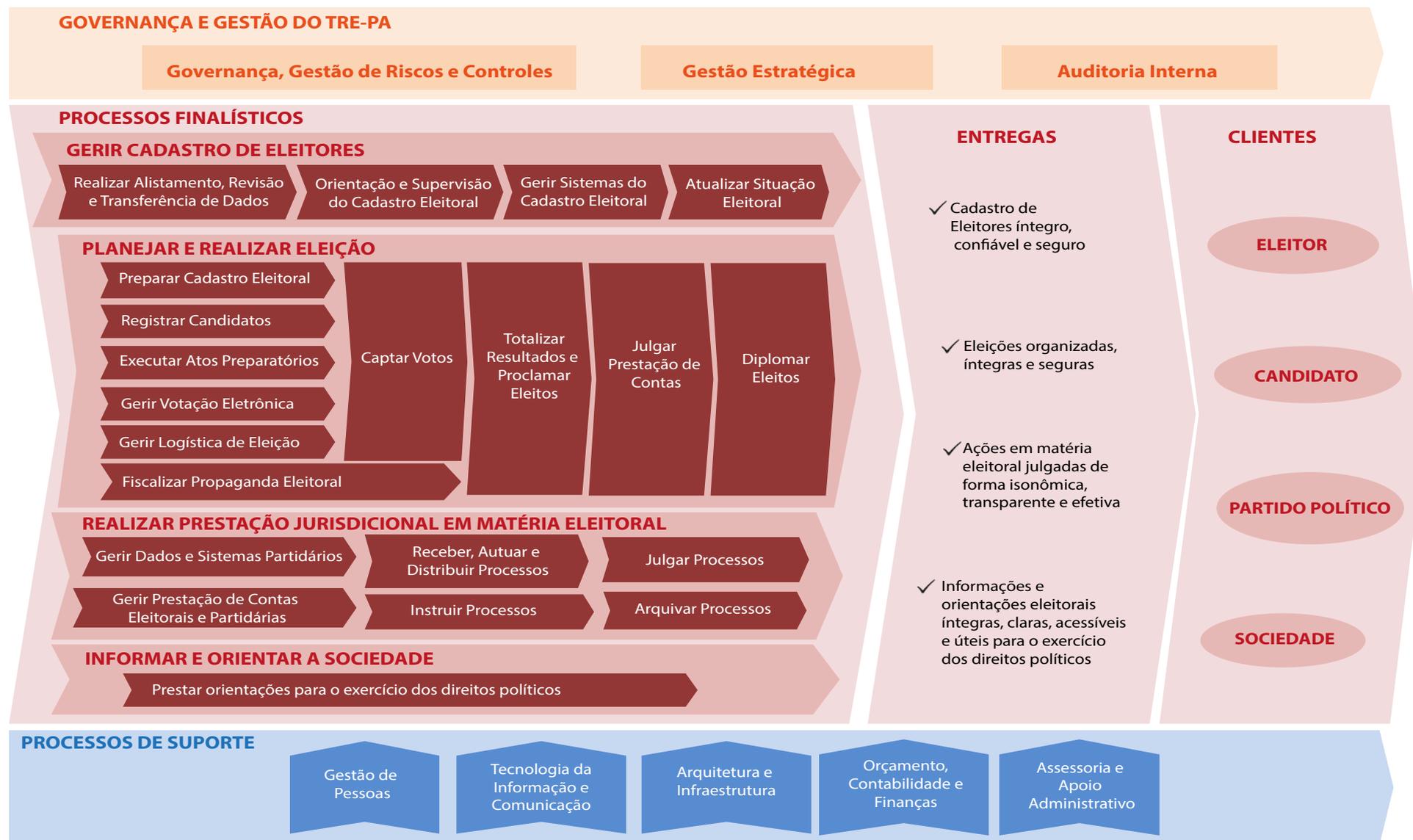
A cadeia de valor mostra a visão por processos do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE/PA) e de que forma eles estão relacionados para entregar valor aos clientes da Justiça Eleitoral do Pará.

Na Cadeia de Valor estão identificados os **macroprocessos** abaixo listados, os quais são detalhados na página seguinte:

▶ **Governança e Gestão**

▶ **Finalísticos**

▶ **De Suporte**



Macroprocessos da Cadeia de Valor

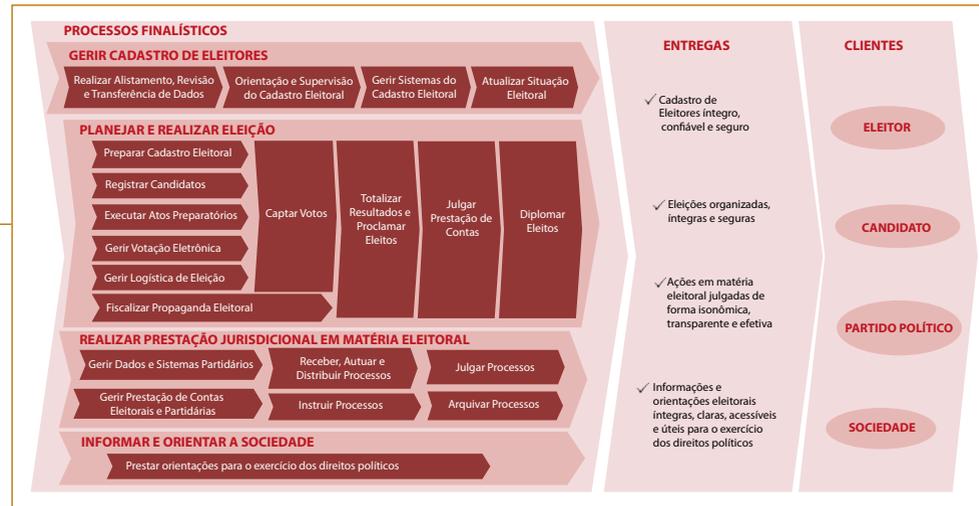
Macroprocessos de Governança

Compreendem o conjunto de processos de trabalho **relacionados à gestão das informações necessárias à formulação de políticas e diretrizes** para o estabelecimento e consecução de metas institucionais que orientam a alta administração do Tribunal no processo de tomada de decisão e incluem ações de controle, medição e ajuste do desempenho organizacional.



Macroprocessos Finalísticos

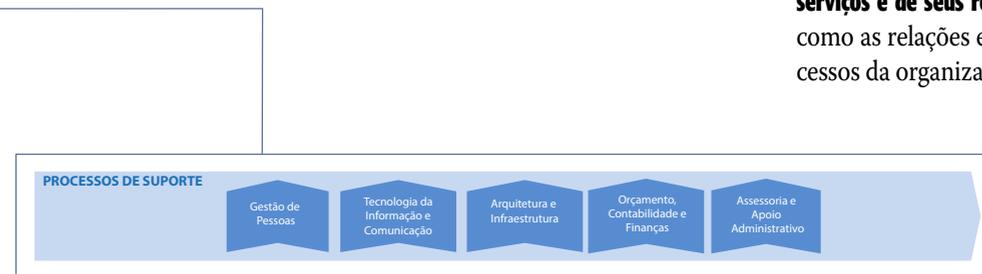
Compreendem o conjunto de processos de trabalho que **geram produto ou serviço que serão entregues ou percebidos pelo cliente externo**. São essenciais à existência da organização, pois estão diretamente relacionados ao objetivo maior do órgão e recebem apoio de outros processos internos.



Macroprocessos de Suporte

Dão apoio aos processos finalísticos e de governança, viabilizam o funcionamento coordenado e integrado dos vários subsistemas da organização. São essenciais à gestão efetiva do negócio, prestam apoio jurídico, administram os recursos do órgão, viabilizam a manutenção da máquina administrativa, através

das aquisições de bens e serviços, manutenção predial, construções e reformas. Seus clientes são elementos do próprio sistema. Clientes e fornecedores (internos e externos); Produtos e serviços gerados pelos processos (saídas); Insumos (entradas) e conexões entre processos e entidades externas.



A importância da Cadeia de Valor

Quando se elabora a Cadeia de Valor, permite-se ao gestor o afastamento da perspectiva tipicamente funcional da organização, visualizar, de maneira mais sistêmica e integrada, o funcionamento do conjunto de processos existentes e a compreensão das relações de causas e efeitos, suas interfaces e transversalidades, contribuindo na **identificação de valor e benefícios agregados aos processos e dos resultados e impactos gerados**.

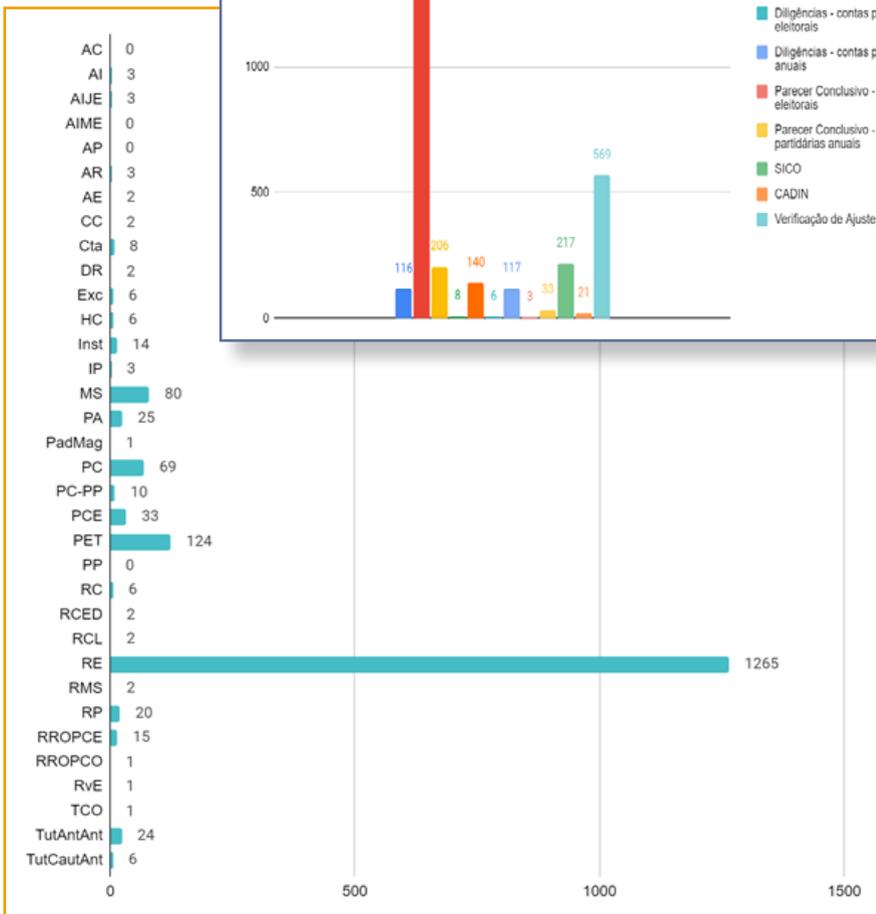
Partindo da Cadeia de Valor, a Arquitetura de Processos é a estrutura que permite à organização identificar como seus objetivos estratégicos estão conectados aos recursos da entidade e ao trabalho realizado pelas pessoas no dia a dia da operação. A Arquitetura representa, de forma hierárquica e organizada, todos os processos do órgão. A partir dela a organização formaliza uma **base de conhecimento necessária ao gerenciamento de seus recursos, produtos, serviços e de seus respectivos processos**, bem como as relações existentes entre tais processos da organização.

Processos Distribuídos Por Classe (entre 01/01 e 31/12/2020)

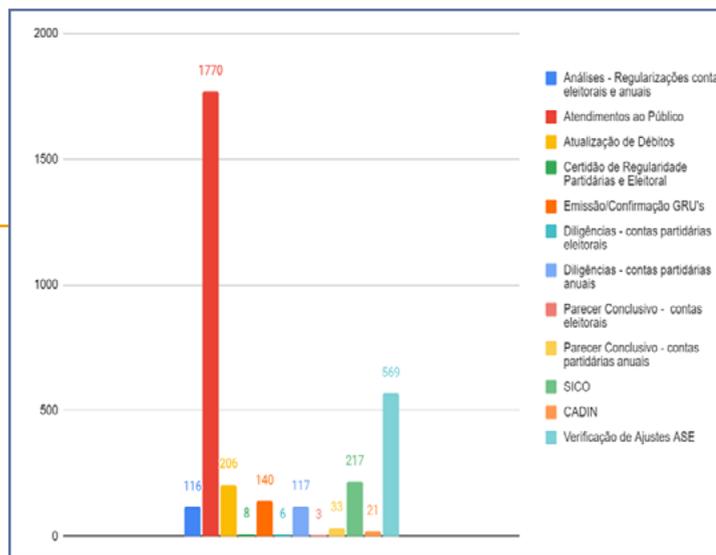
Classe	Sigla	Pje	SADP	Total	%
Ação Cautelar	AC	0	0	0	0,00%
Agravo de Instrumento	AI	3	0	3	0,17%
Ação de Investigação Judicial Eleitoral	AIJE	3	0	3	0,17%
Ação de Impugnação de Mandato Eletivo	AIME	0	0	0	0,00%
Ação Penal	AP	0	0	0	0,00%
Ação Rescisória	AR	3	0	3	0,17%
Apuração de Eleição	AE	2	0	2	0,12%
Conflito de Competência	CC	2	0	2	0,12%
Consulta	Cta	8	0	8	0,46%
Direito de Resposta	DR	2	0	2	0,12%
Exceção	Exc	5	1	6	0,35%
Habeas Corpus	HC	6	0	6	0,35%
Instrução	Inst	14	0	14	0,81%
Inquérito Policial	IP	3	0	3	0,17%
Mandado de Segurança	MS	80	0	80	4,60%
Processo Administrativo	PA	25	0	25	1,44%
Processo Administrativo Disciplinar em Face de Magistrado	PadMag	1	0	1	0,06%
Prestação de Contas	PC	69	0	69	3,97%
Prestação de Contas Anual	PC-PP	10	0	10	0,58%
Prestação de Contas Eleitorais	PCE	33	0	33	1,90%
Petição	PET	124	0	124	7,13%
Pedido de Providências	PP	0	0	0	0,00%
Recurso Criminal	RC	3	3	6	0,35%
Recurso Contra Expedição de Diploma	RCED	2	0	2	0,12%
Reclamação	RCL	2	0	2	0,12%
Recurso Eleitoral	RE	1.223	42	1.265	72,74%
Recurso em Mandado de Segurança	RMS	2	0	2	0,12%
Representação	RP	20	0	20	1,15%
Requerimento de Regularização de Prestação de Contas Eleitorais	RROPCE	15	0	15	0,86%
Requerimento de Regulz. de Omissão de Prestação de Contas Anual	RROPCE	1	0	1	0,06%
Revisão do Eleitorado	RvE	0	1	1	0,06%
Termo Circunstanciado de Ocorrência	TCO	1	0	1	0,06%
Tutela Antecipada Antecedente	TutAntAnt	24	0	24	1,38%
Tutela Cautelar Antecipada	TutCautAnt	6	0	6	0,35%
Total		1.692	47	1.739	
Total (PJe + SADP)			1.739		100%

Processos distribuídos aos relatores em 2020.

Novos Processos Autuados em 2020



Tribunal em Números



Atividades relacionadas às Prestações de Contas Eleitorais e Partidárias Anuais, realizadas ao longo de 2020.

Quantitativo de Anotações de Órgãos Partidários realizadas em 2020.

Anotações de Órgãos Partidários - 2020	
Sistema SGIP	
Partido	Totais
70 - AVANTE	234
23 - CIDADANIA	171
27 - DC	52
25 - DEM	264
15 - MDB	363
30 - NOVO	7
51 - PATRIOTA	177
65 - PCDOB	122
29 - PCO	1
12 - PDT	290
22 - PL	263
35 - PMB	74
33 - PMN	39
19 - PODE	281
11 - PP	180
90 - PROS	224
28 - PRTB	243
40 - PSB	168
20 - PSC	254
55 - PSD	304
45 - PSDB	110
17 - PSL	192
50 - PSOL	67
13 - PT	201
14 - PTB	272
36 - PTC	122
43 - PV	67
18 - REDE	41
10 - REPUBLICANOS	324
77 - SOLIDARIEDADE	168
80 - UP	14
TOTAIS	5.289

Tribunal em Números

Recursos Humanos

Servidores	458
Requisitados	336
Magistrados	114
Estagiários	106
Eleitores Convocados	87.677

Atendimentos

Alistamento Eleitoral	59.499
Transferência Eleitoral	49.780
Revisão Eleitoral	39.768

Plano Integrado de Eleições

Temas	7
Processos de Eleição	18
Atividades Mapeadas	347

Candidatos Diplomados

	1908
--	------

Registro de Candidaturas

Candidatos	23.606
Concorrendo a reeleição	778
Deferidos	22.243
Deferidos com recurso	95
Indeferidos	822
Indeferidos com recurso	111
Outros	335

Locais de Atendimento

Fóruns Eleitorais	100
Postos de Atendimento Eleitoral	9
Centrais de Atendimento ao Eleitor	2

Sessões Plenárias

	141
--	-----

Disque-Eleitor

1º Turno	2.868
2º Turno	917

Ocorrências em Urnas Eletrônicas

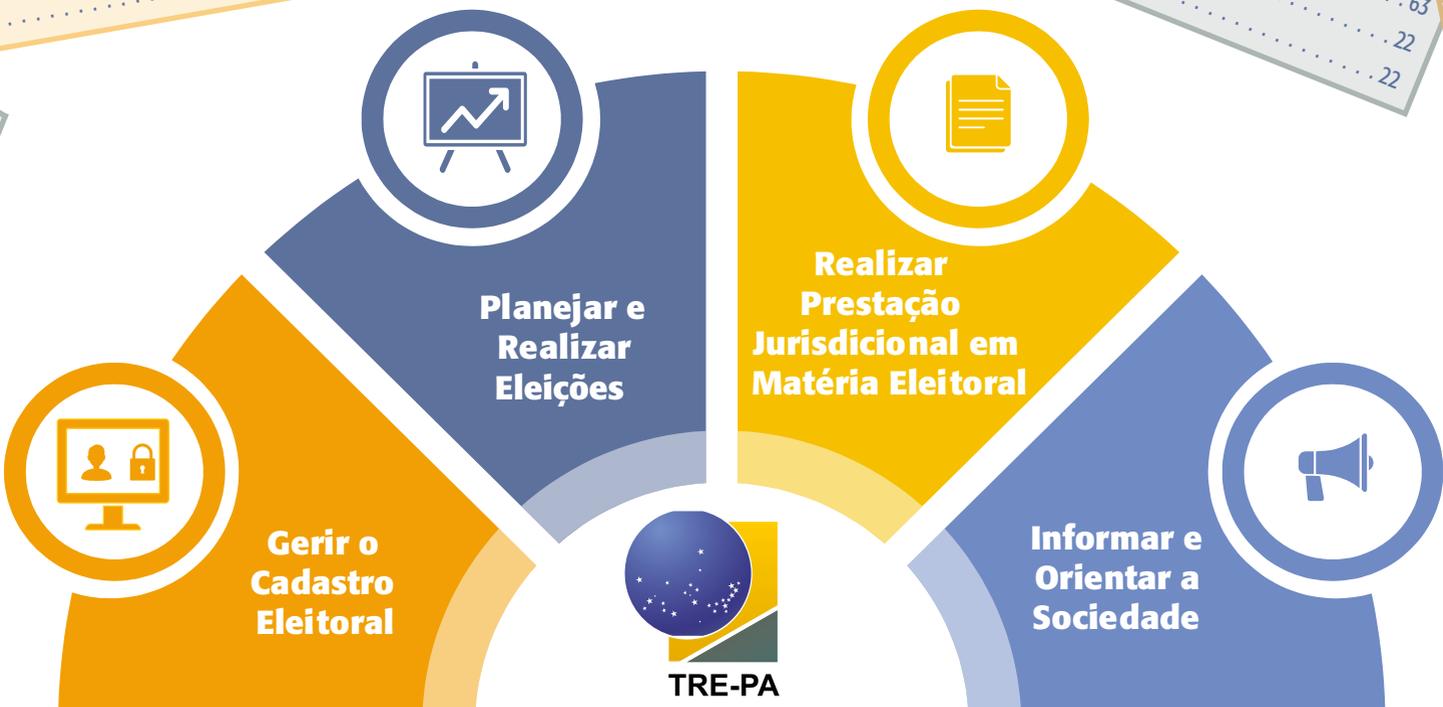
1º Turno	95
Troca de UE	63
2º Turno	22
Troca de UE	22

Locais de Votação e Seções Eleitorais (1º Turno Eleições 2020)

Locais de Votação	5.340
Alocação Provisória	149
Seções Principais	17.717
Seções Agregadas	1.609
Pontos de Transmissão	1.271

Eleitores

Total	5.451.084
Urbanos	4.285.576
Rurais	816.896
Ribeirinhos	330.063
Indígenas	8.197
N/A	11.487



Relacionamento com a Sociedade

Instagram	127 post / 4.385 seguidores
PodCast	14 episódios
YouTube	303.563 visualizações

Dados obtidos no Sistema de Gestão de Negócios Inteligentes On Line - GENIO em 14/1/2021

Relação com o ambiente externo e os destinatários dos serviços prestados

Como forma de promover o Dia Nacional do Ouvidor, a equipe desta Ouvidoria havia programado realizar vários atendimentos externos durante o mês de Março, participando de forma integrativa dos itinerantes que seriam realizados no referido mês. Todavia, em razão da Pandemia do COVID-19, tais atendimentos foram cancelados a partir da segunda quinzena. Desta forma, esta unidade integrou apenas as ações dos dias 1º e 15 de março de 2020. A primeira ocorreu nas dependências da Igreja Universal do Reino de Deus, localizada na BR316, enquanto que a segunda foi realizada na Creche Municipal Professora Sebastiana Paes Barreto, na Pedreirinha.

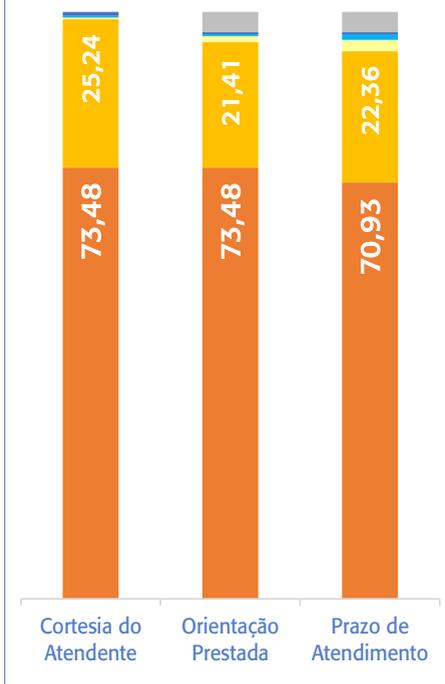
Os dois dias de evento foram bastante produtivos para esta unidade, pois propiciou o contato direto da equipe da Ouvidoria com os eleitores, os quais foram recepcionados com os nossos informativos (cartilhas e fôlderes) e estimulados a participarem da pesquisa de satisfação, a qual é realizada mediante o preenchimento de formulário eletrônico.

No primeiro dia do evento, estiveram presentes o Juiz Ouvidor que me antecedeu,

Dr. José Alexandre Buchacra Araújo e servidora Rosa Christo Alves, assessora da Ouvidoria. Na oportunidade, mais de cem eleitores manifestaram interesse em contribuir com a pesquisa e se mostraram satisfeitos quanto ao atendimento recebido.

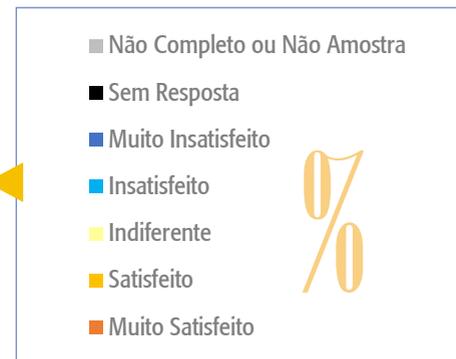
O segundo atendimento ocorreu na véspera do dia nacional do Ouvidor, isto é, no dia 15 de março e contou com a participação de toda a equipe da Ouvidoria, composta pelos servidores e pelo Juiz Ouvidor à época, Dr. José Alexandre Buchacra Araújo. A equipe realizou toda a atividade de divulgação que lhe competia, mediante a distribuição de informativos, todavia, em que pese tenha realizado a parte de divulgação dos trabalhos que são realizados por esta unidade e, ainda, estimulado a participação dos presentes na referida pesquisa, a internet apresentou sinal muito abaixo do esperado, fato que prejudicou sobremaneira a participação dos eleitores na pesquisa, uma vez que era frequentemente interrompida e demorava além do necessário para ser finalizada. Somado a isto, infelizmente, devido a interrupção do fornecimento da energia o itinerante foi suspenso.

Cartórios Eleitorais
(Jan a Jun/2020)

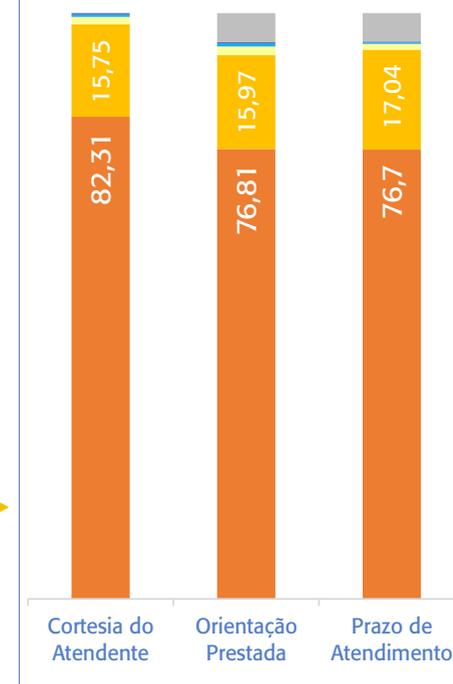


Pesquisa de Satisfação

A Ouvidoria tem procurado fomentar a participação cidadã nas pesquisas de satisfação quanto aos atendimentos prestados por esta Justiça Especializada. A seguir apresentamos os relatórios com os dados extraídos da referida pesquisa realizada nos Cartórios Eleitorais, no período de janeiro a junho do corrente ano e a seguir os dados extraídos quanto ao atendimento recebido no site deste Regional, referentes aos meses de janeiro a dezembro de 2020.



Site do TRE-PA
(Jan a Dez/2020)



Canais de atendimento da Ouvidoria

No período de janeiro a dezembro de 2020, a Ouvidoria recebeu 1.541 telefonemas, 1.939 e-mails, 641 manifestações no sistema e 138 atendimentos presenciais, sendo neste contabilizado os

CANAIS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Telefone	32	41	48	249	167	152	158	156	178	105	153	104	1.541
Formulário eletrônico	24	11	18	72	69	6	72	51	130	59	93	36	641
E-Mail	30	56	96	193	164	134	148	198	260	248	314	98	1.939
Presencial	-	-	136	-	-	-	-	-	-	-	1	1	138

itinerantes que ocorreram nos dias 1º e 15 de março. Abaixo segue o demonstrativo dessas demandas. O atendimento presencial manteve-se suspenso em razão da Pandemia do COVID-19.

Internet (formulário eletrônico):

<https://www.tre-pa.jus.br/o-tre/ouvidoria>

Email:

ouvidoria@tre-pa.jus.br

Telefones:

0800 096 0007

3222-3031, 3346-8035, 8036 e 8037.

correspondência:

TRE-PA, Rua João Diogo, 288 – Campina, Belém/PA - 66015-902, aos cuidados da Ouvidoria

Riscos, Oportunidades e Perspectivas

Gestão de Riscos no TRE-PA

A Gestão de Riscos se constitui em importante instrumento de governança auxiliando o controle e accountability. Trata-se, portanto, de um processo de gestão estratégica fundamental para lidar com as incertezas do ambiente organizacional.

O sistema de Governança e Gestão deste Regional compreende o conjunto de práticas gerenciais, instâncias e planos institucionais, voltados para a obtenção de resultados e a gestão de riscos, com base no estabelecimento, na execução e no acompanhamento de objetivos, indicadores, metas e iniciativas que impulsionem o cumprimento da missão institucional e o alcance da visão de futuro da Justiça Eleitoral do Pará, de modo a viabilizar a melhoria contínua (art. 5º, Resolução TRE/Pará nº 5.415/2017). O TRE-PA possui uma página especial para a sua Gestão de Riscos: <https://www.tre-pa.jus.br/o-tre/governanca-institucional/gestao-de-risco>.

A Política de Gestão de Riscos deste Tribunal foi publicada em dezembro de 2019 e resultado de uma consultoria realizada pela unidade de Auditoria em parceria com a unidade de Planejamento. Em maio de 2020, através da Portaria nº 19.569/2020, foi divulgado o Manual de Gestão de Riscos, que estabelece



detalhes quanto aos procedimentos e aos instrumentos práticos para a implementação da gestão de riscos no âmbito do TRE/PA, como ferramenta de apoio e orientação.

Em paralelo, a equipe técnica responsável pela implementação da Gestão de Riscos no Tribunal (Núcleo de Gestão de Projetos e Governança Institucional – NPGI) editou e publicou um Guia Rápido de Consulta, com vistas a facilitar a sua utilização.

As consultorias em Gestão de Riscos realizadas pela unidade de Auditoria, constantes no endereço: <http://www.tre-pa.jus.br/o-tre/governanca-institucional/relatorios-auditoria-interna>, na Aba “Relatórios de Auditoria - Consultorias em Gestão de Riscos”.

Estrutura de Gestão de Risco

O TRE-PA através da Resolução nº 5.604/2019, aprovou sua Política de Gestão de Riscos em dezembro/2019, a qual está embasada principalmente nas orientações constantes do Referencial Básico de Gestão de Riscos do TCU, na IN MP/CGU nº 1/2016 acerca dos controles internos, gestão de riscos e governança, na Declaração de Posicionamento do IIA Global e seu modelo das três linhas de defesa no gerenciamento eficaz dos riscos, na Norma ABNT NBR ISO 31000:2018, que estabelece princípios e diretrizes para a gestão de riscos, no objetivo estratégico para instituição da governança judiciária constante do Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Pará de 2016-2021 (Resolução TRE/-PA nº 5.329/2015) e no que consta no Sistema de Governança e Gestão da Justiça Eleitoral (Resolução TRE-PA nº 5.415/2017).



Neste contexto as três linhas de defesa do Tribunal Regional Eleitoral, modelo de gerenciamento eficaz de riscos e controles proposto pelo Instituto de Auditores Internos (IIA Global), consistem em: 1ª linha de defesa: funções que gerenciam e têm propriedade sobre o risco; 2ª linha de defesa: funções que supervisionam riscos; e a 3ª linha de defesa: funções que fornecem avaliação independente.

Integram a estrutura da gestão de riscos: o Conselho de Governança, a Alta Adminis-

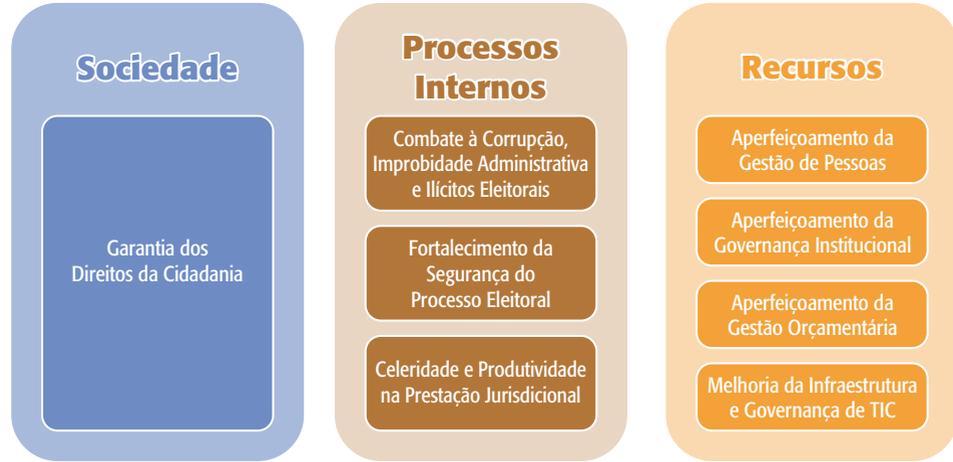
tração, o Gabinete de Planejamento, Estratégia e Gestão – GPEG, a Secretaria de Controle Interno e Auditoria (SCIA) e os gestores de riscos.

Podemos destacar na atuação da gestão de riscos no TRE-PA o Plano de Tratamento de Riscos nas aquisições, que trata de implementar atividades de identificação e tratamento de eventos relacionados aos processos de aquisições que possam afetar o atingimento dos objetivos estratégicos.

Planejamento Estratégico e Governança

3

Principais Objetivos Estratégicos e Planos para implementar as prioridades



O Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral do Pará (PEJEP) para o ciclo 2016-2021 foi desenvolvido de forma colaborativa com as unidades dos níveis estratégico, tático e operacional do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

Levou-se em consideração a definição dos rumos do TRE-PA, trabalho este que utilizou como base a metodologia Balanced Scorecard e teve seu resultado formalizado através da **Resolução TRE-PA nº 5.329/2016**, alterada pela Resolução TRE-PA 5.641/2020, a qual aprovou a versão 2 do Planejamento Estratégico 16-21.

O Planejamento Estratégico possui as perspectivas Sociedade, Processos Internos e Recursos.

Prioridade de Execução

A **Resolução 5.640/2020** definiu em seu artigo 10 a priorização de implementação das iniciativas estratégicas.

A decisão de priorização é de competência da Presidência do TRE-PA e deve considerar os seguintes critérios:

- I - maior impacto nas Metas Nacionais ou estratégicas;
- II - maior estágio de implementação;
- III - menor tempo estimado para conclusão;
- IV - menor tempo de Geração de Resultados.

Iniciativas estratégicas por macrodesafio

Compete ao Gabinete de Planejamento, Estratégia e Gestão (GPEG) o monitoramento do planejamento estratégico do TRE/PA, bem como o reporte quadrimestral à Alta Administração, por ocasião das Reuniões de Análise da Estratégia, da evolução dos indicadores de desempenho.

As iniciativas estratégicas são estabelecidas bianualmente e para o atual período foram consolidadas no Plano de Gestão 2019-2020 e cadastradas no Sistema GPWEB, permitindo aos integrantes gerentes dos projetos a atualização periódica do progresso deste e ao Núcleo de Projetos e Governança Institu-

cional (NPGI), vinculado ao GPEG, o monitoramento e reporte mensal à Diretoria Geral da execução do Plano, garantindo, desta forma, a efetividade do cumprimento deste. No **gráfico abaixo**, pode ser vista a situação geral do andamento das **iniciativas por macrodesafios**.



* Para o cálculo foram desconsiderados os projetos concluídos em 2019 ainda que previstos no Plano de Gestão 2019-2020.

Iniciativas Estratégicas por macrodesafio concluídas em 2020

PERSPECTIVA: SOCIEDADE

GDC – Garantia dos Direitos da Cidadania

- ▶ Atualização da Carta de Serviços do Tribunal (2º grau e ao Eleitor)
- ▶ Realizar ações de aproximação com a sociedade nas redes sociais (Meta Específica 2 – 2019)
- ▶ Produção de vídeos institucionais com informação de serviços à população
- ▶ Implantação da Central de Atendimento Telefônico com solução de Call Center
- ▶ Realização de parcerias com veículos de comunicação
- ▶ Publicação da Revista do TRE-PA
- ▶ Desenvolver o Programa Estudos Eleitorais
- ▶ Realizar visitas guiadas com estudantes de ensino médio e superior, ao Tribunal e ao Centro Cultural da Justiça Eleitoral
- ▶ Realizar ações de cidadania com crianças, adolescentes e jovens, em escolas públicas e particulares, da capital e do interior do estado, bem como com segmentos de minorias (idosos, menores infratores, pessoas com deficiência, entre outros)
- ▶ Elaborar e executar o Plano de Logística Sustentável - Biênio 2019/2020
- ▶ Elaborar e Executar Plano de Ação para a Comissão de Acessibilidade e apresentar calendário de reuniões
- ▶ Atender os requisitos da Resolução nº 215/15 - CNJ para o Portal da internet
- ▶ Implementar a publicação de materiais informativos da JE em braile e/ou áudio livro
- ▶ Estabelecer política de reconhecimento institucional de boas práticas que otimizem os serviços prestados ao eleitor

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS

CCIAI – Combate à Corrupção, Improbidade Administrativa e Ilícitos Eleitorais

- ▶ Aperfeiçoar a rotina de acompanhamento da tramitação processual no 1º grau
- ▶ Aperfeiçoar a rotina de acompanhamento da tramitação processual das ações prioritárias no 2º grau
- ▶ Adotar medidas para identificação e priorização do julgamento das ações que importem em perda de mandato eletivo (2º grau)

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS

FSPE – Fortalecimento da Segurança do Processo Eleitoral

- ▶ Promover abordagens de consultoria em gestão de riscos voltadas aos eixos do Plano Integrado de Eleições – PIE
- ▶ Aperfeiçoar os portais da intranet e internet para as eleições 2020
- ▶ Estabelecer e executar metodologia para criação, manutenção e exclusão de pontos de transmissão
- ▶ Estabelecer e executar metodologia para criação, manutenção e exclusão de rotas de distribuição e recolhimento de urnas eletrônicas e materiais agregados
- ▶ Planejar, estruturar e integrar o NAERP 2020
- ▶ Executar as ações constantes da resolução 22.656/2007-TSE
- ▶ Exercitar todo o Parque de Urnas Eletrônicas em pelo menos 03 ciclos a cada ano
- ▶ Georreferenciar pelo menos 60% dos Locais de Votação do estado por meio do Sistema GEL
- ▶ Aperfeiçoar orientação às zonas em matéria de contas eleitorais

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS

CPPJ – Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

- ▶ Aperfeiçoar a rotina de orientação às zonas eleitorais, inclusive em contas partidárias
- ▶ Elaborar orientação para utilização do Mural Eletrônico pelas zonas eleitorais
- ▶ Monitorar os processos em tramitação (1º grau)
- ▶ Monitorar os processos em tramitação (2º grau)
- ▶ Atualizar o Manual de Práticas Cartorárias

PERSPECTIVA: RECURSOS

AGP – Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

- ▶ Realizar/manter cursos de Ensino à Distância - EAD (Pós-Graduação e Cursos de Extensão)
- ▶ Programa de Qualidade de Vida no Trabalho – PQV (Exames Periódicos em Saúde do Servidor e Projeto de Qualidade de Vida no Trabalho)

PERSPECTIVA: RECURSOS

AGI – Aperfeiçoamento da Governança Institucional

- ▶ Regularizar a gestão estratégica do TRE-PA
- ▶ Melhorar o índice de Governança do TRE-PA
- ▶ Revisar o Planejamento Estratégico vigente
- ▶ Monitorar o portfólio de projetos estratégicos
- ▶ Coordenar a implementação da Política de Gestão de Risco do TRE-PA, com consultoria da SCIA
- ▶ Fomentar a desburocratização dos processos/procedimentos administrativos
- ▶ Definir a Cadeia de Valor do Tribunal
- ▶ Aperfeiçoar a gerência do Projeto Justiça em Prêmio CNJ de Qualidade
- ▶ Implantar sistema informatizado para a gestão dos contratos administrativos
- ▶ Implantar sistema de Auditoria Interna (AUDITSE)
- ▶ Atualizar o Estatuto de Auditoria Interna
- ▶ Aperfeiçoar a sistemática de elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna
- ▶ Desenvolver a abordagem de Consultoria definida nas normas do IAA - Instituto dos Auditores Internos do Brasil

PERSPECTIVA: RECURSOS

AGO – Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária

- ▶ Aperfeiçoar a metodologia de elaboração da proposta orçamentária
- ▶ Atualizar o mapa de processos da proposta orçamentária
- ▶ Adotar mecanismos de controle gerencial da execução orçamentária
- ▶ Otimizar o processo de liquidação de despesas
- ▶ Monitorar o lapso temporal entre a liquidação e o pagamento das despesas
- ▶ Atualizar a Instrução Normativa nº 01/2014 – Pagamento

PERSPECTIVA: RECURSOS

MIGT – Melhoria da Infraestrutura e Governança de TI

- ▶ Modernização do Parque Computacional do TRE-PA;
- ▶ Adequar malha de conectividade do 1º Grau e Redundâncias a fim de garantir o funcionamento do PJE em 100% dos Cartórios Eleitorais;
- ▶ Implantação do Data Center Remoto para contingência de Sistemas de TI;
- ▶ Elaborar o Plano Diretor de TI (PDTI);
- ▶ Garantir maior confiabilidade e segurança às bases de dados dos sistemas implantados no TRE-PA;
- ▶ Garantir maior confiabilidade e precisão na extração das informações estatísticas do PJe bem como nas informações prestadas ao CNJ, com o objetivo final de cumprir os requisitos necessários à concessão do Selo Justiça em Números.

No Capítulo 4 – Principais Resultados Alcançados, detalharemos os principais programas, projetos e iniciativas desenvolvidos por macrodesafio, bem como no Capítulo 5 – Resultados por Áreas Relevantes, da Gestão trataremos dos recursos alocados para realização destes.

Medidas adotadas em relação aos indicadores de Governança e Gestão levantados

No início de 2020 o TRE-PA realizou a revisão dos indicadores estratégicos, cumprindo recomendações originadas na Auditoria Integrada (TSE e TREs) dos Indicadores Estratégicos.

Assim, a primeira Reunião de Análise da Estratégia de 2020, realizada em maio, não trouxe adoção de medidas em relação aos indicadores de Governança e Gestão do ano de 2020, mas a sugestão dos indicadores resultantes da revisão, os quais foram aprovados pelo Conselho de Governança do Órgão.

Após a revisão, os indicadores estratégicos de Governança e Gestão somavam 25, conforme quadro **gráfico ao lado**.

Na segunda Reunião de Análise da Estratégia de 2020, ocorrida no mês de agosto, foram registradas as medições dos indicadores que permaneceram após a revisão.

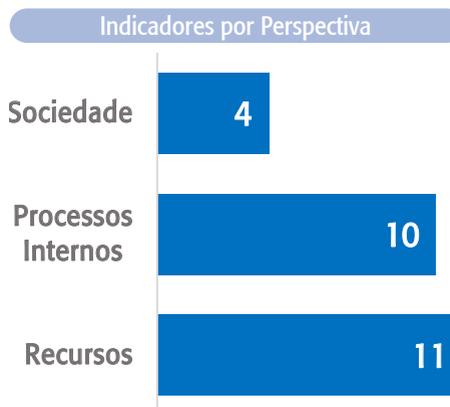
Em razão das limitações impostas pela pandemia do COVID-19 alguns indicadores tiveram suas medições prejudicadas, sendo deliberado pelo Conselho de Governança pela suspensão de sua medição.

Por ocasião da terceira Reunião de Análise da Estratégia de 2020, em dezembro, e seguindo o artigo 15 da resolução TRE-PA nº

5.640/2020, os donos dos indicadores com rendimento abaixo da meta apresentaram análise crítica quanto ao seu desempenho.

Houve análise crítica de 4 indicadores, entretanto, para nenhum dos casos houve medidas adotadas pelo Conselho de Governança.

Assim, as medidas adotadas durante o ano de 2020 quanto aos indicadores de Governança e Gestão, por ocasião da segunda Reunião de Análise da Estratégia, constam do **quadro abaixo**.



Indicador	O que mede	Motivo da suspensão
Índice de acesso à justiça	Atendimentos aos eleitores em itinerantes	Impedimento de se realizar atendimento presencial
Índice de participação nos Projetos de Cidadania	Participação do público nos eventos do Projeto Eleitor do Futuro	Impedimento de se realizar ações presenciais
Índice de qualidade de dados biométricos no banco de cadastro de eleitores	A qualidade das coletas dos dados biométricos dos eleitores	Atendimentos virtuais levaram à suspensão das coletas biométricas
Índice de eficiência do cumprimento de deliberações correccionais	Resolução das deliberações correccionais pelas Zonas Eleitorais	Suspensão dos prazos processuais e impedimento em se tramitar processos físicos
Índice de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho	A relação dos servidores com o trabalho	Suspensão do Programa de Exames Periódicos em Saúde



As atas e apresentações das RAEs podem ser acessadas no link abaixo: <https://www.tre-pa.jus.br/o-tre/governanca-institucional/gestao-da-estrategia/acompanhamento-e-resultados>

Ações de supervisão, controle e correição

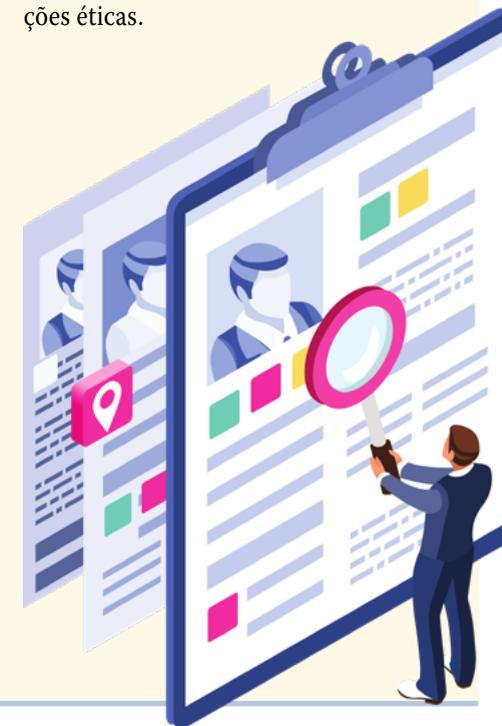
As estruturas internas de governança, de apoio à governança e normas complementares preveem diversos mecanismos de supervisão e controle dos atos no intuito de assegurar a legalidade, legitimidade, economicidade e transparência na aplicação de recursos público.

Neste diapasão o Tribunal Regional Eleitoral tem implantado e aperfeiçoado diversos mecanismos que incrementam o potencial de segurança dos controles institucionais. Na perspectiva das contratações públicas temos: criação do Núcleo de Governança e Apoio às Contratações, melhoria continuada no processo de contratações a partir de metodologia de gestão de processos, a atuação do Comitê de apoio à Gestão Orçamentária e de Aquisições.

Em complemento a apuração das intercorrências nos processos licitatórios é ferramenta adicional e relevante neste processo. Destaque-se que no ano de 2020 tivemos 23 (vinte e três) aplicações de multa e 59 (cinquenta e nove) impe-

dimentos para licitar num total de 79 (setenta e nove) licitações com média superior a uma penalização por procedimento licitatório.

Como controles das condutas dos servidores a atuação da Comissão de Ética com instância interna de apoio à governança se reveste de essencialidade pela sua competência na apuração de violações éticas.



Principais ações de supervisão e controle

A Corregedoria Regional Eleitoral do Pará é uma unidade do TRE responsável pela orientação, supervisão e fiscalização da atividade cartorária e jurisdicional da Justiça Eleitoral de 1º grau. Sua jurisdição abrange todo o Estado do Pará, ficando sob sua supervisão todas as zonas e serviços eleitorais respectivos.

Correições realizadas

A publicação do Provimento CRE/PA nº 1/2020 possibilitou a implementação de todas essas novas formas de correicionar, tendo o uso da ferramenta tecnológica como grande aliada.

Correições ordinárias presididas pela Corregedora Regional Eleitoral

A correição ordinária consiste na fiscalização das atividades cartorárias de forma periódica e prevista, seguindo-se os critérios estabelecidos nos normativos específicos.

A Corregedoria Regional Eleitoral realizou 10 correições nas modalidades presenciais ordinárias e na modalidade virtual.

Por meio do Provimento CRE nº 1/2020 e alinhado com as metas e diretrizes da Cor-

regedoria Nacional de Justiça, a CRE/PA auto delimitou que “todas as zonas eleitorais do Estado do Pará serão correcionadas pelo corregedor no prazo não superior a 4 (quatro) anos.”

No ano de 2020 o percentual foi impactado pela suspensão do trabalho presencial pela Portaria nº 19.475/2020 do TRE/PA.

Novas maneiras de Correicionar – Correição virtual

As correições virtuais duram o mesmo período das correições presenciais e analisam, precipuamente, os incisos elencados no art. 28 e ss. do Provimento CRE nº 1/2020, por meio de análise e cruzamento de informações obtidas por diversos sistemas de tecnologia e comunicação utilizados no âmbito do TRE/PA (PJE, SIEL, INFODIP, ELO, PORTAL BR, SADP e outros).

Capanema foi selecionada como zona inaugural desse projeto pelo seu histórico de boas práticas e de abertura ao diálogo.

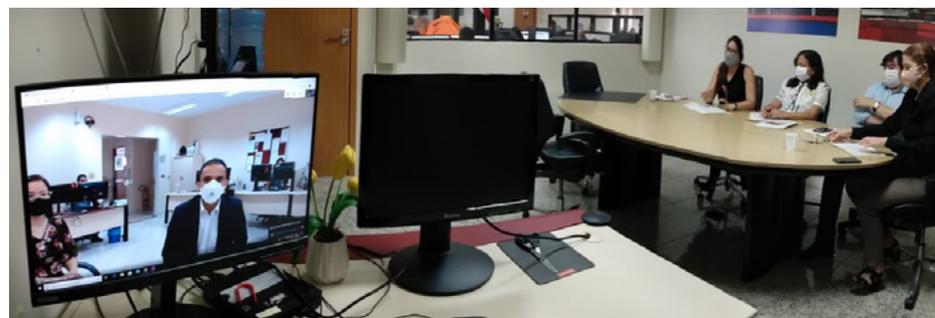
Além de Capanema, foram correcionadas virtualmente as Zonas de Ananindeua (43ª e 72ª) e Castanhal (4ªZE).



Correição na 35ªZE - Baião

Correição na 11ªZE - São Miguel do Guamá

Correição Virtual na 4ªZE - Castanhal



Presenciais

Virtuais

Integradas

Municípios Correicionados em 2020

- 4ª ZE – Castanhal
- 25ª ZE – Capanema
- 25ª ZE – Peixe-Boi
- 35ª ZE – Mocajuba
- 40ª ZE – Tucuruí
- 42ª ZE – Paragominas
- 43ª ZE – Ananindeua
- 72ª ZE – Ananindeua
- 96ª ZE – Belém
- 97ª ZE – Belém
- 103ª ZE – Breu Branco
- 103ª ZE – Goianésia do Pará

Juízes Eleitorais

- Correições Presenciais Ordinárias
- Correições Ordinárias Virtuais
- Municípios de Abrangência da sede da ZE



Principais ações de supervisão e controle

Correição Integrada – Visão sistêmica de integração

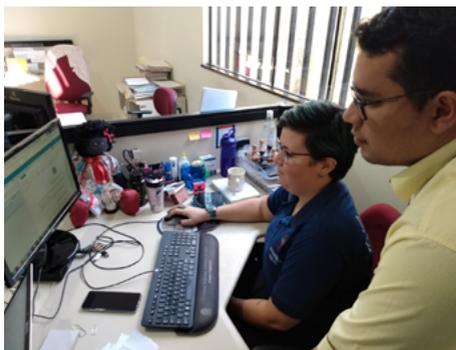
Com a visão sistêmica de transformar a forma de correição tradicional e integrar a Presidência do Tribunal e a Corregedoria Regional Eleitoral, a correição integrada oportuniza a melhoria da prestação jurisdicional e do atendimento ao eleitor, a organização dos cartórios e o rastreamento de possíveis preditores de adoecimento mental entre os servidores da zona eleitoral correicionada.

Um dos principais benefícios das correições integradas é a economia com deslocamento em diárias e passagens, ao concentrar em uma única semana várias ações do Tribunal para as zonas eleitorais que seriam diluídas ao longo do tempo.

Participaram da correição a equipe da Corregedoria, servidores da SAMOS - Seção de Assistência Médica, Odontológica e Psicossocial, do NPJE - Núcleo Gestor do PJE (Processo Judicial Eletrônico), e do Projeto de Organização Documental e Mobiliária dos Cartórios.

Quatro frentes de atuação

Organização documental e mobiliária dos cartórios eleitorais – Adequar a infraestrutura mobiliária e documental dos cartórios eleitorais; organizar os arquivos; orientar a aplicação



▲ **Treinamento PJE zona**

dos instrumentos de Gestão de Documental; otimizar o espaço reservado à guarda de documentos; inventariar os bens permanentes de forma mais técnica; e conscientizar os responsáveis sobre as normas e as orientações da boa Gestão do Acervo Patrimonial.

Doenças mentais e comportamentais – Reunir informações sobre os principais fatores psicossociais e criar ações de prevenção e/ou promoção da saúde voltadas para os servidores das Zonas Eleitorais do Interior do Estado.

Fortalecer o canal de comunicação entre a SAMOS/Serviço de Psicologia e os servidores lotados nas unidades cartorárias.

Correição ordinária – Realizada pela equipe técnica da unidade correicional. Esta nova maneira de olhar a zona eleitoral busca in-



▲ **Organização documental e mobiliária dos cartórios**

teragir a atividade dos serviços eleitorais desenvolvidos e o aspecto humano.

Treinamento PJE Zona – Entrevistas individualizadas com usuários sobre experiência da usabilidade do sistema; alinhamento e validação da pauta da reunião com a Zona Eleitoral; e, Reunião de capacitação em PJE com a Zona Eleitoral.



▲ **Reunião de avaliação das equipes da Correição Integrada**

Correições dos Juizes Eleitorais

As correições ordinárias presididas pelos Juizes Eleitorais são obrigatórias anualmente nas zonas não correicionadas pelo Corregedor. Objetivam aferir a regularidade do funcionamento do cartório eleitoral e de seus serviços, referentes aos doze meses anteriores à data do início do procedimento correicional.

São realizadas entre 1º de novembro e 19 de dezembro de cada ano. Em 2020, devido à pande-

mia do COVID-19 e à implementação do trabalho remoto, em resposta ao pleito da Presidente do Colégio de Corregedores, a Corregedoria Geral Eleitoral ampliou para 30 de abril de 2021

os prazos para realização da correição ordinária anual a que se refere o parágrafo 1º do artigo 1º da Resolução-TSE 21.372, de 25.3.2003, e para encaminhamento dos respectivos relatórios à Corregedoria Regional.



Principais ações de supervisão e controle

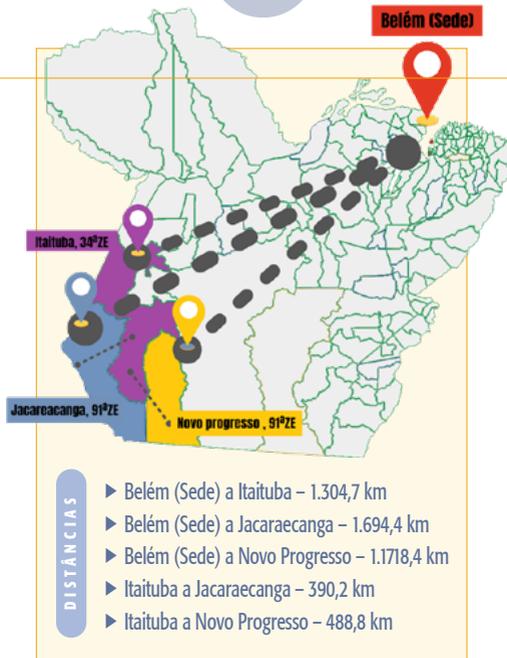
Monitoramento das Correições

Além do controle dos serviços eleitorais das zonas realizado diretamente, por meio de correições ordinárias e extraordinárias, é papel da Corregedoria acompanhar o cumprimento das deliberações das correições, a fim de aferir a regularidade das ocorrências que possam repercutir no andamento das atividades cartorárias e avaliar o aperfeiçoamento dos trabalhos.

Conforme preceitua o Provimento CRE/PA nº 01/2020 em seu artigo 37, concluída a correição, poderá ser determinada a realização de correição extraordinária, inspeção ou visita técnica, quando o corregedor entender necessário. Assim, ao longo do biênio foram realizadas visitas técnicas nos municípios de Jacareacanga, Cachoeira do Arari, Rio Maria, Nova Timboteua, Concórdia do Pará, Novo Progresso, Prainha, Itaituba e Tailândia.

Como exemplo, foram realizadas reuniões de trabalho com os juízes e chefes de cartório das zonas eleitorais de Jacareacanga/102ª ZE e Novo Progresso/91ª ZE, cidades a 1.700 km e 1.648 km da sede do Tribunal em Belém, respectivamente. Essas zonas eleitorais não foram correicionadas em 2019, mas mantiveram-se com índice abaixo da média no ranking da eficiência do Portal da Corregedoria.

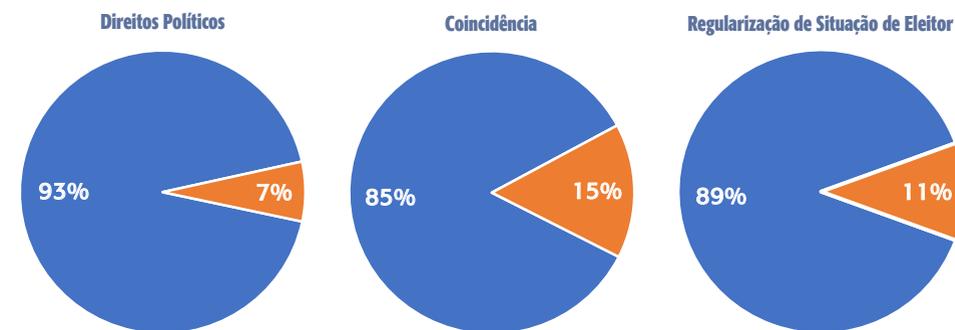
Também, no período correicional, observando a baixa produtividade de algumas zonas eleitorais e não havendo previsão de correição ou visitas institucionais no calendário anual, foram realizadas reuniões de trabalho com essas unidades, implementando uma nova metodologia de orientação e acompanhamento: utilizar-se da estrutura pessoal e financeira de uma correição presencial para reunir-se com a unidade cartorária em proximidades identificadas. Essa metodologia é primordial no estado do Pará, que possui 1.248.000 km² de extensão territorial.



Processos Administrativos de competência da Corregedoria Eleitoral

Durante o exercício de 2020, tramitaram pela Corregedoria Regional Eleitoral do Pará, 313 processos administrativos de competência da CRE-PA, sendo 147 da classe de Direitos Políticos, 153 da classe de Regularização de Situação do Eleitor e 13 da classe de Coincidência.

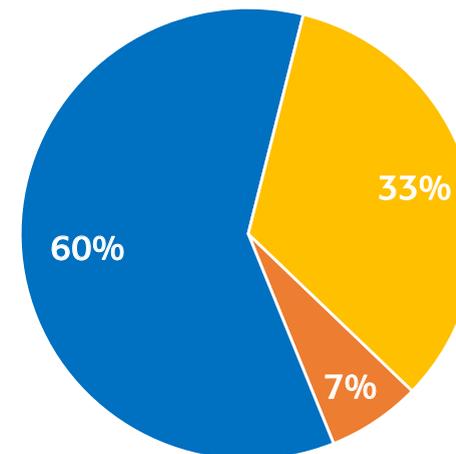
Classe	Arquivado	Tramitando
Direitos Políticos	137	10
Coincidência	11	2
Regularização de Situação de Eleitor	136	17



Investigações preliminares, sindicâncias e procedimentos de natureza disciplinar

Todos os tipos de procedimentos disciplinares foram objeto de decisão na Corregedoria Regional: processos administrativos disciplinares, investigações preliminares, representações contra servidores e magistrados e pedido de providências. Com relação aos processos administrativos disciplinares, o que inclui a investigação preliminar, houve o julgamento de 100% deles.

- Representações (contra Juízes e Servidores)
- PADs (Juízes e Servidores)
- Investigações Preliminares (Juízes e Servidores)



Principais ações de supervisão, controle e de correição adotadas para a garantia da legalidade, legitimidade, economicidade e transparência na aplicação dos recursos públicos

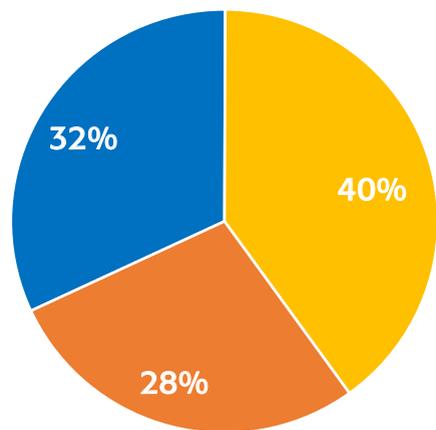
Auditoria do cadastro eleitoral

A Corregedoria Regional do Pará realizou duas auditorias no cadastro eleitoral. A auditoria do exercício de 2019 analisou o sistema Infodip e seus reflexos nos cadastros das 100 zonas eleitorais do Estado.

No exercício de 2020, foram auditadas 60 zonas eleitorais em todas as regiões do Estado do Pará, onde foram observados os seguintes pontos: lançamento de códigos ASE no sistema Elo decorrentes das comunicações do In-

fodip; formalização dos processos de Direitos Políticos (DP), Duplicidades (DPI) e Composição de Mesas Receptoras (CMR), no PJE; formalização dos Procedimentos RAE, no sistema SEI; tratamento dos requerimentos de justificativa Eleitoral; lançamento de ASE oriundos dos processos de prestação de contas eleitorais; e lançamento de ASE referente às multas eleitorais. O **gráfico abaixo** expõe os resultados apurados na auditoria.

No mapa abaixo são identificados os municípios que integram as Zonas Eleitorais que tiveram o cadastro eleitoral auditado.



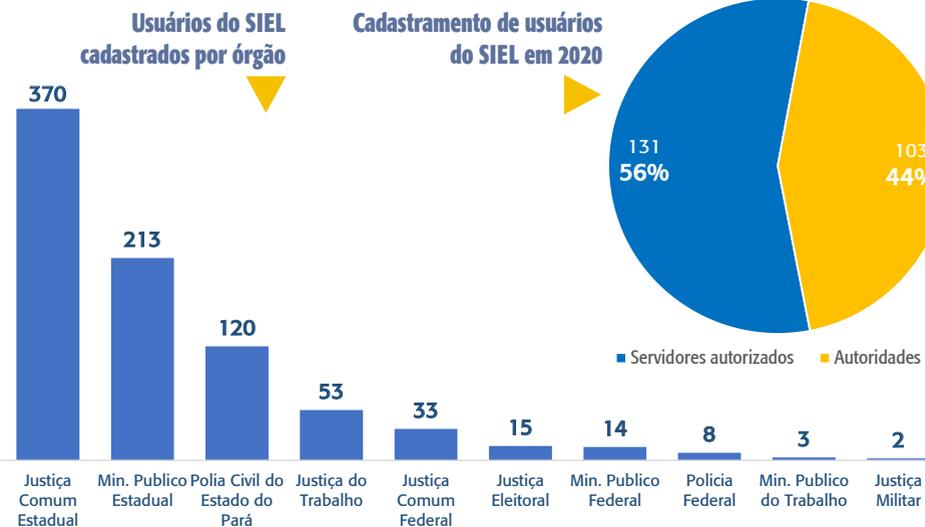
- Trataram todas as pendências
- Trataram parcialmente as pendências
- Não trataram nenhuma das pendências

SIEL – Sistema de Informações Eleitorais

O Sistema de Informações Eleitorais (SIEL) foi instituído pelo TSE em 2010, regulamentado pelo Provimento CRE/PA nº 03/2014 e alterado pelo Provimento CRE/PA nº 04/2018. Sua utilização é obrigatória para consulta e obtenção de informações do Cadastro Nacional de Eleitores pelas autoridades judiciais, membros do Ministério Público e as autoridades policiais. Todos os pedidos de acesso ao referido sistema são gerenciados pela Corregedoria Regional Eleitoral do Pará.

A solicitação online possibilita a obtenção de dados eleitorais diretamente pelo SIEL, tais como: nome completo, título eleitoral, data de nascimento, zona eleitoral, endereço do eleitor, telefone do eleitor, data do domicílio eleitoral, filiação (pai e mãe) e naturalidade, exceção dos dados biométricos do eleitor.

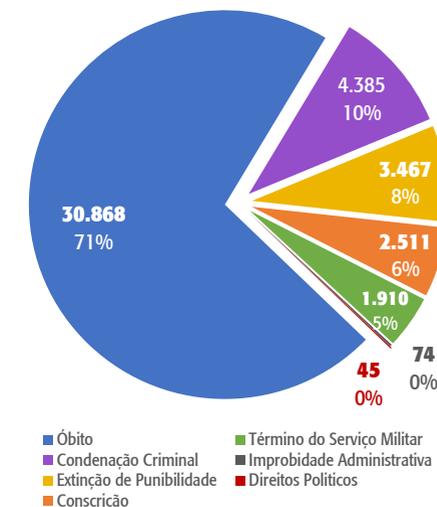
No exercício de 2020, foram realizadas 41.169 pesquisas no sistema.



INFODIP

O Sistema de Informações de Óbitos e Direitos Políticos - INFODIP foi instituído no âmbito do TRE-PA em 2016 por meio do Provimento nº 06/2016 - CRE. O sistema é o meio oficial de remessa de comunicações de óbito, conscrição, conclusão do serviço militar obrigatório, inelegibilidade, suspensão e restabelecimento de direitos à Justiça Eleitoral no Estado do Pará.

No exercício de 2020 foram registrados 43.260 comunicações via Infodip, distribuídos conforme **gráfico abaixo**.



Resultados por Macrodesafío

4

Mensagem do Diretor-Geral

É cediço que o setor público vem se deparando nos últimos anos com uma demanda cada vez maior por serviços que requerem agilidade nas entregas efetuadas à sociedade, contudo, sem perder de vista a qualidade e a eficácia almejada por seus clientes.

Entretanto, é de conhecimento notório também que o atual cenário social e econômico do país nos impele a perquirir esse aprimoramento valendo-se dos meios e recursos disponíveis, porém quase sempre escassos ou insuficientes, para se otimizar o trabalho e, assim, buscar-se o favorecimento do equilíbrio do binômio demanda-recursos.

Neste sentido, o ano de 2020 descortinou-se apresentando um cenário ainda mais desafiador aos trabalhos, impondo um contexto de pandemia provocada pelo vírus COVID-19, cujos impactos foram observados nos mais diversos setores da sociedade, atingindo o âmbito pessoal das pessoas, o qual inegavelmente impactou sobremaneira o aspecto profissional – inerentemente também afetado por tal situação.

Assim, em meio às situações nunca antes observadas a administração do Tribunal Regional Eleitoral buscou a adaptação necessária para não incorrer na interrupção da prestação jurisdicional, levando-a a adoção de medidas inéditas como a suspensão do trabalho presencial (Portaria 19.475/2020), implicando o

estabelecimento maciço do regime de trabalho remoto no âmbito do TRE-PA.

Vários foram os atos administrativos praticados por este Tribunal em razão do combate à pandemia do COVID-19, a saber: as Portarias n.º 19.458 e 19.467, de 17 e 19 de março de 2020, as quais estabeleceram medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo COVID-19; a Portaria n.º 19.466, de 19 de março de 2020, que dispôs sobre a suspensão de prazos processuais; a Resolução n.º 5.626, de 19 de março de 2020, que regulamentou a suspensão temporária das sessões presenciais de julgamento.

É importante ressaltar que o ano de 2020 se mostrou ainda mais desafiador em decorrência das Eleições Oficiais ocorridas no mês de novembro de 2020, evidenciando-se a importância de se focar em princípios fundamentais e permanentes da organização, substanciados em valores como a segurança, transparência, responsabilidade, celeridade e efetividade.

Em 2020, o termo “segurança” teve ampliado a sua concepção habitualmente considerada para além de se referir à garantia da boa ordem dos trabalhos, por meio da salvaguarda de materiais e pessoas envolvidas no processo eleitoral, passando a considerar o viés afeto à segurança no que tange à prevenção contra o corona vírus Covid-19.

Nesse sentido, o Tribunal recebeu diversos materiais que foram distribuídos a seus mesários para atuarem com segurança durante o 1º e o 2º turno das Eleições 2020. Foram mais de 88.000 frascos de álcool em gel, mais de 18.000 frascos de álcool líquido desinfetante, mais de 90.000 face Shields, quase 346.000 máscaras de proteção e, ainda, cerca de 88.500 frascos de álcool em gel destinados aos eleitores. Ao total foram 6(seis) carretas carregadas de Equipamentos de Proteção Individual.

No que tange à transparência, cumpre-se mencionar que em 2020 Belém foi uma das cinco capitais brasileiras que participou do projeto “Missão de Observação Eleitoral Nacional 2020” cuja finalidade foi a de trazer mais transparência ao processo eleitoral, possibilitando a elaboração de material para consultas especializadas, além de contribuir com sugestões de melhorias por meio de seu relatório final.

A missão procurou observar diversos processos eleitorais, tais como os vídeos de capacitação de mesários; a preparação de urnas eletrônicas; abertura dos trabalhos no dia da votação; observação no momento de abertura e fechamento dos trabalhos e nos centros de votação durante a jornada eleitoral; e apuração do resultado nos TREs.

Em 2020 uma operação inédita foi realizada e coordenada pelo TSE, em parceria com o TRE Pará e os demais tribunais da região Norte. Em razão da pandemia, houve uma série de percalços e atrasos relacionados ao recebimento

dos equipamentos (Brgans) responsáveis por permitir a totalização dos votos da eleição de maneira rápida. Contudo, imbuídos pelo senso de responsabilidade servidores do TRE-PA se deslocaram ao município de Barueri/SP e, por meio de uma parceria estabelecida entre TSE e Receita Federal foi possível realizar testes prévios nos equipamentos a serem destinados ao Estado do Pará, além de ter sido possível antecipar a vinda desses equipamentos, com vistas à implementação da logística de distribuição com mais tempo e segurança.

Quanto ao aspecto celeridade e efetividade importante se destacar o feito nas Eleições 2020, onde tivemos umas das Eleições mais ágeis do país. Durante o 1º turno, Belém foi a primeira capital do Brasil a apontar que haveria segundo turno e quais seriam os seus candidatos. Já no segundo turno, mais uma vez a capital paraense foi a primeira a ter seu prefeito eleito, dentre 18 capitais. Às 17h47 (apenas 47 minutos depois de encerrar o horário de votação) o resultado foi confirmado matematicamente e divulgado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

A despeito do cenário que a priori se revelaria hostil à realização das Eleições, porém, arrimados nos valores institucionais foi possível realizar uma Eleição histórica, não apenas pelos obstáculos sobrepujados, mas pelo fato de mesmo em meio às adversidades, ter sido marcada pela tranquilidade, transcorrendo de forma pacífica e ordeira, sem nenhuma ocorrência que pudesse ter prejudicado os trabalhos eleitorais.

Não bastasse o Tribunal ter conseguido cumprir de modo satisfatório a sua missão institucional - Garantir a legitimidade do processo eleitoral visando ao fortalecimento da democracia – 2020 ainda revelou-se um ano de conquistas e de valorização à imagem institucional do TRE-PA.

O Tribunal foi agraciado com o Prêmio CNJ de Qualidade na categoria “Ouro”. Obteve o 5º lugar no ranking da transparência do Poder Judiciário e, ainda logrou o 1º lugar no ranking do Prêmio “Melhores Programas de Estágio” do CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola, na categoria Organização Pública Federal e do Judiciário.

Diante de tal cenário desafiador e, após uma análise acerca dos trabalhos realizados, tenho a percepção de que conseguimos promover não só a prestação jurisdicional inerente à nossa razão de existir, mas também foi possível cumprir com as metas e macrodesafios a que propomo-nos a realizar, os quais poderão ser mais amplamente observados por meio dos resultados gerais dos indicadores estratégicos a seguir apresentados.

Felipe Houat de Brito

Diretor-Geral – Exercício 2021-2022



Resultado Geral dos Indicadores Estratégicos

Segundo normativo do TRE-PA (Res 5.622/2020), cabe à Diretoria-Geral, auxiliada pelo Gabinete de Planejamento, Estratégia e Gestão, monitorar o cumprimento dos indicadores estratégicos do Plano Estratégico 2016-2021.

O ano de 2020 iniciou com o monitoramento de 43 indicadores estratégicos, havendo leitura dos seus cumprimentos nos meses de janeiro a junho. No mês de julho de 2020 foi aprovada Revisão dos indicadores estratégicos, reduzindo o número de indicadores para 25 no segundo semestre.

Todos os indicadores, tanto os pré quanto os pós-revisão, foram considerados para gerar

o resultado do Planejamento Estratégico no ano de 2020, seguindo algumas premissas:

- ▶ *Considerar todos os indicadores apurados pela média das medições*
- ▶ *Considerar apenas os indicadores com leitura ao final do exercício, dentre os que possuem aferição pelo valor acumulado*

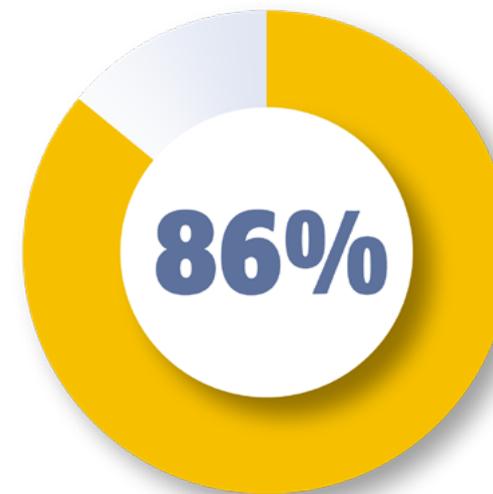
Os indicadores estratégicos, medidos a partir de ações diretas com público (externo e interno), e sofreram grande impacto em virtude da pandemia forçada pela COVID-19, de forma que, após deliberação do Conselho de Governança, tiveram suas aferições suspensas, e, conseqüentemente,

não foram considerados para o resultado.

Está previsto na Resolução 5.640/2020, a forma de aferição do Planejamento estratégico da seguinte forma:

“Art. 17. O cumprimento de cada macrodesafio será aferido a partir da média dos indicadores de desempenho que o integram, para os quais o Planejamento estratégico poderá atribuir pesos diferentes.”

O Planejamento Estratégico vigente não atribui pesos dentre os macrodesafios, de modo que, o resultado do Planejamento estratégico do TRE-Pa para o ano foi o mostrado no gráfico à direita.



Perspectiva

Sociedade

Garantia dos Direitos da Cidadania

Combate à Corrupção, Improbidade Administrativa e Ilícitos Eleitorais

Processos Internos

Fortalecimento da Segurança do Processo Eleitoral

Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária

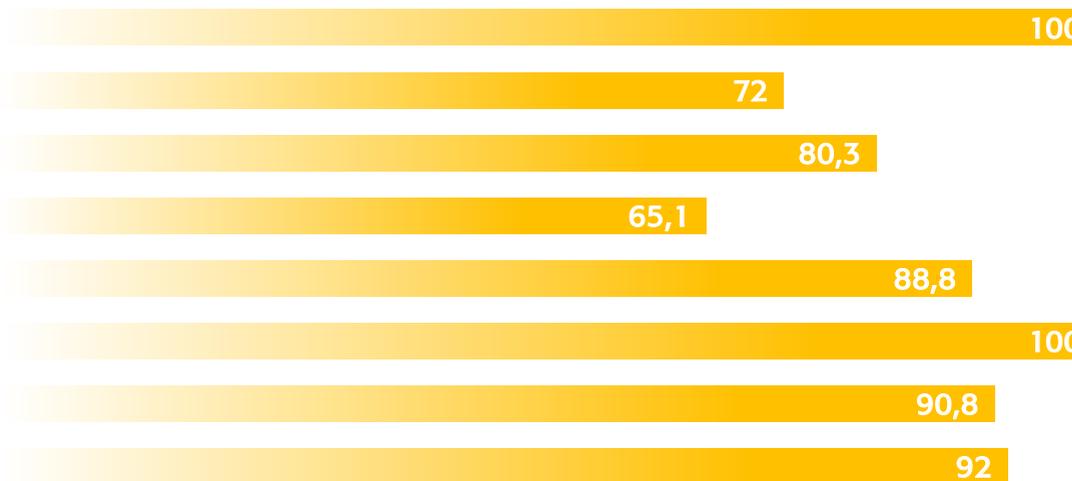
Recursos

Aperfeiçoamento da Governança Institucional

Melhoria da Infraestrutura e Governança de TIC

Macrodesafio

Grau de Cumprimento



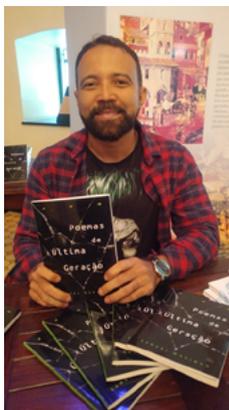
Participação da sociedade em projetos de cunho educacional, cultural e de preservação da memória da Justiça Eleitoral

2020 - Um ano atípico, que nos impôs inúmeros desafios, quando foi preciso fechar nossas portas e não receber, presencialmente, nem o público externo nem o interno. Por conta dos cuidados sanitários gerados pela pandemia, não foi possível realizar as exposições selecionados pelo Edital de Pautas Externas 2020 do Centro Cultural da Justiça Eleitoral do Pará (CCCJE). Ainda assim, realizamos algumas ações bastante prestigiadas pelo público antes de fecharmos as portas, e algumas outras virtuais ou à distância.

23.jan.20 – MultiFEIRA Artistas e Artesãos da Terra. Evento com objetivo de valorizar a produção artesanal e sustentável local. A Feira ocorreu no espaço Jardim das Artes do CCJE, no horário das 9h às 14h.



29.jan.20 – Sons do Coração. Lançamento do livro de poesias do Desembargador Leonam Cruz, membro da Corte do TRE-PA.



6.fev.20 – Poemas de Última Geração. Lançamento do livro de poesias do servidor Samuel Marinho, no espaço expositivo da Galeria do CCJE.



5.mar.20 – Reunião da Comissão Julgadora do Edital de Pautas Externas do CCJE 2020, composta por Emanuel Franco, Alexandre Sequeira e Ruma de Albuquerque. O resultado foi divulgado no dia seguinte, nos portais da internet, intranet e por e-mails, sendo selecionadas as propostas: “Crescentiacujete (cuieira), passado e presente” - proponente: Francelino Mesquita; “Nós de Aruanda” - proponente: Jean Ribeiro.



24.set.20 – Participação na 14ª Primavera dos Museus.

As Semanas de Museus são uma promoção do IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus que acontecem a nível nacional. No segundo semestre de 2020 a 14ª Primavera dos Museus, cujo tema foi Mundo Digital – Museus em Transformação, ocorre, de forma virtual, no período de 21 a 27 de setembro. Nessa edição o CCJE/TRE-PA participou, em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado-TJPA e Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região-TRT8, do webinar transmitido pelo canal ejpa.tjpa.jus.br no dia 24/09, às 16h.

Programação em 24 de setembro - 16h - Webinar – tema “**Memória do Judiciário Paraense: Os desafios na era digital**” – palestrantes: Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento pelo TJPA e TRE-PA e Desembargador Luis José de Jesus Ribeiro pelo TRT-8 e Memojutra.



O CCJE realiza ações educacionais e culturais de promoção da cidadania e de preservação da memória da Justiça Eleitoral.

25 e 27.nov.20 – Execução do projeto piloto referente ao Projeto de Humanização dos Ambientes do TRE-PA.

Preservar e divulgar a memória da Justiça Eleitoral do Pará é uma das atribuições de seu Centro. Criar e manter um acervo visual faz parte dessa missão. Para tanto, foram definidos os espaços da Central de Atendimento ao Eleitor – CAE e a 78ª Zona Eleitoral-Marituba para essa primeira fase. Dia 25 foi montada uma exposição na CAE e dia 27 em Marituba, ambas com o objetivo de divulgar as ações e a logística de trabalho da Justiça Eleitoral, bem como documentar a memória institucional.

As imagens são registros de ações do Programa Eleitor do Futuro da Escola Judiciária Eleitoral - EJE e do trabalho monumental que é realizar as eleições no estado do Pará. O objetivo também é prestar conta das atividades desenvolvidas pela Justiça Eleitoral do Pará ao cidadão que visita os espaços em busca dos nossos serviços.

Todas as imagens fotográficas expostas são de autoria de servidores, colaboradores e prestadores de serviço do TRE-Pará.

MUNDO DIGITAL MUSEUS - trans-formação ação

Memória do Judiciário Paraense: Os desafios na era digital

Palestrantes:

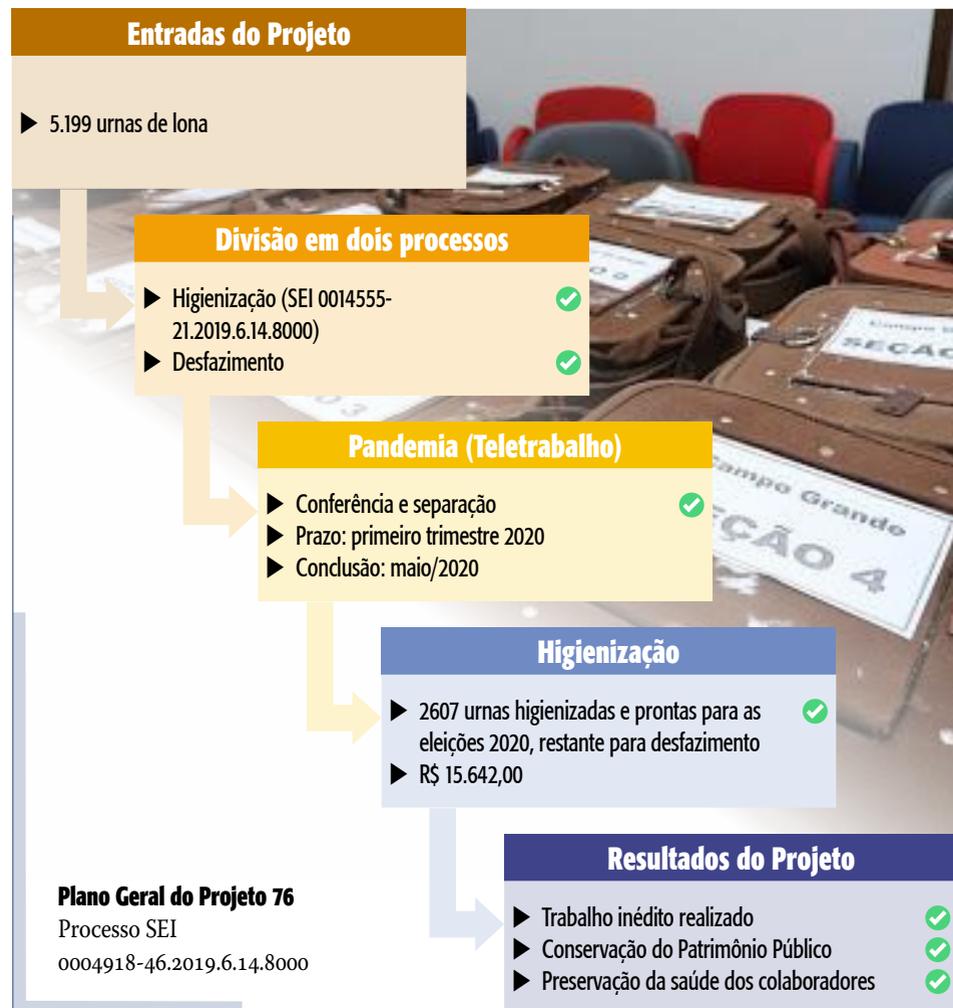
- Desa. Luzia Nadja Guimarães Nascimento** - TJPA e TRE
- Des. Luis José de Jesus Ribeiro** - TRT-8 e conselheiro executivo do Memojutra

24.09 quinta-feira

às 16h

Para assistir, acesse: ejpa.tjpa.jus.br

Implantar projeto de higienização e desfazimento sustentável de urnas de lona



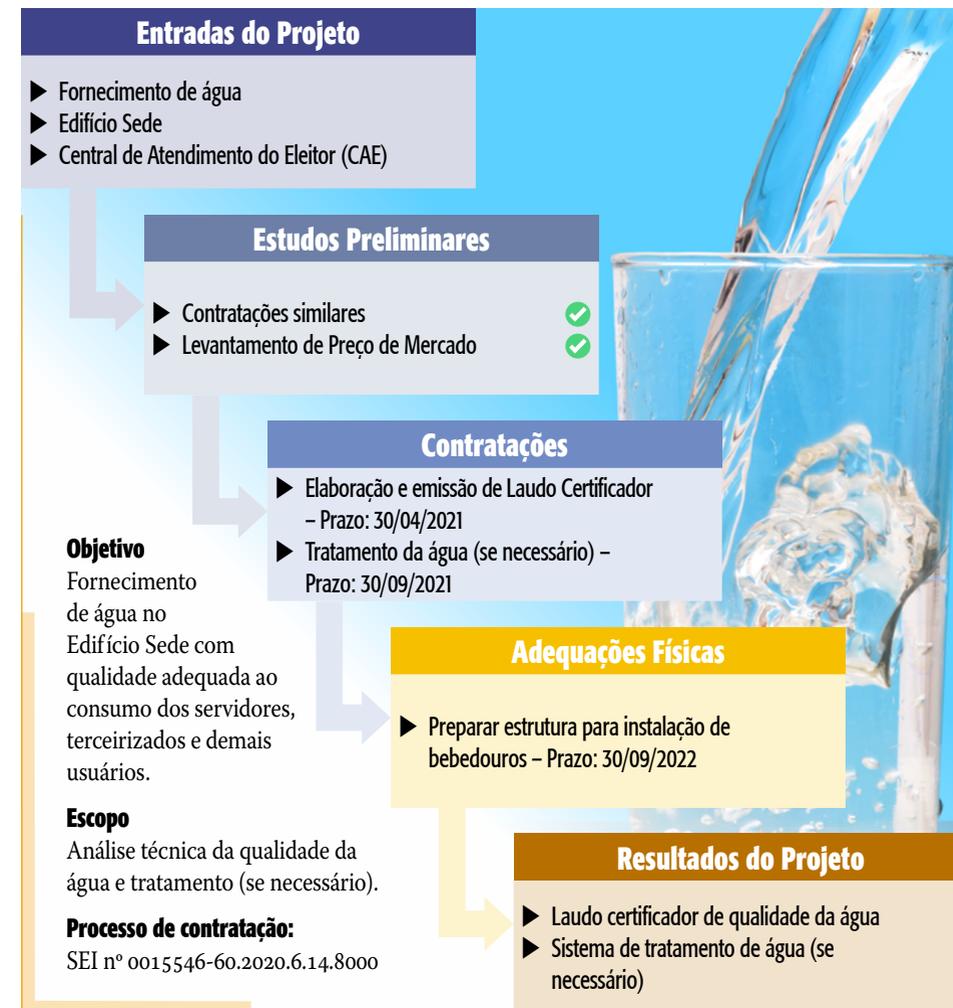
Atender aos requisitos da Resolução do CNJ nº 215/15 para o portal da internet

Considerando a Resolução TRE-PA nº 5.647/2020 e Resolução CNJ nº 215/2015 (art. 5º, V), bem como para atender às necessidades específicas de divulgação dos Atos Normativos do TRE-PA o sistema Publicador de Documentos foi expandido com o acréscimo do módulo de Atos Normativos como consta no processo SEI nº 0000797-38.2020.6.14.8000.

Foi criado um grupo de trabalho envolvendo diversas unidades do Tribunal, denominado GT Atos Normativos (Portaria nº 19.411, de 03/03/2020). Os tipos de Atos Normativos disponibilizados foram: Resolução, Resolução Conjunta, Provimento, Portaria da Presidência, Portaria da Corregedoria, Portaria da Diretoria Geral, Portaria Conjunta e Instrução Normativa.

Foram criadas permissões de acesso exclusivas para a publicação de cada tipo de Ato Normativo, fazendo com que apenas usuários de determinadas unidades possam publicar cada tipo específico. O sistema já se encontra em produção e atende diversas unidades autorizadas do TRE-PA.

Melhoria da qualidade da água fornecida na sede do TRE e CAE

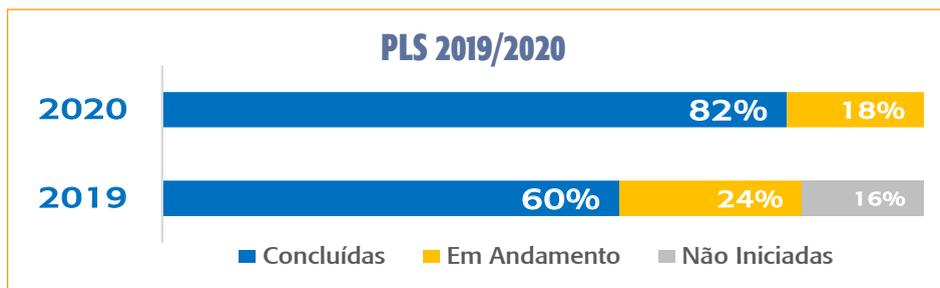


Elaborar e executar o Plano de Logística Sustentável do biênio 2019/2020

O Plano de Logística Sustentável – PLS constituiu a principal ferramenta norteadora das práticas de sustentabilidade nos exercícios de 2019 e 2020, em consonância com a Resolução CNJ 201/2015. Em 2019, composto por 37 (trinta e sete) ações, organizadas em oito eixos temáticos, o PLS promoveu o envolvimento de diversos setores do Tribunal, estimulando a construção integrada de processos de trabalhos alinhados aos critérios de sustentabilidade.

Destacaram-se em 2019 a redução em 54% (cinquenta e quatro por cento) em energia elétrica, resultado decorrente da instalação de usinas fotovoltaicas no Edifício Sede e na Central de Atendimento ao Eleitor. Em telefonia fixa, houve redução em 29% (vinte e nove por cento), alcançada pela instalação de tecnologia VOIP.

Em 2020, foram estabelecidas 26 (vinte e seis) ações, organizadas em oito eixos temáticos, voltadas a fortalecer as práticas de sustentabilidade. Diante do cenário de pandemia da COVID-19, 04 (quatro) ações foram canceladas por inviabilidade de execução. Foi necessário o realinhamento de prazos, contudo, 22 (vinte e duas) ações foram conduzidas ao longo do exercício, alcançando-se a conclusão de 82% (oitenta e dois por cento), ou seja 18 ações, conforme evidenciado no gráfico.



Foram realizadas 02 (duas) campanhas solidárias, com amplo apoio de servidores. Em junho, arrecadou-se recursos para doação de 170 (cento e setenta) cestas básicas para moradores em situação vulnerável da área do Porto do Sal. Com a Campanha Desapega, em novembro, arrecadou-se 424 kg de bens doados ao Movimento República de Emaús.

No tema Gestão de Resíduos Sólidos, estabeleceram-se parcerias com as unidades de Gestão Documental e Depósito de Urnas,

para descarte adequado de documentos, cabinas eleitorais e caixas de urnas danificadas.

O NSA produziu duas publicações. O Guia Orientativo sobre Descarte de Resíduos Sólidos, destinado a auxiliar o público interno sobre os tipos de resíduos e modo de descarte. E em conjunto com a Seção de Gestão Documental, o guia Orientações para Armazenamento e Descarte de materiais de propaganda eleitoral apreendidos, a convite da Corregedoria Eleitoral.

Política institucional de boas práticas

A Resolução TRE-PA nº 5.667/2020 instituiu o Prêmio de Ideias Inovadoras e Boas Práticas no âmbito do TRE-PA destinado a valorizar e reconhecer servidores, magistrados e colaboradores deste Regional.

O prêmio visa identificar, disseminar e es-

timular boas práticas neste Tribunal e com isto aprimorar os serviços prestados aos eleitores, bem como promover a melhoria da eficiência da prestação jurisdicional.

A premiação será realizada bianualmente e a primeira edição ocorrerá em janeiro de 2022.

Promoção da acessibilidade nos imóveis da Justiça Eleitoral



Atualização da Carta de Serviços do Tribunal (2º Grau e ao Eleitor)

Tendo em vista a necessidade constante de aprimorar o portal da transparência e garantir aos cidadãos o acesso à informação, a Ouvidoria, em ação conjunta com a Corregedoria Regional Eleitoral e a Secretaria Judiciária, apresentou a versão atualizada da Carta de Serviços ao Eleitor. A arte e a diagramação da referida Carta coube à Assessoria de Comunicação.

O objetivo deste instrumento de informação ao cidadão é disponibilizar-lhe os principais serviços prestados pelas unidades que compõem este Regional. A revisão e as alterações introduzidas na presente Carta de Serviços, no que concerne ao seu conteúdo e a sua estrutura, estão em total conformidade com a Lei nº 13.460, de 16 de junho de 2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos.

No conteúdo da referida Carta estão descritos os serviços oferecidos ao eleitor (o alistamento, a transferência, a revisão e a segunda

via), as condições e os procedimentos necessários para a obtenção desses serviços.

Ao final de cada serviço, a carta informa o tempo estimado de espera para o atendimento. Nela estão, também, as informações sobre o Título Digital, por meio do qual, o eleitor terá acesso de maneira rápida e facilitada as suas informações cadastradas na Justiça Eleitoral.

Em seu bojo estão, ainda, os esclarecimentos acerca dos serviços de atendimento virtual, implantado em razão da necessidade de coibir os riscos de contágio e proliferação da doença COVID-19 aos servidores, jurisdicionados e à sociedade de maneira geral.

Por fim, a **Carta informa os horários e os canais de atendimento na hipótese de sobrevir questionamentos acerca dos serviços prestados.** O lançamento ocorreu na sessão administrativa de 09/06/2020 e se encontra disponível no site deste Regional, mediante o acesso ao *link* abaixo.

<http://www.tre-pa.jus.br/eleitor/carta-de-servicos-ao-eleitor>

Implantação da Central de Atendimento Telefônico com solução *Call Center*

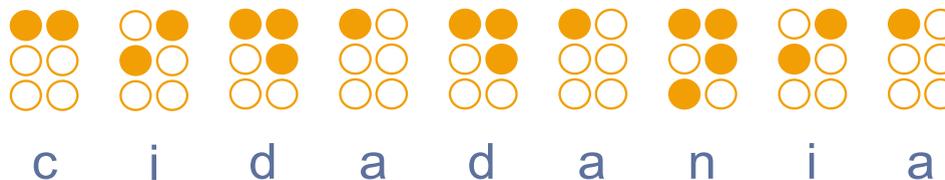
Tendo em vista a necessidade de aprimoramento constante do atendimento neste Regional, **disponibilizando ao cidadão acesso facilitado aos serviços desta justiça especializada com informações específicas** e, ainda, considerando-se a realidade daqueles que não possuem o acesso à internet ou possuem dificuldade para se deslocar ao prédio sede e às zonas eleitorais, esta Ouvidoria apresentou o Projeto de Implantação da Central de Atendimento ao Eleitor com solução de call center.

A ideia inicial era disponibilizar ao eleitor uma central de atendimento, na qual as chamadas telefônicas seriam recepcionadas e, com a opção deste eleitor teclar o número de sua zona eleitoral, fosse a chamada redirecionada a esta zona eleitoral. Todavia, os recursos disponibilizados pela central não comportaram tais redirecio-

amentos, contudo o projeto representou um facilitador na comunicação com este Regional, uma vez que possui 06 (seis) opções de atendimento.

O projeto foi concluído em 31/01/2020 com a configuração e implantação da URA (Unidade de Resposta Audível) **propiciou ao cidadão opções de atendimento para os principais assuntos de interesse público externo e direcionamento de imediato de sua chamada à área correspondente.**

O presente projeto contou com a colaboração da Seção de Serviços de Rede – SSR/COINF/STI, da equipe da ASCOM que realizou a elaboração das mensagens de voz, gravação dos áudios e inserção na central telefônica e, ainda, de servidora do Gabinete de Planejamento, Estratégia e Gestão (GPEG) que disponibilizou sua voz para gravação das mensagens.



Implementar a publicação de materiais informativos da JE em braille e áudio livro

Com o escopo de **aprimorar o atendimento aos eleitores com deficiência visual**, mediante a disponibilização de seus informativos em Braille, a Ouvidoria estabeleceu contato com entidades e organizações que desenvolvem ações inclusivas voltadas para os deficientes visuais, visando estabelecer parceria para minimizar os custos com a transcrição em Braille do conteúdo dos informativos. Diante de uma resposta positiva da Seção de Braille, da Fundação Cultural do Pará, esta Ouvidoria formalizou a parceria, a qual viabilizou a transcrição e impressão dos fôlderes pela referida seção de Braille, de forma gratuita, cabendo unicamente ao Tribunal fornecer os papéis específicos para a referida ação.

O serviço de impressão e transcrição vem sendo realizado de forma gradativa, tendo em vista o fato de que a seção de Braille realiza atendimentos apenas duas vezes na semana, ainda por conta da pandemia da COVID-19, **estando atualmente 290 (duzentos e noventa) exemplares prontos para envio às zonas eleitorais.**

Concurso de Fotografias sobre as Eleições 2020

O Concurso de Fotografias teve por objetivo documentar e divulgar as ações da Justiça Eleitoral do Pará nas eleições municipais de 2020, dando a conhecer a produção fotográfica de magistrados, servidores, promotores e demais colaboradores da Justiça Eleitoral, nos municípios do estado do Pará, com o registro das atividades de organização e de realização das Eleições 2020.

O tema “Desafios das Eleições 2020 no Pará” aborda desde os preparativos para o pleito, em todas as suas formas e etapas, tais como o transporte e distribuição de urnas eletrônicas e materiais diversos, a capacitação de colaboradores, a preparação dos espaços das seções eleitorais, a preparação de urnas, o atendimento eleitoral em ações itinerantes ou no dia da eleição, a participação dos cidadãos, seja na preparação do pleito seja no momento da votação, a mobilização da sociedade, o momento da votação, a apuração de resultados das eleições, entre outras temáticas afins.

As obras selecionadas serão utilizadas na exposição virtual que será promovida pelo CCJE em comemoração, em 2020, aos 10 anos de criação do Centro Cultural da Justiça Eleitoral do Pará.



Entrega na Comunidade Saraca Amapá - Oriximiná PA - comprometimento e responsabilidade com o que nos foi delegado
– de Alessandro de Sousa Santos –
Função: TSAT na 38ª ZE – Oriximiná – PA



a) **Transmissão de Dados** – de Felipe dos Anjos Medeiros – Técnico de Transmissão na 17ª ZE – Chaves;
b) **Chegada da urna eletrônica na Ilha do Quatipuru, município de Tracuateua** – de Flávio Rocha Rodrigues – Requisitado da 13ª ZE – Bragança; c) **À Deriva** – de Alair Cabral Ferreira – Técnico Judiciário lotado na Seção de Transporte – SETRA; d) **Trapiche da cidade, distribuição de urnas eletrônicas feita por voadeira, véspera das Eleições Municipais 2020** – de Fabricia Favacho Macedo – Requisitada/Assistente I da 17ª ZE – Chaves.

Ações de cidadania com estudantes

A Escola Judiciária Eleitoral (EJE) do TRE-PA realiza diversas ações de cidadania com crianças, adolescentes e jovens, em escolas públicas e particulares, da capital e do interior do estado, bem como com segmentos de minorias (idosos, menores infratores, pessoas com deficiência, entre outros).

Com a pandemia da COVID-19 a EJE teve muitas das suas atividades prejudicadas, uma vez, que o trabalho realizado nesta Coordena-

doria é feito com ações de cidadania no qual se tem contato direto com o público através do Programa Nacional Eleitor do Futuro –PNEF ou através de “Visitas Guiadas” de universitários ao TRE e ao Centro Cultural.

Nos meses de março e abril antes da parada da pandemia ainda conseguimos levar o Eleitor do Futuro ao município de Ulionópolis e em duas escolas na capital, Belém, realizando um total de 893 atendimentos.

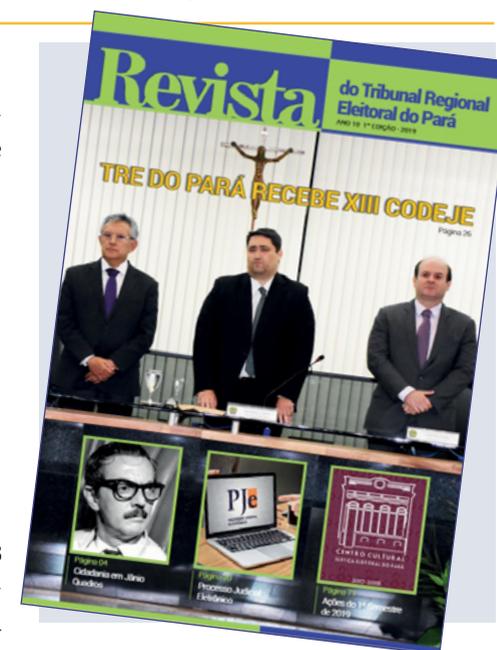
Programa Estudos Eleitorais

Em razão da Pandemia, os programas de capacitação da EJE foram realizados através de eventos online com palestrantes renomados.

Circuito Webinars – Eleições 2020 em Debate:

- ▶ Arrecadação e Gastos na Pré-campanha;
- ▶ Adiamento das Eleições e os impactos no Processo Eleitoral;
- ▶ Os impactos da pandemia nas candidaturas Femininas;
- ▶ Convenções partidárias virtuais;
- ▶ Registros de candidaturas;
- ▶ Propaganda Eleitoral na Internet;
- ▶ Condutas Vedadas nas Eleições 2020.

Realizamos também o **Curso em EAD Eleições 2020** aos Magistrados e Servidores do TRE-PA, sobre os principais temas de prática processual e as mudanças na Legislação Eleitoral, com os professores Alexandre Basílio, Jaime Barreiros Neto entre outros professores reconhecidos no Direito Eleitoral.



▶ Em janeiro de 2020 foi publicada a 10ª edição da **Revista do TRE** sempre com o estímulo à pesquisa e a divulgação das principais ações realizadas pelo TRE do Pará.

Expandir a aplicação da pesquisa de satisfação do eleitor para zonas eleitorais

Tendo em vista a necessidade de dar continuidade à implantação da pesquisa de satisfação iniciada em 2017, ampliando a participação dos eleitores paraenses na pesquisa de opinião em relação aos serviços prestados por esta Justiça Especializada, a fim de que o referido instrumento avaliativo cumpra cada vez mais a sua finalidade, a Ouvidoria apresentou projeto destinado a **expansão da referida pesquisa para as zonas eleitorais de Bragança, Breves, Capanema, Itaituba, Paragominas e Marituba**. A equipe de servidores estabeleceu contato direto com os (as) chefes de cartório das zonas eleitorais avaliadas, no sentido de fomentar a participação cidadã na pesquisa de opinião, o que resultou na majoração substancial de registros no sistema de pesquisa.

Ressalte-se que a referida pesquisa de satisfação foi introduzida, em 2017, nas zonas

eleitorais de Altamira, Ananindeua, Belém (Central de Atendimento ao Eleitor), Castanhal, Paraupébas, Santarém e Soure atendimento às **determinações contidas no Glossário de Metas Específicas estabelecidas pelo Colegiado do Conselho Nacional de Justiça**, que em suas páginas 11 a 13, determina que cabe aos TREs atingir 80% no grau de satisfação dos eleitores quanto aos serviços prestados pela Justiça Eleitoral, através da instituição de mecanismo de aferição permanente.

A participação é realizada mediante a utilização de software desenvolvido pela Seção de Conteúdo e Desenvolvimento WEB-SCDW, instalado em computador enviado para as zonas eleitorais, em **formulário eletrônico** que contém os seguintes itens avaliativos: a) Cortesia do atendente; b) Orientação prestada e c) Prazo de Atendimento, tendo cada um com cinco níveis de resposta.

Corregedoria e Ouvidoria Judiciária Eleitoral

A Corregedoria Eleitoral e a Ouvidoria Judicial Eleitoral - OJE reuniram-se para definir estratégias, atribuições e metodologia do fluxo das denúncias e reclamações apresentadas pelo cidadão junto aos diversos canais de entrada da OJE para os cartórios eleitorais e CRE.

Dentre as principais deliberações tomadas, destaca-se o envio de ofício para o MCCE - Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral com a cartilha da propaganda eleitoral, a carta de serviços da ouvidoria e um fluxograma da notícia de irregularidade da propaganda, bem como a importância de reunir provas.

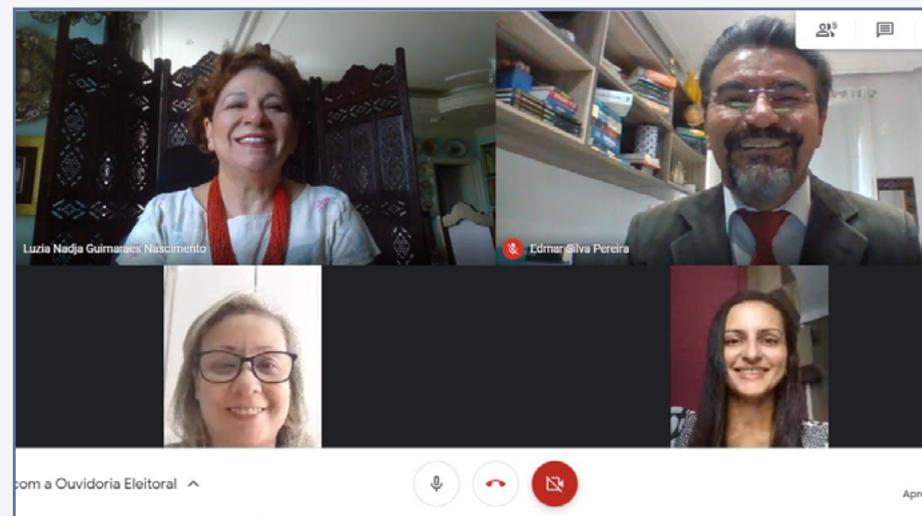
Destacou-se também a atualização da Carta de Serviços do Tribunal Regional Eleitoral do Pará - iniciativa estratégica do Plano de Gestão 2019-2020 realizada conjuntamente por esta Corregedoria Eleitoral, Ouvidoria e Secretaria Judiciária.

Considerando que a Carta de Serviço é voltada para o eleitor, e o eleitor paraense pertence a várias camadas culturais, a visão para a Carta proposta pela Corregedoria foi de texto objetivo e simplificado, sem deixar

de conter as informações importantes, essenciais a dirimir as dúvidas do eleitor.

Reunindo as propostas das três unidades envolvidas, a Carta de Serviços foi consolidada pela Ouvidoria, objetivando informar o cidadão sobre os serviços prestados pelo TRE-Pará, as formas de acesso a esses serviços e os respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

Abaixo, reunião da Corregedoria Regional Eleitoral com o Ouvidor Eleitoral, Juiz de Direito Edmar Silva Pereira e equipe. À direita, a Carta de Serviços do TRE-PA.



Aperfeiçoar a rotina de acompanhamento da tramitação processual no 1º grau

Acompanhamento das Metas Nacionais do CNJ

META 1 - CNJ

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

As Metas Nacionais do Poder Judiciário representam o compromisso dos tribunais brasileiros com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, buscando proporcionar à sociedade serviço mais célere, com maior eficiência e qualidade.

META 2 - CNJ

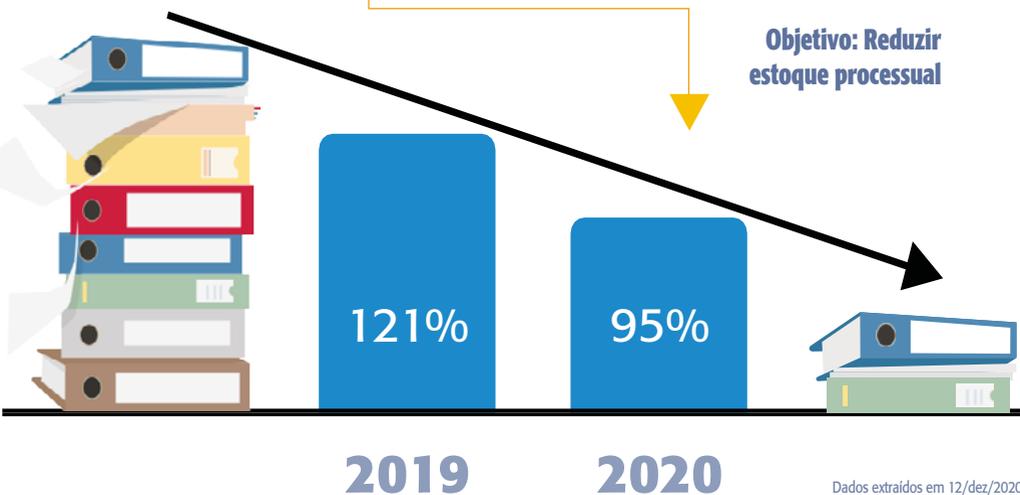
Identificar e julgar até 31/12/2020, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2018

Monitoramento do cumprimento das orientações e procedimentos encaminhados às zonas eleitorais para julgamento dos feitos.

Dados extraídos em 12/dez/2020



Objetivo: Reduzir estoque processual



Corregedoria julga 100% das AIJEs

A Corregedoria, na sua competência originária, no ano de 2020 finalizou o julgamento de dezenove ações de investigação judicial eleitoral, isto é, todas as demandas desse tipo que foram propostas relativas às eleições 2018. A AIJE é a demanda eleitoral por excelência e se caracteriza, geralmente, pela complexidade temática, grande acervo probatório e repercussão social.

Ranking da Eficiência

O Ranking da Eficiência é uma premiação idealizada com o objetivo de fomentar o aprimoramento do desempenho da prestação jurisdicional no 1º grau (processos físicos e eletrônicos*) e o bom andamento das atividades dos cartórios.

As Zonas Eleitorais são classificadas mensalmente por ordem de destaque, premiando-se com a emissão de menção honrosa aquelas que obtiveram, pela média do histórico de posição no ranking no ano anterior, índice maior que 80%.



1º (x > 90%)	7 % das Zonas
2º (70% > x <= 90%)	37 % das Zonas
3º (50% > x <= 70%)	40 % das Zonas
4º (30% > x <= 50%)	16 % das Zonas
5º (0% => x <= 30%)	0 % das Zonas

*Dados extraídos em 11/nov/2020. Processos eletrônicos passaram a contar para o Ranking com a edição do Provimento CRE nº 5 de 10/ago/2020.

1º - 76 (99,44%)	99 %
2º - 98 (99,17%)	99 %
3º - 29 (98,61%)	99 %
4º - 96 (98,06%)	98 %
5º - 30 (97,22%)	97 %
6º - 43 (91,94%)	92 %
7º - 100 (90,56%)	91 %
8º - 41 (88,33%)	88 %
8º - 99 (88,33%)	88 %
8º - 58 (88,33%)	88 %
54º - 33 (51,22%)	51 %
55º - 16 (50,94%)	51 %
56º - 48 (50,56%)	51 %
57º - 32 (50,44%)	50 %
58º - 38 (50,11%)	50 %
59º - 5 (49,61%)	50 %
60º - 2 (49,22%)	49 %
61º - 8 (49,17%)	49 %
62º - 18 (48,67%)	49 %
63º - 105 (48,61%)	49 %
64º - 50 (48,5%)	49 %
65 - 104 (43,33%)	43 %
66 - 46 (41,61%)	42 %
67 - 95 (40,61%)	41 %
68º - 24 (37,44%)	37 %
69º - 14 (36,28%)	36 %
70º - 92 (35,67%)	36 %

Aperfeiçoar a rotina de acompanhamento da tramitação das ações prioritárias no 2º grau

Para o acompanhamento da tramitação processual das ações prioritárias no 2º grau (S), a Secretaria Judiciária elaborou o **Plano Geral do Projeto - Aperfeiçoar a rotina de acompanhamento da tramitação processual das ações prioritárias no 2º grau**, nos autos do Processo SEI nº 0005906-67.2019.6.14.8000, com o objetivo de gerar dados estatísticos que viabilizem o controle e as decisões gerenciais, assegurando ao Tribunal a agilidade na prestação jurisdicional das ações prioritárias, a partir da execução de ações previamente definidas.

A execução do projeto se deu a partir de ações desenvolvidas para acompanhamento da tramitação processual, com base em relatórios estatísticos gerados com as variáveis estabelecidas, gerando informações qualificadas para facilitar o processo decisório da alta gestão e o alcance dos objetivos, especialmente o cumprimento da Meta 4 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ: Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal, Justiça Eleitoral e Justiça Militar da União e dos Estados).

No que se refere ao cumprimento da Meta 4 do CNJ, o percentual alcançado relativamente aos processos em tramitação no 2º Grau, referentes às eleições 2018, foi de 53%, no exercício 2019, e 72% no exercício 2020.

Registra-se que a Secretaria Judiciária contribuiu para a execução do PGP - Identificação e Priorização do Julgamento das Ações que Importem em Perda de Mandato Eletivo, de iniciativa da Presidência deste Regional, registrado no SEI sob o nº 0004863-95.2019.6.14.8000. A contribuição se deu com a elaboração e fornecimento de relatórios estatísticos referentes ao número/percentual de processos em tramitação que possam importar em perda de mandato eletivo, considerando as variáveis estabelecidas pelo CNJ e atendendo à periodicidade previamente estabelecida no referido PGP.

Os relatórios estatísticos utilizados estão disponíveis no PortalBR e permitem o acompanhamento dos processos em tramitação no Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos – SADP e no Sistema Processo Judicial Eletrônico – Pje. Da mesma forma, o Sistema PortalBR permite o acompanhamento do cumprimento da Meta 4, com atualização diária do percentual referente ao grau de cumprimento, dados de evolução da Meta e processos relacionados.

A rotina de acompanhamento da tramitação das ações prioritárias contribuiu para a adequada gestão dos processos no âmbito do 2º Grau, com reflexos positivos no cumprimento de indicadores e alcance das metas definidas pelo Planejamento Estratégico e Conselho Nacional de Justiça, assim como na redução na taxa de congestionamento.

Ainda, os dados da tramitação processual no 2º Grau são utilizados na composição das estatísticas processuais da Justiça em Números, que servem de base para a classificação do Tribunal no Prêmio CNJ de Qualidade, contemplado com o Prêmio Ouro nos anos de 2019 e 2020.



Identificar e priorizar o julgamento das ações que importem em perda de mandato eletivo (2º grau)

Projeto previsto no Plano de Gestão 2019-2020, com o objetivo de adotar medidas para identificação e priorização do julgamento das ações que importem em perda de mandato eletivo e, cuja execução ocorreu em 9 etapas, que auxiliaram na garantia da celeridade do julgamento das ações aludidas, especialmente após monitoramento realizado de forma conjunta entre a Secretaria

Judiciária e o Gabinete da Presidência deste Regional, com encaminhamento de relatórios trimestrais aos Membros da Corte Eleitoral do Pará, via ofício, e fornecimento de informações diretas ao Presidente a fim de melhor municiá-lo no processo de tomada de decisões, com ganhos no âmbito da agilidade e da verificação do cumprimento dos prazos deliberados.



A priorização de processos possibilita ao Tribunal julgar ações importantes dentro do prazo exigidos

Desenvolvimento dos Sistemas “RegCand” e “Gestão Processual”

Como é cediço, o sistema de processo judicial eletrônico (PJe) não dispõe de relatórios gerenciais que possibilitem uma análise efetiva do estoque ou o cruzamento de dados com outras plataformas também em uso nesta Especializada.

Assim, **com base na experiência** da Coordenadoria de Registros Partidários, Autuação e Distribuição da Secretaria Judiciária **nas Eleições Gerais de 2018 foram desenvolvidos parâmetros de configuração de relatório gerencial que agregue dados de forma automática de vários sistemas**, como o de Candidaturas, Totalização e de Prestação de Contas e, ainda, permitisse a alimentação manual de diversas informações de interesse, incluindo mapeamento de fases processuais, **de forma a que se tenha um maior controle do andamento de cada processo.**

Após finalizada a matriz inicial contendo os campos específicos e indicação dos respectivos bancos de dados, a Secretaria Judiciária (área negocial) procurou a Secretaria de Tecnologia da Informação (área técnica), a qual, por sua SBD/COSIS, apontou a viabilidade da elaboração da ferramenta e procedeu ao seu desenvolvimento, resultando em duas plataformas com finalidades distintas:

Sistema RegCand: Integrando os bancos de dados do PJe e CAND, a ferramenta foi desenhada com mapeamento de fases processuais para

permitir às Zonas Eleitorais e ao Tribunal o controle do estoque relativo aos processos de registro de candidaturas, visando o cumprimento dos exíguos prazos previstos no calendário eleitoral. A plataforma permite, ainda, através do cruzamento de dados no próprio sistema, a **análise gerencial de processos de risco e identificação de alimentação indevida ou incorreta no Sistema de Candidaturas.** Ainda, com atualização diária dos bancos de dados, seu uso proporciona uma clara e direta **visualização da situação processual dos processos de registro em cada zona.**

A ferramenta foi documentada no Processo SEI nº 0013573-70.2020.6.14.8000, com ampla divulgação e uso pelas Zonas Eleitorais e, também, pelas equipes de suporte do TRE-PA, que puderam visualizar o cenário de tramitação dos feitos de registro nas Eleições Municipais de 2020, cuja competência originária reside com os juízes eleitorais.

Destaca-se, no particular, o uso do cruzamento de dados para identificar e buscar corrigir falhas de alimentação do Sistema CAND para feitos nos quais foi interposto recurso.

O Sistema RegCand está em constante aprimoramento, e certamente será de grande valia nas Eleições Gerais de 2022.

Sistema de Gestão Processual: Construído sobre a base já estabelecida com o RegCand, foram

desenvolvidas novas planilhas visando expandir o rol de classes para as quais o sistema possa ser utilizado, voltando, neste momento, para as necessidades do 2º Grau.

Assim, e considerando as diferenças claras de ritos entre os diversos processos de trabalho, foram mapeados três novos relatórios:

- 1) **Candidaturas**, específico para RCAND no 2º Grau;
- 2) **Geral**, contendo todas as classes menos os feitos de prestação de contas;
- 3) **Prestação de Contas** (Eleitorais e Anuais), incluindo, ainda, os feitos de regularização de contas não prestadas.

O “Gestão Processual” busca municiar os operadores no Tribunal (Secretarias, Assessorias e Juízes-Membros)



de ferramenta simples, ágil e direta para controle dos processos, permitindo sua identificação, tratamento, atribuição de responsável e indicação de fase processual de forma a trazer mais eficiência e segurança a todos os interessados.

Ultrapassado esse período inicial e crítico de adaptação, os sistemas de gestão processual terão seu uso aprimorado e, posteriormente, ampliado no TRE-PA, de forma a proporcionar aos usuários as ferramentas gerenciais tão necessárias para maior controle, eficiência e celeridade na tramitação dos feitos.

Por fim, destacamos que o desenvolvimento destas plataformas apenas foi possível em

razão do diálogo e parceria existente entre as áreas de negócio e tecnologia da informação, cada vez mais essencial na moderna dinâmica exigida pela sociedade na construção de uma gestão administrativa pública mais eficiente.

▼ **Dashboard:** gráficos automáticos facilitam a análise da situação dos processos dos candidatos.

Planejar, estruturar e integrar o NEAPE 2020

O TRE-PA institui, desde o pleito de 2012, por ocasião das Eleições Municipais, grupo de apoio especializado para unificar o suporte às Zonas Eleitorais.

Observava-se, desde então, uma lacuna de atendimento em que as serventias ficavam muitas vezes isoladas em suas atividades cujas demandas, para serem solucionadas, exigiam atuação de diversos setores desta Casa acionados separadamente ou, o que poderia ter efeitos ainda mais danosos, ocasionava respostas divergentes para o mesmo problema indagado ao Regional.

Assim, buscou-se promover o estreitamento das relações do Tribunal com suas Zonas Eleitorais através da criação de mecanismos de atendimento específicos e voltados aos questionamentos e fases críticas decorrentes das atividades executadas por ocasião das Eleições Municipais de 2020.

O suporte às Zonas Eleitorais 2020 (SEI nº 0005845-12.2019.6.14.8000) foi estruturado com foco em três eixos principais: a) Registro de Candidatura, Propaganda Eleitoral e temas gerais afetos à Eleição; b) Prestações de Contas e c) Processo Judicial Eletrônico - PJe.

Para que o suporte às zonas atingisse os objetivos propostos o trabalho se firmou nas seguintes

Unidade	Temas previstos
Núcleo Especializado	1. Registro de candidaturas; 2. Propaganda Eleitoral; 3. Horário Eleitoral Gratuito; 5. Procedimentos de Apuração, Totalização e Proclamação dos Eleitos - Resolução de Atos Gerais; 6. Diplomação; 7. PJe (básico); 8. Demais temas gerais das eleições, à exceção dos afetos à SCEP e NPJe.
SCEP	1. Prestações de Contas Eleitorais, em todas as suas fases. 2. Sistema de Prestação de Contas Eleitorais - SPCE.
NPJe	1. PJe (suporte avançado, a demandar perfil de administrador, problemas de sistema e chamados técnicos).

premissas, já seguidas com sucesso nos pleitos de 2012 e 2016, conforme planejamentos da época:

- funcionamento como verdadeira unidade provisória;
- composição por pessoal qualificado e treinado;
- dedicação exclusiva para suas finalidades;
- ambiente próprio.

Considerando o adiamento do pleito de 2020 e a nova data prevista para julgamento das prestações de contas dos candidatos eleitos, os grupos tiveram funcionamento distinto no tempo, a saber:

Núcleo Especializado de Apoio ao Processo Eleitoral - NEAPE	de 17/09/2020 a 18/12/2020; após, as demandas serão direcionadas aos setores específicos, conforme o tema (CRE, SJ, STI).
Suporte de Prestação de Contas	de 01/09/2020 a 12/02/2021; menor quantitativo de pessoal entre 01/09/2020 e 15/11/2020; maior quantitativo entre 16/11/2020 e 12/02/2021.

Medidas adotadas para dar suporte às Zonas Eleitorais

Para que o suporte às zonas, em todos os seus eixos temáticos, foram previstas e adotadas as seguintes medidas:

- Criação de canais de comunicação entre o Tribunal e as Zonas, quais sejam:

(1.1) correio eletrônico (email) institucional unificado, específico para o NEAPE;

(1.2) central telefônica com ramal exclusivo e distribuição de ligações, para a qual devem ser direcionadas todas as demandas afetas aos temas objeto deste planejamento;

(1.3) ferramenta eletrônica para contagem dos atendimentos realizados;

(1.4) grupos de whatsapp/telegram para o NEAPE e SCEP, habilitados apenas para que o gestor (administrador) poste conteúdo. Neste serão inseridos os principais entendimentos em razão das dúvidas das Zonas;

- Elaboração de Manual de Registro de Candidaturas pela Secretaria Judiciária, conforme a novel legislação já editada para o pleito 2020;

- Elaboração do Manual de Propaganda Eleitoral para o pleito de 2020, a cargo da Corregedoria Regional Eleitoral;

- Elaboração de Manual de Prestação de Contas Eleitorais, a cargo da Seção de Análise de Contas Eleitorais e Partidárias - SCEP;

- Análise e preparação de conteúdo, em caráter preventivo, tendo por base as principais demandas verificadas no pleito de 2016, listadas no Relatório de Avaliação;

- Análise, compilação e disponibilização às Zonas Eleitorais de modelos do PJe utilizados pelo Regional para que estas, caso entendam oportuno, criem seus próprios modelos adaptados para uso durante o pleito; no caso, foram compartilhados modelos de certidões, intimações, decisões, atas, editais, proclamação, etc., envolvendo as diversas etapas do processo eleitoral;

- Atualização e disponibilização dos fluxogramas de registro de candidatura;

- Atualização do roteiro de transporte de eleitores (Lei 6.091/74);

- Encaminhamento de orientações sobre a correta alimentação do sistema de candidaturas e, ainda, do acompanhamento dos processos com recurso;

- Encaminhamento de orientações sobre os status jurídicos dos candidatos para fins de totalização;

- Encaminhamento de orientações sobre retotalização;

- Encaminhamento de orientações específicas sobre publicações em registro de candidatura (editais, atos de comunicação, dentre outros);

- Recrutamento de pessoal e treinamento dos servidores que atuarão no suporte nos respectivos sistemas.



Atendimentos realizados pelos grupos do NAEPE

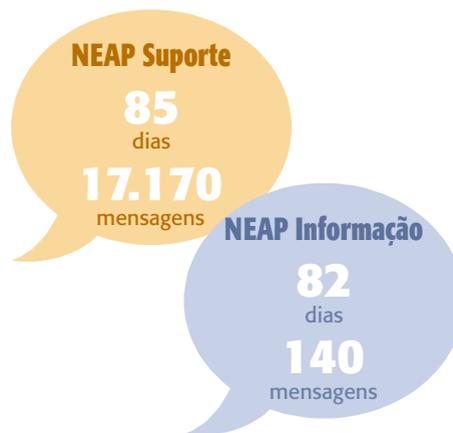
O início efetivo dos atendimentos, pelos canais disponibilizados - telefone, whatsapp e e-mail, se deu a partir do dia 25/09/2020, com o deslocamento da equipe para sala dedicada.

O grupo obteve elevadas taxas de suporte no cumprimento de sua missão instituidora. Como visto, **foram constituídos três grupos de whatsapp**: a) **NEAPE (Membros)**, para alinhamento interno; b) **NEAPE (Informações)**: para repasse de orientações pontuais fixas importantes, no qual apenas os integrantes do grupo podem postar e c) **NEAPE (Suporte)**: grupo no qual todos os participantes puderam interagir para esclarecimento de dúvidas e problemas no curso da análise dos processos.

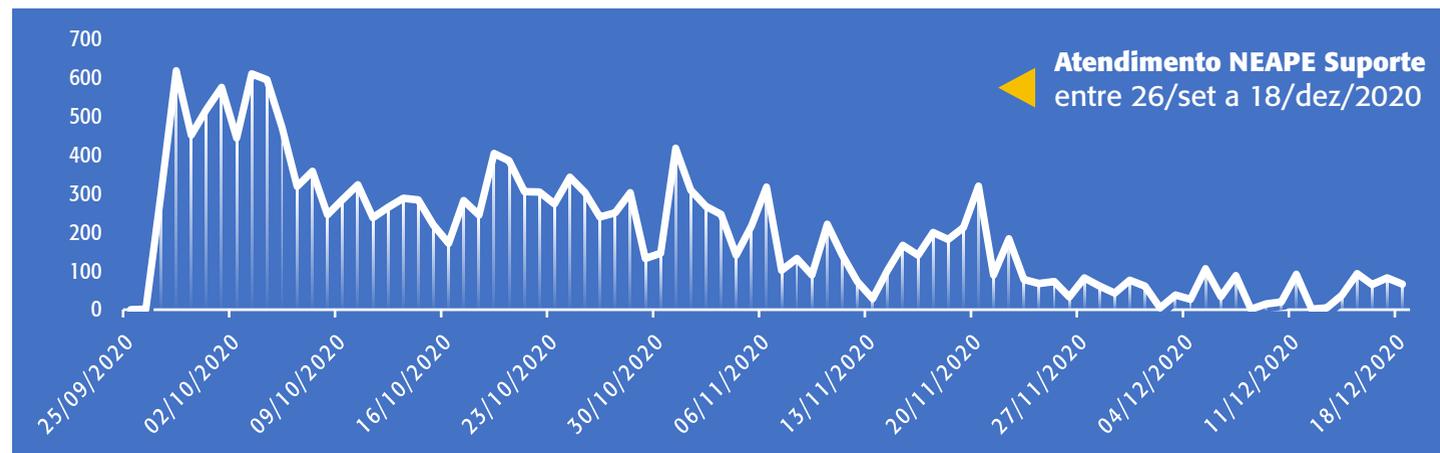
No detalhe do gráfico abaixo, entre a instalação efetiva e os primeiros 10 dias da análise, o NEAPE teve picos de mais de **600 atendimentos diários** pelos 6 (seis) servidores envolvidos. As médias se mantiveram altas até o 1º Turno das Eleições.

No que pese o uso prioritário dos canais oficiais, os servidores do grupo foram por inúmeras vezes acionados no privado, razão pela qual os números acima devem ser pelo menos 25% maiores.

Como dito acima, o NEAPE encerrou suas atividades no dia 18 de dezembro, remanescendo o suporte via grupo de contas, que utiliza a ferramenta “Telegram”, até o dia 12 de fevereiro de 2021, data final para julgamento dos processos dos candidatos eleitos.



Atendimento por Telefone	
25/09 a 09/12/2020 (79 dias)	
Recebidas	2.377
Efetuadas	760



Atividades do Planejamento Estratégico

Destacamos, ainda, outras três atividades específicas constantes do planejamento, a cargo da Secretaria Judiciária:

1) Elaboração dos Manuais específicos:

Manual Online de Prestação de Contas Eleitorais (SEI nº 0004509-70.2019.6.14.8000) e o Manual de Registro de Candidaturas (SEI nº 0010841-19.2020.6.14.8000), [links](#) abaixo.



2) Elaboração dos fluxogramas dos processos de trabalho do registro de candidaturas e prestação de contas, bem como modelos daquele primeiro (Processo SEI nº 0013651-64.2020.6.14.8000). Para cada etapa crítica no fluxo, foram disponibilizados modelos base para transposição e ajustes, por cada serventia, no sistema PJe.

3) Treinamentos direcionados para os servidores das Zonas Eleitorais e dos grupos de suporte.

Foram realizadas as seguintes ações, conforme calendário de treinamentos constante do Processo SEI nº 0010742-49.2020.6.14.8000:

3.1.) Registro de Candidaturas (parte material e processual), nos dias 27 e 28/ago/2020. Instrutoria: CPADI/SJ;

3.2.) Registro de Candidaturas (aspectos operacionais do Sistema CAND), no dia 4/set/2020. Instrutoria: SEDAP/CPADI/SJ;

3.3) PJe, a cargo do Núcleo do PJe, nos dias 24 e 25/ago/2020. Instrutoria: NPJe e GAB-SJ;

3.4.) Prestação de Contas Eleitorais, nos dias 18, 19 e 20 de novembro e 2, 3 e 4 /dez/2020. Instrutoria: SCEP/CPADI/SJ.

Além destes, a Secretaria Judiciária participou de dois eventos levados a cabo pela douta Corregedoria Regional Eleitoral: a) Webinário de Atos de Comunicação (participante CPADI/SJ) e Fórum de Debates Eleitorais (Secretário Judiciário e CPADI/SJ), neste tratando de aspectos específicos do registro de candidaturas.

<https://sites.google.com/tre-pa.jus.br/centraldeajudaprestaodecontas/p%C3%A1gina-inicial?authuser=1>

<https://www.tre-pa.jus.br/eleicoes/eleicoes-2020/eleicoes-2020>



Georreferenciar pelo menos 60% dos Locais de Votação do Estado por meio do Sistema GEL

Por sua própria natureza, as Eleições no Estado do Pará, exigem um grande esforço de planejamento logístico e alto investimento de recursos para que seja possível deslocar urnas eletrônicas, materiais e equipamentos para todos os locais de votação, considerando-se as dimensões continentais do Estado e as dificuldades de acesso a determinadas localidades.

Neste sentido, é de grande importância tanto para o planejamento quanto para a otimização na aplicação de recursos (físicos e financeiros)

possuir informações precisas acerca dos locais de votação e pontos de transmissão.

Dados como a posição geográfica de cada local permitem avaliar quais meios de transporte podem ser utilizados e mesmo compartilhados entre outros locais com a formação de rotas e percursos de transporte.

Gel - App essencial ao planejamento da logística das eleições.

Tais dados permitem ainda verificar a real necessidade de implantação de um ponto de transmissão, ou a viabilidade de outra alternativa, além de possibilitar a definição de rotas alternativas em caso de falha do ponto. Essas características são muito importantes para a definição dos critérios de licitação de transportes e a quantidade de pontos de transmissão necessários.

Além da posição geográfica, outras informações, tais como o tipo de via para acesso ao local, o meio de transporte mais indicado, disponibilidade de conectividade de internet, entre outras, **permitem definir melhor como será a contratação dos serviços e uma melhor alocação de recursos para atender as demandas.**

Por ser uma necessidade de toda Justiça Eleitoral, o TRE-PA em conjunto com o TRE-AC e apoio do TSE, desenvolveu uma solução móvel para o registro de informações georreferenciadas dos locais de votação, chamada de “GEL - Georreferenciamento Eleitoral”.

O GEL é um aplicativo móvel para instalação em smartphones, contendo um formulário para coleta de diversas informações sobre os locais e o registro de sua localização geográfica. Uma vez coletadas, essas informações são armazenadas em um banco de dados e tornam-se dis-

poníveis para uso no planejamento. Diversos Regionais já iniciaram seus mapeamentos georreferenciados utilizando o GEL visando atender essa demanda comum.

No Estado do Pará existem atualmente 5.268 (cinco mil duzentos e sessenta e oito) locais de votação. Para planejar corretamente o prazo para realização das vistorias em cada zona, foi realizado levantamento junto às zonas acerca do número de dias necessários para a vistoria, com base na vistoria que a zona realiza para as eleições, o objetivo desse levantamento foi estimar o número de dias necessários para realizar a coleta dos dados de todos os locais. O total de locais de votação por mesorregião pode ser visto na figura abaixo.

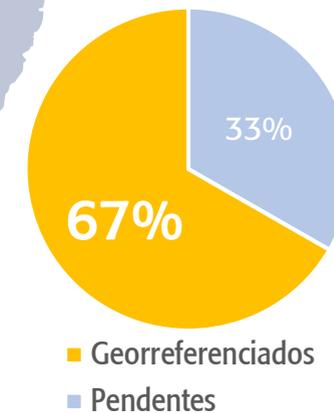
Dada a quantidade de locais e o número de dias necessários foi preciso traçar estratégias que permitissem realizar o levantamento dentro do prazo pretendido e do orçamento disponível.

Desta forma, foi realizado em 2019 o levantamento dos dados georreferenciados nas zonas de Belém (zonas 1, 28, 29, 30, 73, 76, 95, 96, 97 e 98) e região metropolitana (4 e 78) além de várias zonas da região Nordeste (5,



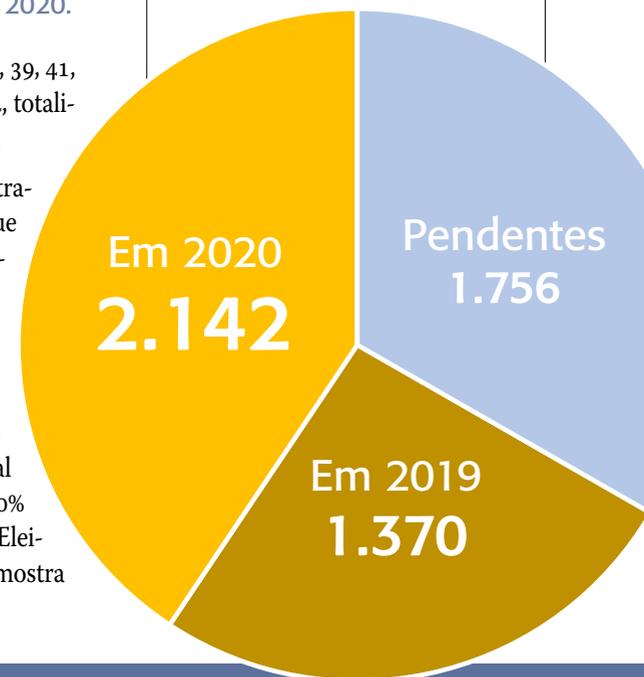
Situação do Georreferenciamento dos locais de votação no Estado do Pará nos anos 2019 e 2020.

Georreferenciamento



6, 8, 9, 11, 14, 21, 25, 31, 32, 33, 35, 37, 39, 41, 48, 49, 64, 70, 79, 81, 93) e a zona 104, totalizando 1.370 locais georreferenciados.

Em 2020 mesmo com a pandemia o trabalho continuou, tanto nos meses que antecederam as Eleições quanto durante o período eleitoral em que os Técnicos de Urna e de Satélite auxiliaram nas vistorias em suas respectivas zonas. No ano de 2020 foram vistoriados mais 2.142 locais totalizando 3.152 o que representa 66,67% do total de locais. Assim a meta de vistoriar 60% dos locais de votação até o final das Eleições foi cumprida e o gráfico abaixo mostra os percentuais atingidos.



Promover abordagens de consultoria em gestão de riscos voltadas aos eixos do Plano Integrado de Eleições - PIE

A Secretaria de Auditoria Interna (SAUDI) realizou Consultoria de Gestão de Riscos do processo de Logística de Transporte de Urnas Eletrônicas, resultando no **relatório de Avaliação de Riscos da logística de transporte de urnas e materiais agregados**, que compreende a identificação, análise e avaliação de riscos e a identificação de controles, realizada pela equipe responsável pelo processo formal de trabalho, a Seção de Logística – SELOG/COLOG/STI, e na Matriz de Riscos do processo de gestão da logística do transporte de urnas e materiais agregados.

A consultoria em questão teve por objetivo geral mapear os principais riscos relacionados ao processo, atuando como facilitadora na formulação de um plano de tratamento de riscos.

Como objetivos específicos, etapas necessárias ao alcance do objetivo geral, tivemos a orientação aos gestores na identificação e avaliação dos riscos relativos ao processo, auxílio na identificação de ações de controle para tratamento dos riscos, bem como na implementação do plano de tratamento para corrigir as falhas e evitar/reduzir as ameaças ao processo.

Para a realização da consultoria, foi adotada a metodologia estabelecida pela norma ABNT ISO 31000:2018 para o processo de gestão de

riscos, assim como pelo Manual de Gestão de Riscos do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

A equipe de consultoria atuou como facilitadora e educadora nos conceitos de risco e controle, orientando os gestores de riscos no processo de identificação, avaliação e tratamento das deficiências identificadas, desenvolvendo os trabalhos em conjunto com a STI/COLOG/SELOG, unidade gestora do processo de Gestão de Riscos da Logística das Eleições 2020.

Nesse contexto, orientou os gestores do risco no processo de **identificação, avaliação e tratamento das deficiências identificadas**, bem como, esclareceu quanto ao uso de ferramentas e métodos viabilizadores da consultoria, por meio de reuniões, oficinas de trabalho e da constante troca de conhecimento entre as equipes.

Por sua vez, a unidade cliente da consultoria, STI/COLOG/SELOG mediante o auxílio técnico da equipe de consultoria, identificou e mapeou os riscos, fazendo a análise e a avaliação destes, bem como identificou os tratamentos adequados.

Na etapa de identificação dos riscos foram utilizadas as técnicas de brainstorming e análise SWOT.

No intuito de mapear as fontes de risco e chegar aos possíveis eventos, bem como suas causas e consequências, foram realizadas oficinas de trabalho com a STI/COLOG/SELOG, unidade responsável pelo gerenciamento do processo.

Com os riscos identificados, foram aplicados os critérios definidos pela equipe de consultoria para classificar a relevância do processo, a probabilidade de ocorrência dos eventos e a severidade do impacto das consequências para os objetivos organizacionais.

Com os parâmetros aplicados, foi realizado o cálculo do nível de risco, conforme a metodologia adotada (produto entre os parâmetros e aplicação na faixa de nível de risco).

Foram mapeados um total de 16 (dezesesseis) riscos relacionados ao processo de logística de transporte de urnas eletrônicas e seu materiais agregados.

Dentre eles, 3 (três) foram considerados muito alto, 4 (quatro) alto, 5 (cinco) médio, 3 (três) baixo e 1 (um) muito baixo.

Durante a consultoria a unidade cliente optou por subdividir o processo da logística em 3 etapas, sendo elas: contratação, transporte fase 1 (trecho depósito de urnas-cartórios-depósito de urnas) e transporte fase 2 (cartórios-locais de votação-cartórios).



A gestão de riscos possibilita identificar e tratar as deficiências existentes.

Do total de 16 (dezesesseis) riscos identificados, 4 (quatro) foram relacionados à contratação, 4 (quatro) à fase 1, e 8 (oito) à fase 2.

O **processo de logística** de transporte de urnas eletrônicas e seu materiais agregados é **grandioso e complexo**. Sua importância para o Tribunal é enorme, pois, além de envolver um grande volume de recursos financeiros, seja pelo valor dos ativos que são transportados, seja pelo valor da contratação do transporte, há riscos de reputação institucional envolvidos, causados, por exemplo, pela não chegada a tempo das urnas eletrônicas para o dia da votação.

Nesse contexto o gerenciamento de riscos se torna essencial. Sob o prisma da gestão de riscos, a logística de transporte de urnas eletrônicas é um processo com riscos inerentes importantes, por isso precisam ser mitigados.

Retomando o que foi dito nas considerações iniciais, a gestão de risco vem fornecer o adequado equilíbrio entre os riscos do processo,

gerenciando-os, e os benefícios pretendidos, potencializando-os.

É importante ressaltar que a gestão de riscos é um processo dinâmico e contínuo. Novos riscos surgem, antigos riscos perdem importância. Portanto, caberá a organização, dentro das diretrizes estabelecidas pela Política de Riscos e seguindo as instruções do Manual de Gestão de Riscos, dar continuidade ao gerenciamento de riscos do processo. O primeiro passo foi dado.

Por fim, ressaltamos que as **próximas fases** da gestão de riscos da logística de eleições – logística de transporte de urnas e materiais agregados são a **elaboração e implementação do Plano de Tratamento dos Riscos**, a ser realizado pela SELOG/COLOG/STI, e o **monitoramento e análise crítica do Plano de Tratamento**, que será realizado pela Coordenadoria de Logística – COLOG/STI, conforme diretrizes da Política de Gestão de Riscos do TRE/PA e instruções contidas no Manual de Gestão de Riscos do Tribunal.

Estabelecer e executar metodologia para criação, manutenção e exclusão de rotas de distribuição e recolhimento de urnas eletrônicas e materiais agregados

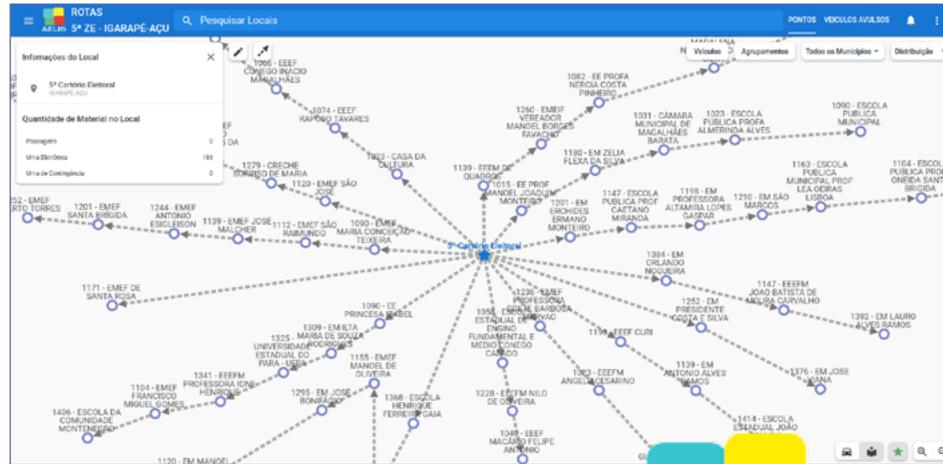
O módulo de rotas do Sistema AELIS (Acompanhamento das Eleições, Logística e Infraestrutura Sistematizados), versão 2020, foi reformulado para atender aos novos requisitos do cliente e melhorar a experiência do usuário.

A visualização das Rotas foi reformulada, dando mais enfoque e visibilidade ao grafo. Foram também criadas novas funcionalidades que facilitem o uso do sistema, ao mesmo tempo que garantem uma maior confiabilidade na integridade dos dados contidos nele.

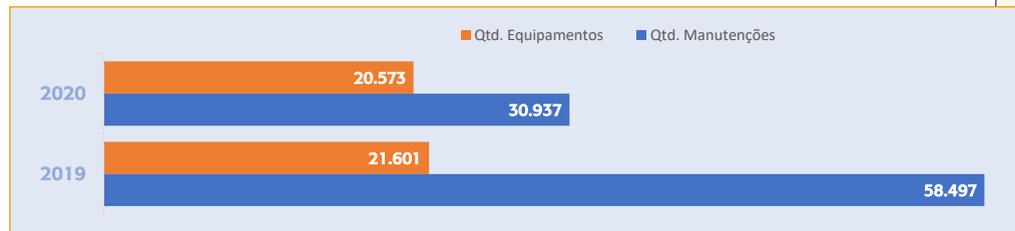
Foi adicionado o cadastro de Veículos Avulsos para que os gestores dos contratos possam ter um maior controle de todos os Veículos que serão usados no pleito.

Após a licitação, foi criada a funcionalidade de informar a identificação dos Veículos e dos seus Condutores, juntamente com o contato, para que caso seja necessário, esse contato possa ser realizado de maneira mais simplificada.

Neste módulo o foco do sistema é no preenchimento efetivo do quantitativo de veículos e na melhor experiência e interação com o usuário.



Sistema AELIS 2020 (Módulo de Rotas)
Auxilia no planejamento da entrega e coleta das urnas eletrônicas



Exercitar o Parque de Urnas Eletrônicas em pelo menos três ciclos a cada ano

A manutenção preventiva do parque de UEs é realizada em periodicidade quadrimestral (3 ciclos anuais), essa atividade consiste em testes nos componentes internos e/ou externos, no qual são realizados procedimentos essenciais de modo a assegurar a funcionalidade e disponibilidade das urnas e preservar seu tempo de vida útil.

Sobre a manutenção preventiva, quantitativos de ciclos anuais e urnas mantidas, cabe informar que em 2020 devido

às Eleições houve a redução da quantidade de ciclos/manutenções em virtude das seguintes atividades:

- ▶ *Transporte de Urnas e Agregados para as zonas do Interior do estado;*
- ▶ *Atualização do Kernel e o firmware do Teclado do Eleitor de todo o parque como requisito para a instalação dos softwares oficiais das UEs para as Eleições.*

Outro fator que impactou drasticamente nas atividades foi a Pandemia do Covid-19, onde houve a necessidade de redução da produção e em seguida a suspensão total das atividades para preservar a saúde dos colaboradores.

Comparando com 2019 (gráfico à esquerda), não houve impactos graves na atividade que compromettesse às Eleições em 2020.



Manutenções
1º ciclo/2020:
15.jan a 25.mar
30.mar a 5.mai
25.mai a 1º.jul
2º ciclo/2020:
5 a 19.out

Aperfeiçoar orientação às zonas em matéria de contas eleitorais e partidárias

Foram criados dois projetos acerca do aperfeiçoamento das orientações às zonas eleitorais em sede de prestação de contas anuais e eleitorais. Ambos os PGP's se encontram encerrados e os resultados compartilhados com as zonas eleitorais.

Especificamente quanto ao suporte em matéria de prestação de contas eleitorais, o tema foi tratado no Processo SEI nº 0005845-

12.2019.6.14.8000, e permanecerá em atendimento até o dia 12/02/2021, com foco no suporte via aplicativo de mensagens telegram.

No mais, apontamos terem sido realizados treinamentos específicos sobre a matéria prestação de contas eleitorais para as zonas eleitorais e demais servidores envolvidos no suporte nos dias 18, 19 e 20 de novembro e 2, 3 e 4 de dezembro de 2020.

Contas Anuais (Processo SEI 0004501-93.2019.6.14.8000) - Arquivo Sei nº 1068899

Contas Eleitorais (Proc. SEI nº 0004509-70.2019.6.14.8000) - Manual Online de Prestação de Contas Eleitorais.

<https://sites.google.com/tre-pa.jus.br/centraldeajudaprestaodecontas/p%C3%A1gina-inicial?authuser=1>

Aperfeiçoar os portais da intranet e internet para as eleições 2020

Portais (Internet e Intranet) que foram desenvolvidos com o intuito de reunir informações referentes às Eleições 2020, sendo o Portal Internet construído a partir de padrões estabelecidos pelo TSE e o da Intranet através do ambiente gerenciado pelo TRE.

Esta ação contempla o projeto Desenvolver os Portais da Intranet e Internet para as Eleições 2020, formalizado no processo SEI 0005174-86.2019.6.14.8000 e registrado no sistema GPWeb. Com os novos portais o acesso às informações das eleições ficou facilitado.

Atualizar o Manual de Práticas Cartorárias

Nos exercícios de 2019/2020, com atualização da legislação e as mudanças de procedimentos, houve a necessidade de realizar um update dos capítulos do Manual de Procedimentos Cartorários (MPC).

Durante o biênio foram tratados os seguintes capítulos do MPC:

Capítulo 3 - Ordem Geral dos Serviços

O capítulo 03 do MPC trata dos procedimentos iniciais quanto a protocolização de documentos e petições recebidos nos cartórios eleitorais.

Capítulo 06 - Inscrição Eleitoral

O capítulo 06 do MPC versa os procedimentos de alistamento eleitoral nos cartórios eleitorais, utilização do sistema Elo, vedações e orientações sobre o atendimento.

Capítulo 18 - Inelegibilidades

O capítulo 18 do MPC disciplina as hipóteses de inelegibilidades previstas na Lei Complementar nº 64/1990, quanto

ao lançamento do ASE 540 no cadastro dos eleitores.

Capítulo 24 - Filiação Partidária

O capítulo 24 dedica-se a questões relacionadas a Filiação Partidária, condições e utilização do Sistema de Filiação Partidária - FILIA (Módulo Interno, Módulo Externo e Consulta Pública).

Capítulo 26 - Multas Eleitorais

Capítulo 26 - Estabelece orientações sobre o lançamento de sanção pecuniária imposta ao eleitor em razão do descumprimento de obrigações eleitorais e pela violação dos dispositivos do Código Eleitoral e leis conexas.

Capítulo 27 - Atos Processuais

O Capítulo 27 do MPC concentra-se nas orientações sobre o Atos Processuais, estabelecendo regras do registro dos documentos recebidos em cartório, passando pela autuação até ao seu arquivamento de processos em geral.



PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS — CELERIDADE E PRODUTIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Monitorar os processos em tramitação (1º grau)

Controle dos julgamentos dos processos físicos

A SPJ fez um rigoroso controle sobre a tramitação de todos os processos físicos das zonas eleitorais, em especial em 2020, visando a migração para o processo judicial eletrônico - PJe, e para a melhoria das estatísticas das serventias (metas, eficiência e indicadores).

O monitoramento das tramitações envolveu, além das zonas eleitorais, expedientes à procuradoria da fazenda nacional, polícias federal e civil, CPC Renato Chaves e unidades da sede que possuíam e ainda possuem em seu acervo atual processos de 1º grau.



Indicadores Estratégicos relacionados ao 1º grau

Indicadores do Ranking da Eficiência

Taxa Congestionamento: Medir a capacidade da prestação jurisdicional no 1º Grau.

Processos parados + 30 dias: Medir a capacidade de manter a regularidade da tramitação dos processos na Justiça Eleitoral, melhorando a prestação jurisdicional.

Processos expedidos + 30 dias: Medir a capacidade de controle sobre processos enviados a outros órgãos mantendo a regularidade da tramitação dos processos na Justiça Eleitoral, melhorando a prestação jurisdicional.

Decisões Registradas + 5 dias: Medir a capacidade de manter em dia os registros das decisões dos magistrados, dando maior efetividade no portal transparência.

Indicadores do Planejamento Estratégico: registrados mensalmente no sistema Scopi.

Processos Internos > Combate à Corrupção, Improbidade Administrativa e Ilícitos Eleitorais > Divisão: Geral									
CCIAI1 - Índice de cumprim...	CCIAI1	R	56,00	60,00	65,00	65,00	65,00	65,00	0
	M		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
Processos Internos > Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional > Divisão: Geral									
CPPJ2 - Índice de cumprim...	CPPJ2	R	102,25	102,41	102,98	103,44	103,42	103,42	0
	M		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
CPPJ1 - Índice de cumprim...	CPPJ1	R	128,06	120,82	96,07	2,36	94,64	94,64	0
	M		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
CPPJ3 - Taxa de congestio...	CPPJ3	R	61,48	64,74	56,07	60,34	40,27	56,58	0
	M		53,35	53,35	53,35	53,35	53,35	53,35	
CPPJ4 - Taxa de congestio...	CPPJ4	R	72	80	81	81	92	81	0
	M		32	32	32	32	32	32	
CPPJ5 - Índice de agilidade...	CPPJ5	R	7,69	36,84	31,03	99,92	99,65	55,03	0
	M		90,00	90,00	90,00	90,00	90,00	90,00	

Monitorar os processos em tramitação no 2º grau

Para fins de monitoramento dos processos em tramitação no 2º Grau a Secretaria Judiciária desenvolveu o Plano Geral do Projeto - Monitorar os processos em tramitação (2º grau), nos autos do Processo SEI nº 0005884-09.2019.6.14.8000, com o objetivo de fornecer dados estatísticos que viabilizem o controle e as decisões gerenciais, permitindo a qualificação da prestação jurisdicional do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

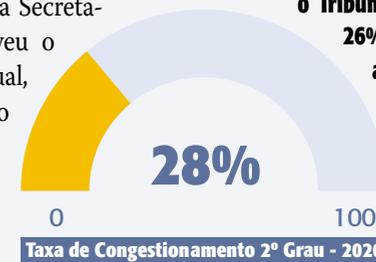
A Secretaria Judiciária desenvolve ações de acompanhamento da tramitação processual, com base em relatórios estatísticos gerados a partir das variáveis estabelecidas, de forma a facilitar o processo decisório e o alcance dos objetivos. Os relatórios em referência podem ser gerados a partir do PortalBR e permitem o acompanhamento dos processos em tramitação no Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos – SADP e no Sistema Processo Judicial Eletrônico – Pje.

No tocante aos processos em tramitação exclusivamente no Pje, a Secretaria Judiciária desenvolveu o Sistema Gestão Processual, em parceria com a Seção de Banco de Dados – SBD, o qual permite a gestão dos processos em tramitação no 2º

Gráu, em grau de recurso ou de competência originária, desde a autuação até o arquivamento ou devolução à origem, a partir de variáveis previamente definidas.

A metodologia desenvolvida para o acompanhamento dos processos em tramitação contribuiu sobremaneira para o cumprimento de indicadores e alcance das metas definidas pelo Planejamento Estratégico do Tribunal e Conselho Nacional de Justiça, bem como para redução na taxa de congestionamento, cujos índices se encontram disponíveis no PortalBR e servem de base para composição das estatísticas da Justiça em Números, utilizadas para classificação do Tribunal no Prêmio CNJ de Qualidade, nos termos da Portaria nº 88, de 8 de junho de 2020, agraciado com o Prêmio Ouro nos anos de 2019 e 2020.

No tocante à **taxa de congestionamento**, cabe registrar que, relativamente aos **processos em tramitação no 2º Grau de Jurisdição**, o **Tribunal registrou o percentual de 26% no ano de 2019 e de 28%, no ano de 2020**, conforme dados obtidos do PortalBR e de acordo com os parâmetros definidos pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ.



Programa de Qualidade de Vida no Trabalho

Na missão de promover a saúde dos servidores do TRE/PA, a Seção de Assistência Médica, Odontológica e Psicossocial (SAMOS/CAS/SGP) procura antecipar-se aos agravos, motivando a prevenção, além de conduzir ou encaminhar tratamentos curativos por meio da assistência direta à saúde e do Plano de Autogestão em Saúde (PAS/TRE/PA).

A atenção preventiva prestada pela SAMOS se dá por meio do **Programa de Exames Periódicos em Saúde do Servidor (PEPS)** e das ações em saúde (campanhas, palestras, oficinas, cursos), que integram o **Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT)** e que propiciam diagnóstico precoce, acompanhamento de doenças crônicas, imunização e educação em saúde.

Atenção preventiva do PQVT

A atenção preventiva prestada pela SAMOS se dá por meio do PEPS e das ações em saúde

(campanhas, palestras, oficinas, cursos), que integram o PQVT e que propiciam diagnóstico precoce, acompanhamento de doenças crônicas, imunização e educação em saúde.

Planejamento de ações preventivas do PQVT/2020

No início de 2020 foram definidas as diretrizes para o PEPS, além das ações a serem desenvolvidas durante o exercício. O planejamento foi apresentado em reunião do Comitê Gestor Local de Atenção à Saúde de Magistrados e Servidores, ocorrida em 20 de janeiro de 2020.

Pró-gestor em saúde - o papel do líder nas relações de trabalho

De janeiro a março de 2020 foram realizadas as etapas preparatórias para o curso “pró-gestor em saúde: o papel do líder na humanização das relações de trabalho”, a ser desenvolvido em turmas de servidores da diretoria

geral, presidência, corregedoria e gabinete dos juízes membros. Foram realizados 3 (três) encontros/reuniões presenciais, sendo duas com as unidades vinculadas à Corregedoria e uma com as unidades vinculadas à Presidência; assim como a tabulação de dados para elaboração do diagnóstico de necessidades a serem trabalhadas para subsidiar a elaboração do plano de curso/treinamento

Enfrentamento da pandemia

A partir de março de 2020, a despeito do planejamento anual da SAMOS, a edição 2020 do PQVT precisou ser adequada às implicações da pandemia pelo SARS-CoV-2. Assim, a assistência aos adoecidos pela Covid-19 tomou a liderança entre as ações da SAMOS/CAS.

Com a suspensão do trabalho presencial no Tribunal (Portaria n. 19475/2020 TRE/PRE/DG/SGP/GABSGP), foram oferecidos a to-

dos os trabalhadores, independentemente do vínculo funcional, **acompanhamento médico e psicossocial remotos**, inclusive com disponibilização de oxímetros e de medicação específica, conforme a gravidade dos casos de Covid-19. No **gráfico 1** é apresentado o quantitativo de atendimentos da área médica, que somaram 453 (quatrocentos e cinquenta e três) consultas remotas.

Algumas urgências médicas, odontológicas ou de enfermagem, num total de quatorze (14) ocorrências, foram atendidas presencialmente nas dependências da SAMOS durante o referido período.

A atenção remota à saúde mental, do plano de trabalho: Cuidados em Saúde Mental e Atenção Psicossocial em meio à crise, foi oferecida tanto pela psicóloga da SAMOS quanto por psicólogos credenciados ao PAS/TRE/PA. Os atendimentos do Serviço Social, dentro do mesmo plano de trabalho, também passaram a ocorrer remotamente.

O **quantitativo de atendimentos psicossociais da SAMOS**, de março a dezembro de 2020 são apresentados no **gráfico 2**.

Adequações do Programa de Exames Periódicos em Saúde

Com relação ao programa de exames periódicos em saúde do servidor (PEPS), a SAMOS passou a receber os resultados dos exames por e-mail institucional, e dispensou a consulta médica presencial para a conclusão da participação dos servidores.

O PEPS/2020 convocou um total de 757 (setecentos e cinquenta e sete) servidores, dos quais 47 (quarenta e sete) concluíram e encaminharam os exames previstos, alcançando-se um percentual de 6 % de adesão. O **decréscimo na adesão ao PEPS em relação à série histórica** do programa (**gráfico 3**), que atingiu 29% de adesão em 2019, foi entendido como reflexo da pandemia, considerando a indicação de isolamento social.

Gráfico 1 – Atendimentos médicos remotos SAMOS/CAS durante a pandemia em 2020

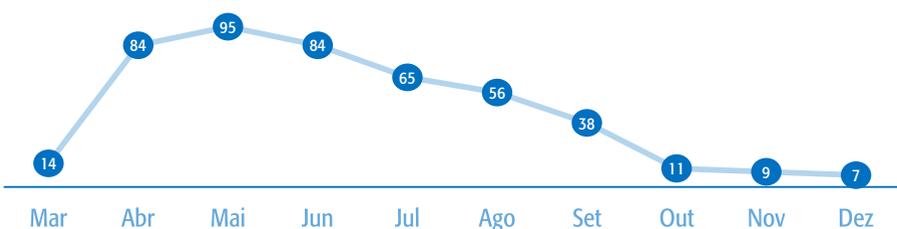
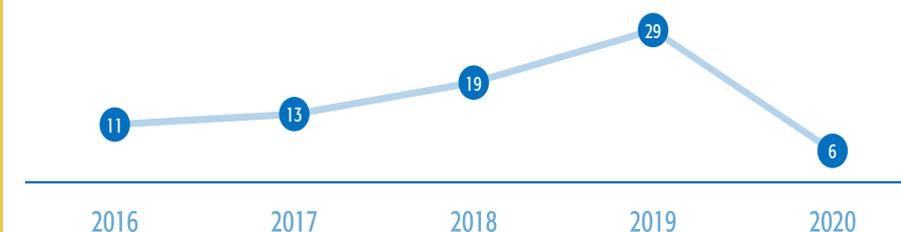


Gráfico 2 – Atendimentos Psicossociais Mar a Dez/2020



Gráfico 3 – Adesão ao PEPS – Série Histórica



Adequação dos projetos em saúde

As ações em saúde foram adequadas ao cenário pandêmico, passando a abordar as implicações da nova doença na saúde física e mental, por meio de rodas de conversa online, assim como vídeos e boletins encaminhados por meios virtuais. As ações realizadas estão listadas a seguir e os arquivos estão disponibilizados na intranet do TRE:

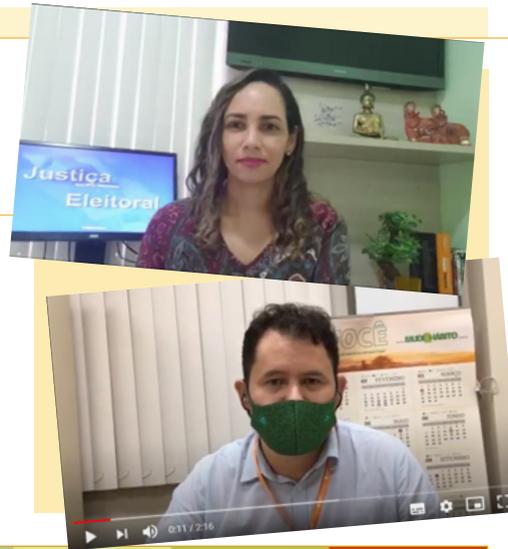
I. Roda de Conversa: Luto e vida: como superar a dor da perda – Diálogos online sobre o luto e seus sentidos na Pandemia da Covid-19.

II. Publicação de Boletins Informativos

- ▶ Covid-19 - de repente tudo ficou diferente
- ▶ Uso de substâncias psicoativas
- ▶ Cuidados em saúde mental e atenção psicossocial em meio à crise
- ▶ Trabalho remoto e ergonomia
- ▶ Falando sobre o coronavírus
- ▶ Os cuidados odontológicos durante a pandemia
- ▶ Primeiros cuidados psicológicos
- ▶ Covid-19 e saúde psicossocial
- ▶ Relações familiares em tempos de pandemia
- ▶ Prevenção do suicídio: informativo em saúde mental
- ▶ Covid-19 - controle do risco de transmissão
- ▶ Retomada do trabalho presencial
- ▶ Uso da máscara de proteção
- ▶ Saúde mental infantil em meio à pandemia
- ▶ Atenção remota à saúde
- ▶ Outubro Rosa: informativo em saúde

III. Vídeos da área médica, odontológica e psicossocial da SAMOS, num total de 7 (sete).

Foram disponibilizados vídeos com esclarecimentos sobre a prevenção ao contágio da COVID-19, a promoção da saúde bucal e a repercussão da pandemia na Odontologia, bem como, sobre o trabalho remoto, o isolamento social e a saúde mental, a saúde mental infantil e a relação com a Covid-19, relaxamento e respiração.



Covid-19

De repente, tudo ficou diferente

Precisamos entrar no trabalho, sem sair de casa.
Algumas dicas vão ajudar nossa mente a entender a mudança:

1 Mantenha a rotina, arrume-se para trabalhar.

2 Se houver afazeres domésticos urgentes, atrase-se para o trabalho, mas procure não misturar as atividades.

3 Arrume sua estação de trabalho remoto, considerando dicas ergonômicas, faça pausas e alongamento, conforme orientações no anexo.

4 Converse com familiares, eles precisam entender sua necessidade de silêncio para concentração.

5 Filtre as informações sobre a situação mundial que chegam até você. Mesclie-as com outros conteúdos como livros, filmes, músicas, boas conversas em família, ainda que remotamente, atividades lúdicas ou artísticas. Enfim, tudo o que distrai, relaxa e alegria.

6 Respeite seu horário de trabalho e o dos colegas, não estenda questões em grupos remotos pelo dia todo ou final de semana.

Vamos viver positivamente, esses tempos tão diferentes!

SAMOS/ CAS/SGP Tribunal Regional Eleitoral do Pará

Ação anual de imunização

A ação anual de imunização foi realizada no dia 17 de junho de 2020, enquanto vigente o trabalho remoto exclusivo, por tratar-se de ação prioritária, tendo em vista que a proteção contra a influenza poderia cooperar para o diagnóstico diferencial em relação à infecção pelo novo coronavírus, considerando a semelhança dos sintomas entre a covid-19 e a gripe; bem como, a possibilidade de minimizar a ocupação de leitos nos serviços de saúde.

Para tanto, foram empreendidos esforços da Diretoria Geral (DG), da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e da SAMOS/CAS em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde (SESMA) tendo, ao final, sido aplicadas 242 (duzentas e quarenta e duas) doses da vacina contra influenza e 186 (cento e oitenta e seis) doses da vacina tríplice viral (contra sarampo, caxumba e rubéola).

Outras ações da SAMOS no PQVT

Também destacaram-se entre as ações da SAMOS/CAS, compreendidas como desdobramentos do PQVT em 2020:

1. Elaboração do protocolo de retorno ao trabalho presencial, em conjunto com a Secretari de Gestão de Pessoas e a Diretoria-Geral;
2. Pesquisa para avaliação da saúde de servidores e alocação dos mesmos em grupos de retorno ao trabalho presencial, conforme risco individual de agravamento da Covid-19 em caso de contágio;

3. Prorrogação da modalidade de trabalho remoto para servidores alocados nos grupos de risco durante o estado de pandemia da Covid-19.

4. Análise do índice de **absenteísmo por motivos de saúde em 2020** (gráfico abaixo).

5. Ações do programa Acessibilidade/ Projeto Ergonomia – aquisição de material ergonômico: apoio de punho para teclado, tapete para mouse, apoio para pés, bolas cravo e luminárias.



Execução do Plano Anual de Capacitação 2020

Em 2020 foram custeados 29 treinamentos com recursos do Plano Anual de Capacitação, sendo 25 na modalidade a distância e 4 na modalidade presencial. No total, 764 servidores foram capacitados em diversas competências profissionais. Além dos cursos constantes no Plano de Capacitação, foram oportunizadas outras 6 ações de treinamento que não tiveram custo com inscrição, pois foram realizadas por meio de repasse in-

terno, na plataforma de educação online, ou de parcerias institucionais.

Os treinamentos voltados à preparação de servidores e magistrados para as eleições municipais ocorreram nos meses de agosto a outubro, preferencialmente nas plataformas online, em razão da pandemia mundial do novo coronavírus.

As capacitações englobaram instruções para análise dos pedidos de registro de candidaturas, utilização do sistema de processo judicial eletrônico, fiscalização da propaganda eleitoral, análise das prestações de contas de campanha e utilização das urnas eletrônicas e dos sistemas eleitorais.

Atendendo as diretrizes do Programa Permanente de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores da Justiça Eleitoral (Resolução TSE 20.572/2007), o Tribunal ofertou treinamento na modalidade de EaD para capacitar os ocupantes de cargos gerenciais.

O treinamento, intitulado “Desenvolvimento de Competências Gerenciais”, foi importado do TRE-SP, com 30 horas de capacitação, dividido em 4 módulos: Liderança, Comunicação, Relacional Interpessoal e Ferramentas Gerenciais.

Realizada no período de 11 de maio a 05 de junho de 2020 e destinada aos servidores ocupantes de cargos gerenciais lotados na Secretaria do Tribunal, bem como aos chefes de cartório eleitoral, a ação capacitou, ao todo, 157 servidores, preparando-os para a organização das tarefas da unidade, a promoção de um ambiente de trabalho saudável, produtivo e eficiente, e habilitando-os a atingir os resultados almejados pela organização.

O Programa Bolsa de Estudos, destinados ao desenvolvimento dos servidores na carreira, custeou, parcialmente, 4 (quatro) cursos de graduação para os servidores do órgão. O reembolso totalizou 75% do valor das mensalidades e matrículas, representando um investimento de R\$ 49.974,56.

Execução do Plano Anual de Capacitação de 2020 – Investimento por Competência

Competências	Cursos	Servidores	Contratações	Diárias	Passagens	Invest. Total
Específicas	25	540	R\$ 275.222,60	R\$ 193.900,08	R\$ 43.213,54	R\$ 512.336,22
Estratégicas	2	65	R\$ 27.744,96	R\$ -	R\$ -	R\$ 27.744,96
Gerenciais	2	159	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Total	29	764	R\$ 302.967,56	R\$ 193.900,08	R\$ 43.213,54	R\$ 540.081,18



Revisão da Portaria sobre a Política de Gestão por Competências

A revisão da Política de Gestão por Competências consta no processo SEI 0010691-72.2019.6.14.8000, com a constituição de Grupo de Trabalho específico para estudo do tema, por meio da Portaria nº18.995/2019 - TRE/PA.

O projeto encontra-se ainda em andamento, tendo sido entregue o Relatório Final de reavaliação do normativo, que originou a Minuta de Portaria a ser submetida à aprovação superior no decorrer da gestão 2021-2022.

Monitorar o lapso temporal entre a liquidação e o pagamento das despesas

A Lei nº 8666/93 (Licitações e Contratos), assim como os Termos de Contratos formalizados no âmbito deste TRE, estabelecem prazos para a realização dos pagamentos das despesas, os quais, em regra, são contados a partir da data de liquidação da despesa, ou seja, quando a fiscalização registra o ateste da despesa (recebimento definitivo do material ou do serviço).

A ação foi implementada com o objetivo de ter um maior controle dos prazos de pagamento, mediante a obtenção de informações mais precisas, inclusive com vistas a permitir o cálculo do Índice de Pagamentos no Prazo, que é um indicador utilizado na execução financeira.



Atualizar a normatização de pagamentos

A Instrução Normativa nº 01/2014 dispõe sobre os procedimentos de programação financeira, disciplina a instrução dos processos relativos à execução financeira, orienta quanto ao encaminhamento para pagamento das despesas e consequente arquivamento.

A referida IN entrou em vigor quando todos os processos administrativos ainda eram físicos e instruídos com papel.

Com a implementação do SEI – Sistema Eletrônico de Informação os processos passaram a ser eletrônicos, o que modificou a forma de instrução e de tramitação processual.

O produto final desta ação resultou na elaboração de uma nova instrução normativa (IN TRE/PA nº 05/2020), de forma a atender especificamente os processos eletrônicos.

Aprimorar os procedimentos de realização da programação financeira

A Programação Financeira consiste no procedimento mensal de solicitação dos recursos financeiros que a Unidade Gestora (TRE) necessita para atender seus gastos.

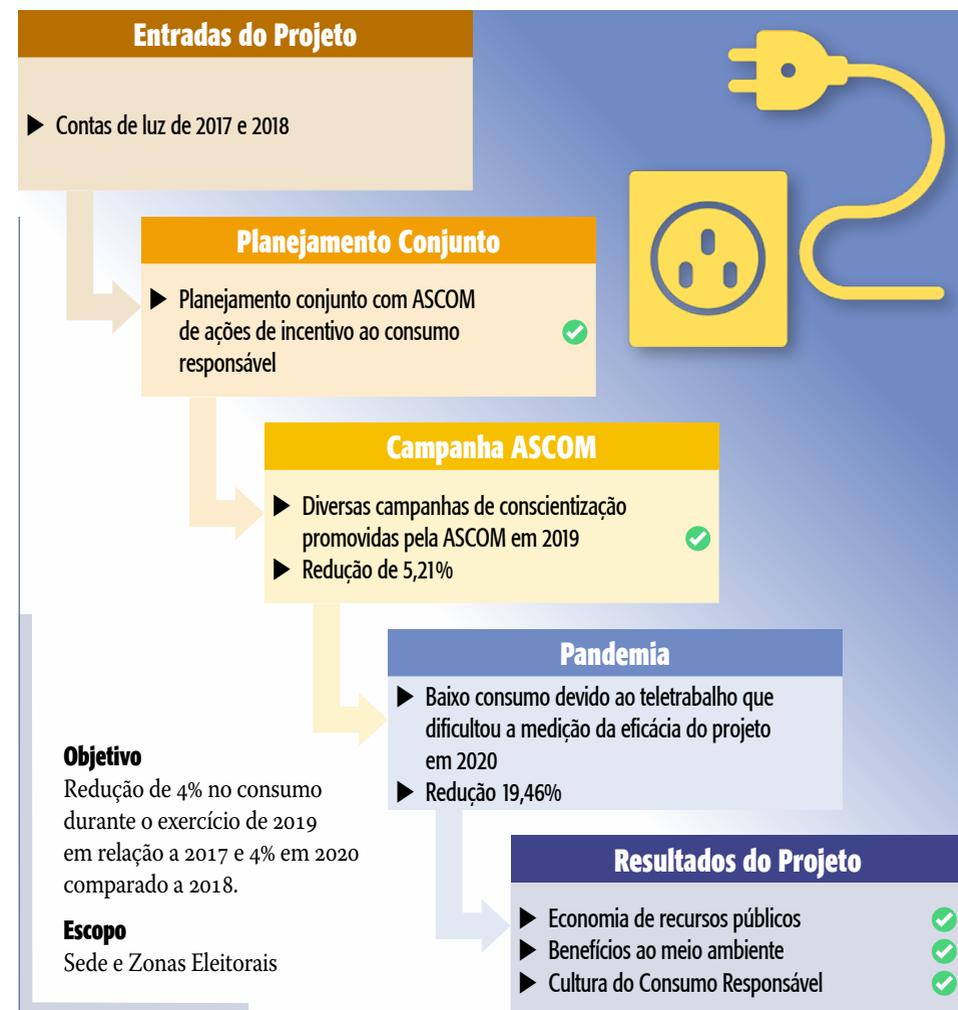
A ação foi desenvolvida com o objetivo de consolidar o envolvimento das Unidades Administrativas do TRE no processo de programação financeira, de forma a evitar possíveis insuficiências de disponibilidade de caixa e, por consequência, problemas na realização dos pagamentos das despesas.

Otimizar a liquidação

Ação idealizada com o intuito de auxiliar e orientar a fiscalização dos contratos quanto aos procedimentos de liquidação da despesa e à instrução dos processos de pagamento, de forma a dar maior eficiência aos procedimentos de pagamento das despesas.

Como resultado foi criado o material denominado “Orientações sobre Liquidação (Ateste) das Despesas e Envio para Pagamento”.

Implantar programa de consumo responsável de energia elétrica



Aperfeiçoar a metodologia de elaboração da proposta orçamentária

A ação de aperfeiçoamento da elaboração da proposta orçamentária visou estabelecer um transparente, atualizado, com participação das estruturas de governança, alinhada aos objetivos estratégicos, contribuindo para a melhoria dos indicadores do Órgão.

Os procedimentos de instrução processual e orientação às unidades foram revisados com o mapeamento do processo e identificação de oportunidade de melhorias, culminando com a publicação da Instrução Normativa nº 01, de 19/03/2020, que dispõe o processo de elaboração da Proposta Orçamentária Anual do TRE-PA.



Adotar mecanismos de controle gerencial da execução orçamentária

Dando continuidade às ações de melhoria nos mecanismos de controle gerencial da execução, foi solicitada ao TSE e implementada, a partir do exercício de 2020 a utilização de UGR's – Unidade Gestora Responsável. Tal medida possibilitou a extração de relatórios de execução direta-

mente do Tesouro Gerencial, espelhando a execução registrada no SIAFI, de forma automatizada, reduzindo a intervenção humana e consequentemente eventuais erros de lançamento e possibilitando maior rapidez e transparência sobre a utilização dos recursos.

Mapear o processo de trabalho do Suprimento de Fundos

O mapeamento do processo de trabalho de suprimento de fundos permitiu a padronização dos procedimentos de concessão, aplicação e prestação de contas, garantindo mais efetividade ao processo e contribuindo para o aperfeiçoamento da

gestão orçamentária, bem como a criação de indicador que mensurará anualmente o total de valores de suprimento de fundos baixados da conta de responsabilidade dentro do mesmo exercício em que foram concedidos.

Avaliar viabilidade de implementação do modelo Almojarifado Virtual

Entradas do Projeto

- ▶ Instrução Normativa nº 8, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
- ▶ Implementações de Almojarifado Virtual em outros órgãos

Estudo

- ▶ Estudo junto a empresa que preste serviço de Almojarifado Virtual (Em andamento)

Interação com outros órgãos

- ▶ Interação com outros órgãos que já implementaram o Almojarifado Virtual (SUSPENSO)

Objetivo

Agilidade e descentralização do atendimento, reduzir os níveis de estoque e perdas por mal dimensionamento ou armazenamento.

Escopo

Contratação de fornecimento de material de consumo a todas as unidades do TRE e Zonas Eleitorais.

Normativo

IN SEGES/MP nº 08/2018

Resultados do Projeto

- ▶ Apresentação de relatório sobre a viabilidade ou não da implementação do almojarifado virtual (SUSPENSO)

PROJETO SUSPENSO

- ▶ Fará parte do Plano de Gestão 2021-2022



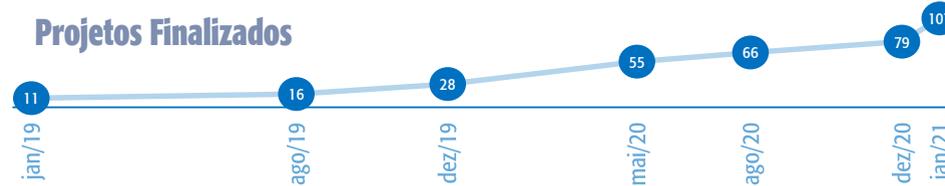
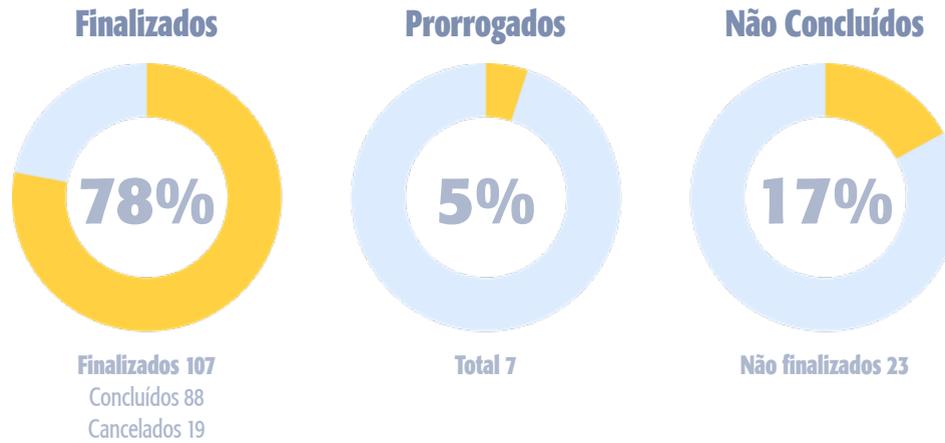
Monitorar o portfólio de projetos estratégicos

Ante a aprovação da metodologia de gestão de projetos por este Tribunal estabeleceu-se o monitoramento das iniciativas estratégicas constantes no Plano de Gestão 2019/2020, a fim de garantir não somente a conclusão destas, mas também a aplicação eficiente dos recursos e a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Para tanto adotamos o Sistema GPWEB, o qual periodicamente era atualizado pelos gerentes de projetos e de onde eram emitidos relatórios mensais que norteavam as informações dirigidas à Diretoria Geral referente ao grau de execução das iniciativas estratégicas.

Em adição, quadrimestralmente era reportada à Alta Administração por ocasião das Reuniões de Análise da Estratégia – RAEs o grau de cumprimento do Plano de Gestão, quando eram deliberadas ações a serem tomadas para impulsionar o desempenho dos projetos.

O Plano de Gestão 2019/2020 foi decomposto em 137 projetos estratégicos, dos quais 88 (oitenta e oito) foram concluídos e devido razões de força maior 19 (dezenove) iniciativas não puderam ser levadas adiante. Ainda, foram apresentadas justificativas plausíveis que demandaram o deferimento de prorrogação de finalização de 7 (sete) projetos para após o biênio de vigência do Plano de Gestão.



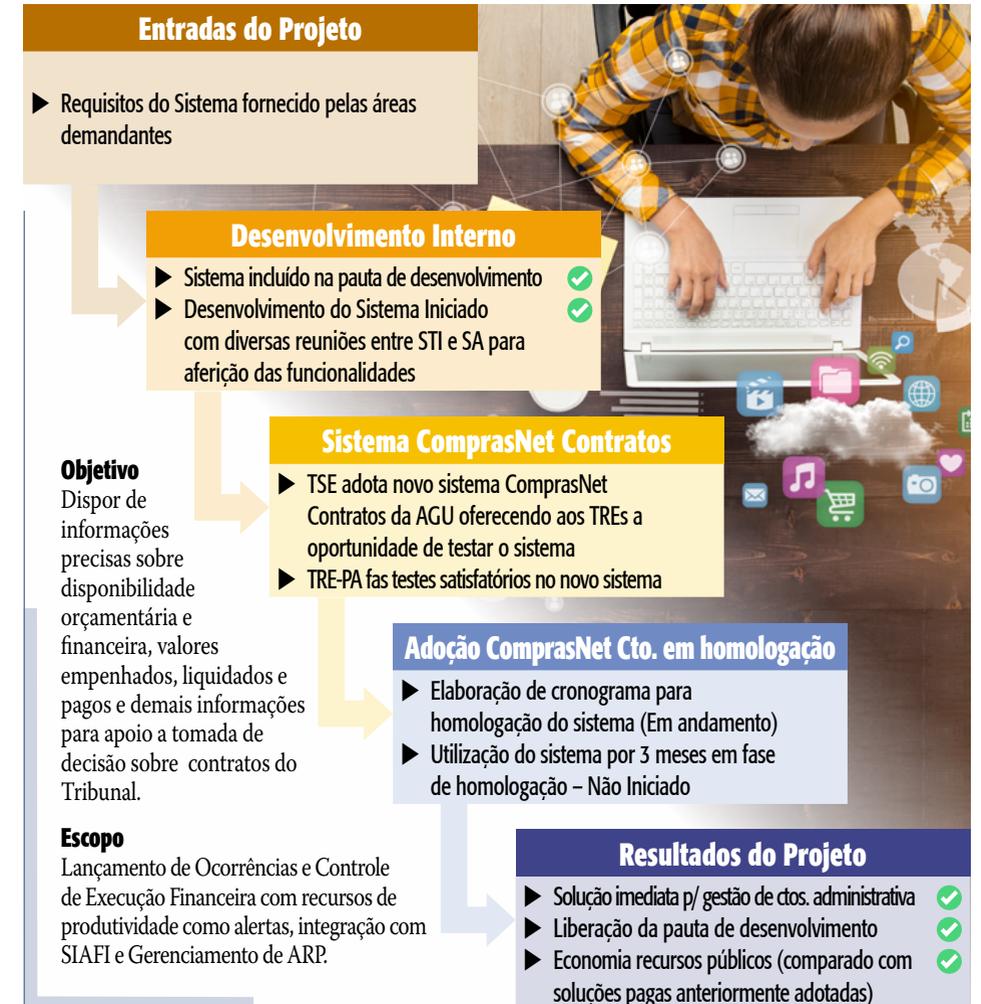
Fomento à desburocratização

A equipe do GPEG objetivando promover e estimular a identificação e divulgação de medidas que simplifiquem processos e procedimentos no âmbito TRE-PA editou o Guia Rápido de Desburocratização.

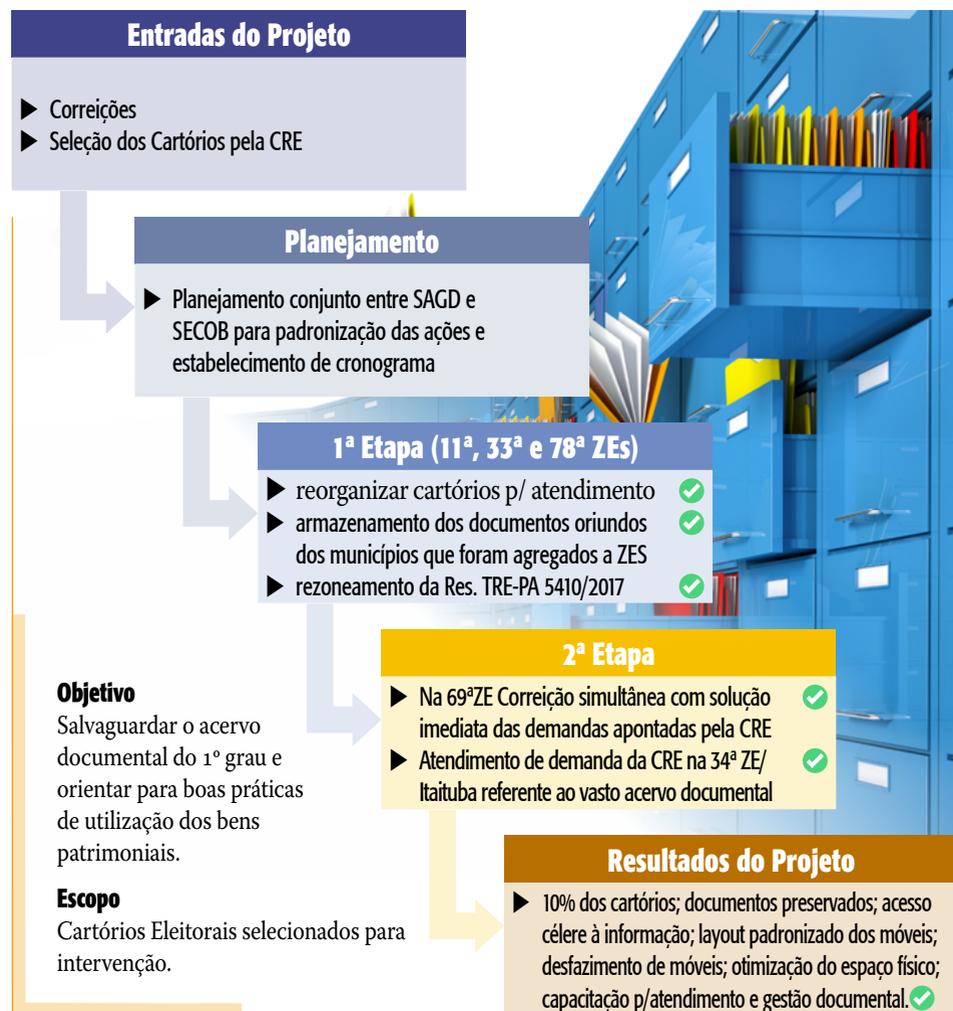
A ferramenta foi divulgada internamente e encontra-se publicada em nosso página da internet

(<https://www.tre-pa.jus.br/o-tre/governanca-institucional/desburocratacao-e-simplificacao>), desta forma, sensibilizamos nossos servidores quanto à necessidade de racionalização de atos e procedimentos administrativos e os efeitos sociais e econômicos causados pela burocracia excessiva.

Implantar sistema informatizado para a gestão dos contratos administrativos



Organização documental e mobiliária dos cartórios eleitorais



Adequação à Res. CNJ nº 211/2015

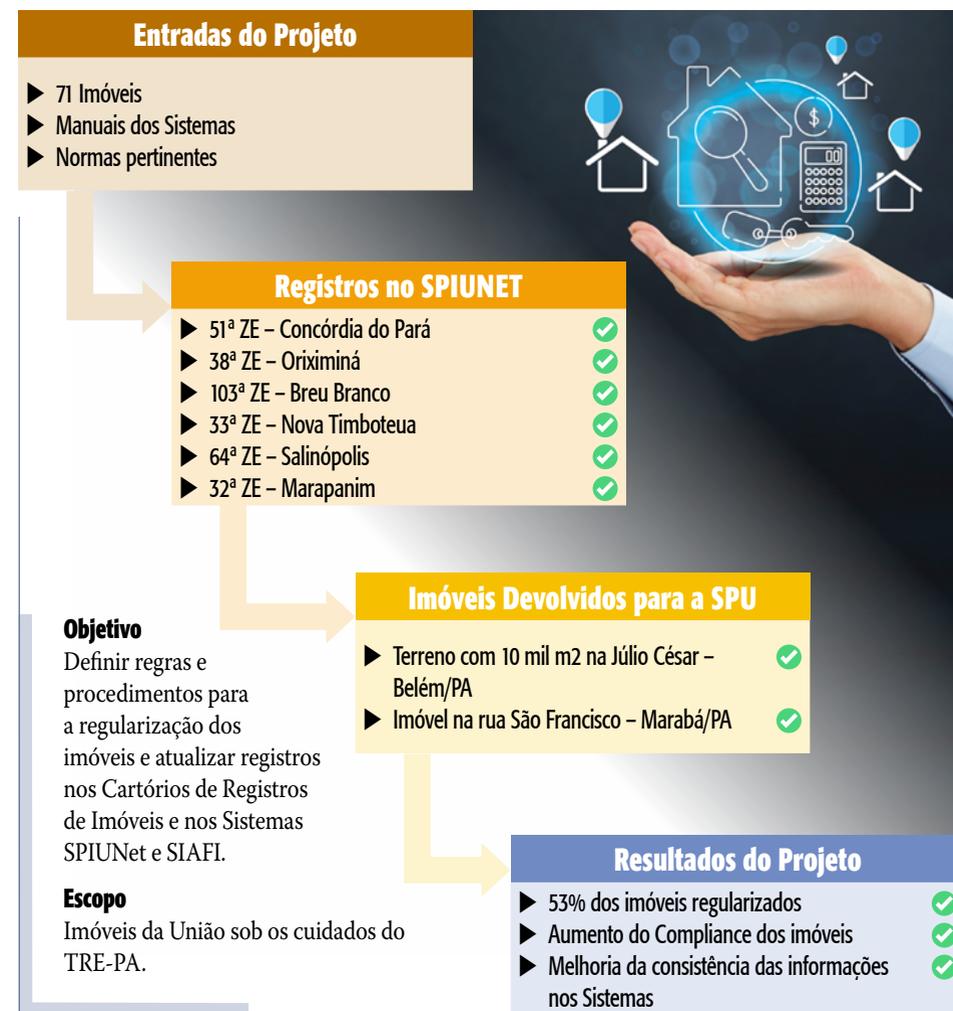
O TRE do Pará, por meio desta Secretaria de Tecnologia da Informação, Unidade responsável pela gestão do parque tecnológico de ativos de TIC, além do desenvolvimento de soluções referendadas nacionalmente, inclusive em outros órgãos do Poder Judiciário e em Tribunais Superiores, preconiza os preceitos estabelecidos nas leis federais e regramentos do Poder Judiciário da União e dos órgãos de controle.

O Tribunal é reconhecido como destaque nos aspectos de governança e contratações, como demonstram o gráficos abaixo, cujo dados foram extraídos do Levantamento de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário, iGovTIC-JUD, do Conselho Nacional de Justiça, o qual apresenta todos os dados relativos à série histórica desde 2016 no Painel de Governança iGovTIC-JUD.

A apuração do iGovTIC-JUD está prevista na Resolução CNJ 211/2015 que dispõe sobre a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário – ENTIC-JUD (recentemente revogada pela Resolução CNJ nº 370 de 28/01/2021).

O TRE-PA vem evoluindo no HiGovTIC-JUD, alcançando de 2016 a 2020 os índices: **0,67; 0,75; 0,82; 0,88 e 0,92, respectivamente.**

Regularizar a documentação do parque imobiliário do TRE-PA



Regulamentar a gestão estratégica do TRE-PA

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará carecia de mecanismos de governança para aperfeiçoar práticas gerenciais para o cumprimento da sua missão institucional e visão de futuro.

Com a regulamentação da estratégia, foram definidas diretrizes que norteiam alguns procedimentos relacionados à estratégia, tais como, a formulação do Plano Estratégico, da comunicação da estratégia, do desdobramento da estratégia e do monitoramento da estratégia.

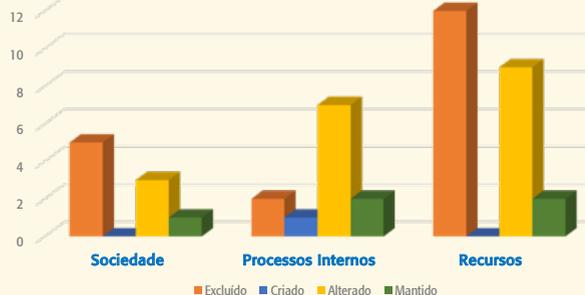
Para se atingir o nível de maturidade exigido de um órgão do Poder Judiciário, foram considerados pontos presentes no Levantamento Integrado de Governança do Tribunal de Contas da União, na Auditoria Integrada dos Indicadores da Justiça Eleitoral e a Resolução CNJ nº 198/2014.

Com a publicação da Resolução TRE-PA nº 5.640, de 09 de junho de 2020, os servidores do TRE-PA passaram a seguir as diretrizes definidas para a Estratégia do Órgão, trazendo melhorias para a Governança na Gestão Estratégica da Instituição.

Principais alterações nos indicadores

Nº Indicadores por Perspectiva	Antes	Depois
Sociedade	10	4
Processos Internos	10	10
Recursos	23	11

Revisão dos Indicadores por Perspectiva



Revisar o Planejamento Estratégico vigente

O planejamento Estratégico do TRE-PA não sofria revisão desde seu início em 2016. Alterações pontuais em indicadores estratégicos, em termos de escopo ou fórmula, e nomenclatura de macrodesafios ocorreram durante as deliberações das Reuniões de Análise da Estratégia durante a vigência do Plano.

O projeto considerou a realização da Auditoria Integrada dos Indicadores da Justiça Eleitoral ocorrida no fim do ano de 2019 e, antevendo a necessidade de reformulação do Planejamento Estratégico no ano de 2021 motivado pela Resolução CNJ nº 325/2020, direcionou o escopo da revisão aos Indicadores Estratégicos.

Destaca-se as recomendações da auditoria utilizadas para a Revisão da Estratégia:

- ▶ Manter no PEJEPa apenas indicadores relacionados ao cumprimento da estratégia.
- ▶ Fazer constar na ficha Quem Mede e o Dono do indicador.
- ▶ Identificar, detalhadamente, a fonte de dados para medição do Indicador, de modo que possibilite a aferição por pessoa estranha à unidade e a correção dos dados sejam auditáveis.
- ▶ Identificar o agente responsável pela Validação dos dados.
- ▶ Atualizar o Planejamento Estratégico consolidando as alterações em controle de Versão.

Realizar levantamento do acervo documental e providenciar a adequada destinação

Entradas do Projeto

- ▶ Documentos físicos nas unidades



Visitas Técnicas

- ▶ Verificação in loco da existência de documentos arquivados fisicamente nas unidades ✓
- ▶ Montagem do cronograma ✓

Transferência para o Arquivo Geral

- ▶ do acervo de documento
- ▶ Remanejamentos arquivados nas unidades para o Arquivo Geral

Objetivo

Eliminar acervos de documentos arquivados nas unidades pós-digitalização, transferindo-os para o Arquivo Geral, Digitalizando e Conservando em arquivo somente aqueles estritamente necessários de acordo com as normas vigentes.

Escopo

Unidades da Sede do Tribunal

Análise, Digitalização e Descarte

- ▶ Análise dos acervos com base na IN 07/2009
- ▶ Abertura de 4 processos de descarte
- ▶ Manter os processos de guarda permanente e com prazo a vencer no Arquivo Geral

Resultados do Projeto

- ▶ Envio de 2 toneladas de papel para cooperativa de reciclagem; tratamento da informação e preservação dos documentos; liberação de espaço físico; disponibilidade de móveis vazios. ✓

Aperfeiçoar a gerência do Prêmio CNJ de Qualidade

Foi executado o Plano Geral de Projeto nº 59, que objetivou “aperfeiçoar a gerência do Prêmio CNJ de Qualidade”, processo SEI 0004683-79.2019.6.14.8000, resultando no mapeamento de processo das ações do Prêmio CNJ de Qualidade no âmbito do TRE/PA.

A melhoria em eficiência e efetividade na gerência das ações do Prêmio CNJ de Qualidade, com a utilização da gestão de riscos para a tomada de decisões, iniciou-se em 2018, com a análise e identificação dos riscos do então Selo Justiça e Números (Processo SEI nº 0006621- 17.2016.6.14.8000 - Evento nº 0494305), e aprimorou-se em 2019, com a execução da consultoria em gestão de riscos, embasada nos conceitos e técnicas estabelecidas pela norma ABNT ISO 31000:2018.

Com o conhecimento dos riscos e a consequente aplicação de controles, a gestão de riscos contribuiu para o aperfeiçoamento do processo de gerenciamento das ações do Prêmio CNJ de Qualidade no âmbito do TRE/PA, visando o alcance do objetivo principal do processo: “Aprimorar a gestão administrativa e judiciária, a produção de dados estatísticos e a transparência das informações no TRE/PA”. Contudo, o contexto e as bases de conhecimento do Prêmio CNJ de Qualidade modificam-se com fre-

quência. Novos riscos podem surgir, outros podem se modificar e alguns podem desaparecer.

Como a gestão de riscos é dinâmica, reagindo às mudanças apresentadas, com a reavaliação contínua dos controles internos quanto à eficácia e suficiência, com base nessas avaliações, são definidos quais controles serão aperfeiçoados ou adicionados ao tratamento.

Por sua vez, é importante ressaltar que a gestão de processos, tal como o gerenciamento de riscos, é dinâmica e contínua. Não se exaure com a primeira versão do processo mapeado ou com a atualização de seu mapa. Os processos de trabalho devem ser sempre revisados e atualizados, seus controles identificados e avaliados e os gestores devem promover o monitoramento contínuo do processo, para aprimoramento e redimensionamento de seu fluxo. Por isso a importância da visão por processos, do mapeamento e da definição de indicadores para medir o desempenho e possibilitar a avaliação dos riscos e dos benefícios de cada controle adotado.

Dentre os produtos do referido projeto, está o mapa dos processos de gerência de ações do Prêmio CNJ de Qualidade, produzido e validado pela Seção de Consultoria e Acompanhamento da Accountability - SAUDI/COAG/SAC, com o auxílio e a facilitação da Seção de Consultoria e Acompanhamento da Governança e Gestão - SAG.

Desenvolvimento da abordagem de consultoria definida nas normas do IAA

Conforme Informação nº 2/2021 - TRE/PRE/DG/GPEG/NPGI (evento nº 1219595) e Despacho nº 1219690/2021 - TRE/PRE/SAUDI/COAG, houve a exitosa conclusão do Plano Geral de Projeto nº 64/2020, que possuía como objetivo “Desenvolver a abordagem de Consultoria definida nas normas do IIA – Instituto dos Auditores Internos do Brasil”, resultando no mapeamento de processo planejamento e execução de consultorias pela Secretaria de Auditoria Interna – SAUDI (evento nº 1219690).

O referido artefato, produzido pela Coordenadoria de Consultoria e Acompanhamento da Governança e Gestão – COAG/SAUDI, com o auxílio da Seção de Consultoria e Acompanhamento da Governança e Gestão – SAG/COAG/SAUDI, apresenta, em sua primeira versão, os fluxogramas e modelo de processo geral e de consultoria de governança, bem como 2 (dois) indicadores gerenciais de desempenho para auxiliar no acompanhamento da eficiência do processo.

Atualizar o Estatuto de Auditoria Interna

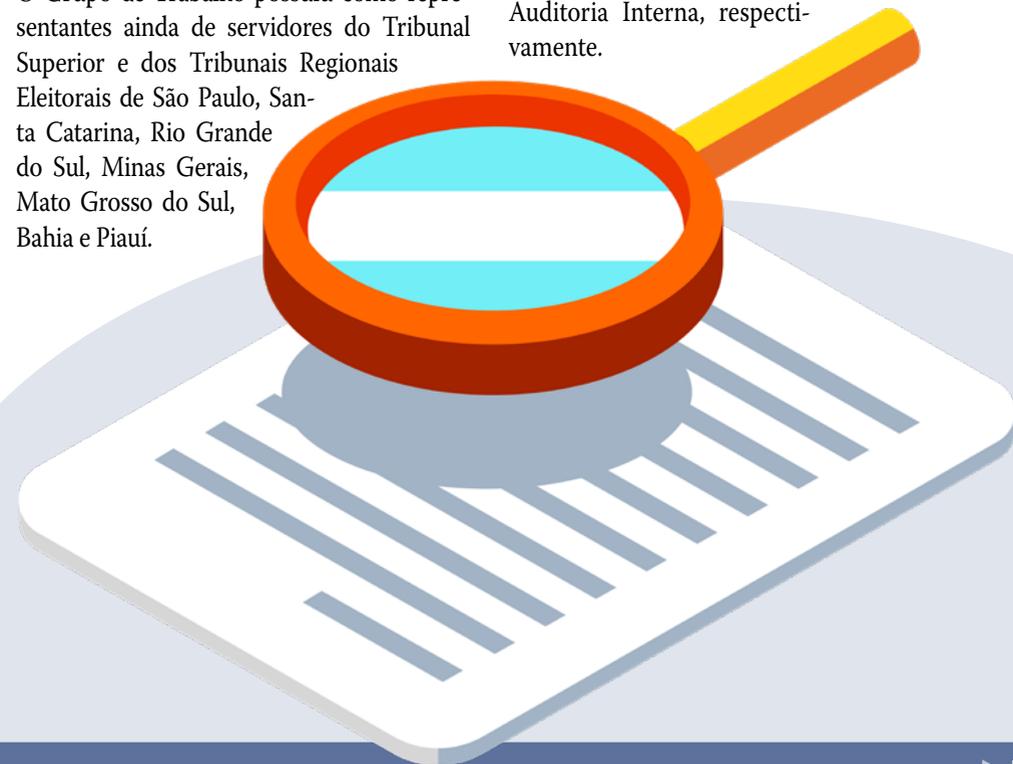
A Secretaria de Auditoria Interna executou o Plano Geral de Projeto – PGP nº 16/2019, que objetivava atualizar o Estatuto da Auditoria Interna.

Neste sentido, o Secretário Rui Alberto Batista da Silva integrou um Grupo de Trabalho responsável pela elaboração das minutas-parâmetro do Estatuto de Auditoria e do Código de Ética da Unidade de Auditoria.

O Grupo de Trabalho possuiu como representantes ainda de servidores do Tribunal Superior e dos Tribunais Regionais Eleitorais de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Bahia e Piauí.

Observe-se que, em observância à Resolução CNJ nº 309/2020, todas as Auditorias Internas do Poder Judiciário, teriam que aprovar tais documentos com alinhamento ao contido na referida norma, até o dia 30/07/2020.

Este Tribunal, realizou, em 14/07/2020, editou as Resoluções nº 5.648 e 5.649, editando o novo Estatuto de Auditoria Interna e o Código de Ética da Unidade de Auditoria Interna, respectivamente.



Aperfeiçoar a sistemática de elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna

A Unidade de Auditoria Interna executou o Plano Geral do Projeto nº 53/2019, tendo aperfeiçoado a sistemática de elaboração do Plano Anual de Auditoria.

Neste sentido, a partir da Cadeia de Valor do Tribunal, foi criada uma sistemática de seleção de objetos a serem abordados no Plano Anual de Auditoria – PAA, de forma a especializar os trabalhos de auditoria, em atendimento a orientação para o componente accountability constante no Levantamento Integrado de Governança do Tribunal de Contas da União.

Assim, para a elaboração do PAA 2021, a Auditoria Interna está se pautando nos seguintes fatores: solicitação de reestruturação da Unidade de Auditoria Interna; materialidade, criticidade, relevância e grau de governança dos objetos auditáveis; planejamento estratégico do TRE/PA (Ciclo 2016-2021); estrutura de governança corporativa do órgão (Resolução TRE/PA nº 5.415/2017); consultoria para a formalização da cadeia de valor do TRE/PA, cuja arquitetura de processos foi utilizada na elaboração do PAA; construção da política de gestão de riscos no Tribunal; ações

preventivas para aprimoramento das práticas de boa gestão; promoção de abordagens de consultoria em gestão de riscos voltadas aos eixos do Plano Integrado de Eleições – PIE, conforme disposto no Plano de Gestão do biênio (2019-2020); aperfeiçoamento da sistemática de elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna, conforme iniciativa contida no Plano de Gestão do biênio (2019-2020); e, implantação do sistema de auditoria – AUDITSE.

Desta forma, o PAA de 2021 está sendo elaborado a partir das etapas previstas no box ao lado.

Ressalte-se que no PAA de 2021 foi prevista uma Consultoria em governança de Tecnologia da Informação, com enfoque na Política de Segurança da Informação, a ser executada de abril a julho de 2021, que atenderá cumulativamente aos quesitos do diagnóstico de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário - iGovTIC-JUD (que pontua no Eixo dos Dados e Tecnologia do Prêmio CNJ de Qualidade) e dos arts. 17 e 34 da Resolução TSE nº 23.501/2016, que “Institui a Política de Segurança da Informação (PSI) no âmbito da Justiça Eleitoral”.



Etapas de elaboração do Plano Anual de Auditoria (PAA)

1) Definição do universo de processos auditáveis: a partir da Cadeia de valor, que contém a divisão dos macroprocessos em 3 (três) grupos:

- a) processos de governança e gestão.
- b) processos finalísticos; e,
- c) processos de suporte.

A Cadeia de valor apresenta, ainda, um detalhamento dos processos auditáveis em níveis maiores (2º e 3º níveis), atualizados pelas áreas de negócio do Tribunal e validados pelo Gabinete de Planejamento, Es-

tratégia e Gestão - DG/GPEG (Arquitetura de processos).

2) Definição dos fatores de risco: aferição da materialidade, criticidade, relevância e risco, consoante disposto no Plano de Auditoria de Longo Prazo – PALP, ciclo 2018-2021.

3) Seleção dos objetos para a auditoria interna: conforme classificação em matriz de priorização de processos, elaborado a partir do sistema Auditse, cujos processos são dispostos em ordem decrescente de pontuação.

Implantar sistema de Auditoria Interna (AUDITSE)

Em janeiro de 2020, o Secretário de Controle Interno e Auditoria, Rui Alberto Batista da Silva, homologou o Sistema de Auditoria Interna (AUDITSE), bem como autorizou sua utilização em caráter oficial, para a realização de atividades pertinentes às auditorias e consultorias a partir do exercício de 2020.

O referido sistema trouxe aperfeiçoamento nos procedimentos de tramitação das auditorias e consultorias, bem como das práticas de monitoramento executadas pela Auditoria Interna.

Tal ferramenta tem como objetivo propiciar a automação das diversas etapas das auditorias, dando suporte às equipes responsáveis pela condução do processo, de acordo com as práticas atuais de controle, as normas internacionais e a jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

Neste sentido, a partir da utilização da referida ferramenta eletrônica, o levantamento de informações sobre o cumprimento das recomendações emitidas pela Auditoria tornou-se mais célere, facilitando o acompanhamento pela área de Auditoria e adoção de medidas tempestivas destinadas à efetividade das recomendações e dos benefícios esperados com a implementação.

Atualizar o Data Center TRE-PA com infraestrutura de Hiperconvergência

Os 2(dois) Data Center do TRE (principal e secundário) possuem infraestrutura de Data Center tradicional, baseada em tecnologia Chassi para Servidores Blade, implantada a partir do ano de 2010. Tendo em vista a necessidade de atualização tecnológica, a STI propôs a inclusão no Plano de Gestão 2019-2020 da iniciativa para aquisição de Infraestrutura Hiperconvergente (HCI), objetivando a substituição completa do Data Center.

Na concepção de um Data Center tradicional, os componentes de armazenamento, Rede (Networking) e processamento (Servidores) encontram-se em “camadas” de Hardware diferentes. Neste tipo de infraestrutura denominada convergente, os componentes ocupam mais espaço e consomem mais energia e climatização, onde a complexidade de manutenção onera sobremaneira as equipes de suporte.

Diferente da infraestrutura tradicional de Data Center, a infraestrutura baseada em arquitetura Hiperconvergente (HCI) representa a combinação

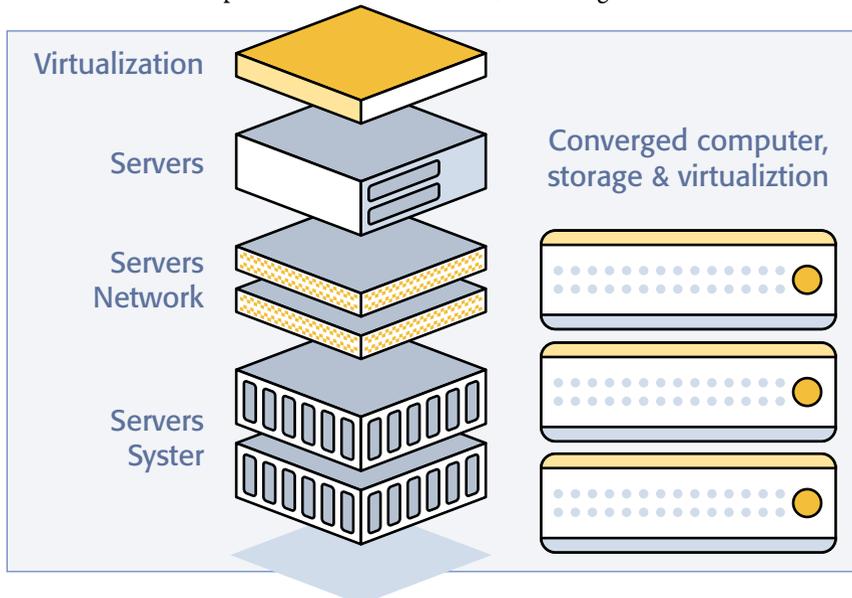
de componentes virtuais e físicos, tais como servidores, redes e hardware de armazenamento, resultando em um único dispositivo controlado por software (vide figura).

Deste modo, a infra-hiperconvergente oferece a confiabilidade, a disponibilidade, a capacidade e o desempenho necessários, ao mesmo tempo que prepara a infraestrutura de TI para o futuro e reduz o custo total de propriedade (TCO). Ela permite que os recursos de TI sejam usados com maior eficiência do que no modelo de Data Center tradicional, onde é necessária a gestão de vários componentes da infraestrutura, além de grandes

atualizações de hardwares e substituições são necessárias a cada um ou dois anos.

Deste modo, considerando a necessidade de investimento anual em infraestrutura de TIC e reaparelhamento do Parque Computacional, a Coordenadoria de Infraestrutura - COINF instruiu o processo 0003513-72.2019.6.14.8000 para contratação/aquisição de infraestrutura Hiperconvergente, com o objetivo substituir no biênio a infraestrutura de Data Center do Tribunal, baseada em tecnologia convergente.

A implantação da nova infraestrutura Hiperconvergente está planejada para dezembro/2020. O valor total investido no projeto foi de R\$ 3.103.752,34 na aquisição de 8(oito) Nós de Produção e 2(dois) nós de homologação. Com a conclusão do projeto, a capacidade de processamento e armazenamento do Data Center deve triplicar, garantindo ao TRE-PA o ambiente propício para o crescimento e a implantação de novos projetos de sistemas nos próximos 5 anos.



Ampliar os serviços baseados em computação em nuvem

Desde agosto de 2018, todos os usuários de TIC do TRE-PA dispõem de um novo serviço de comunicação e colaboração corporativa - G Suite. Este novo serviço substituiu e ampliou o antigo serviço de e-mail, além de disponibilizar ferramentas para que os usuários possam desenvolver suas atividades dentro de um novo paradigma de trabalho colaborativo, fomentado pelo uso da computação em nuvem.

O processo de implantação contou com o incentivo para o uso das novas ferramentas de colaboração do G Suite. Para tanto foram elaboradas campanhas através de mensagens eletrônicas, para divulgação das principais funcionalidades, hot site de divulgação e oficinas de treinamento.

Com apoio logístico do GABSTI, SAU e Service Desk, foi idealizada uma oficina de treinamento piloto para os usuários lotados nos Gabinetes da Presidência e Corregedoria, a fim de aperfeiçoar a melhor

metodologia de treinamento, o conteúdo mais adequado para as necessidades dos usuários e suas principais dúvidas na operação das ferramentas do G Suite. A experiência obtida com essa oficina piloto nos ajudou a modelar um conteúdo resumido, objetivo e adequado para os demais usuários, utilizando apenas uma manhã de trabalho (4h), com material didático de apoio fornecido pela Google, acessado pelo hot site do G Suite.

O treinamento de diversos servidores em 2019, visando fomentar a cultura de computação em nuvem, bem como o uso de diversas ferramentas do Google como Gmail, calendário, Meet, Classroom, dentre outras; foi essencial para a rápida adaptação ao trabalho remoto durante o período de Pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) em 2020.



Atualizar os sistemas de apoio à Eleição: AELIS 2020

Nas Eleições de 2020, alguns sistemas de apoio à Eleição são utilizados juntos aos sistemas eleitorais. Estes sistemas de apoio passaram por atualizações para comportar novas demandas da regra de negócio. As mudanças ocorreram em módulos do sistema AELIS e JEC/BGAN como segue:

AELIS - Módulo de Pontos

- ▶ *Implementação do Plano B dos pontos.*

AELIS Rotas

- ▶ *CRUD de Veículo Avulso.*
- ▶ *Edição Avançada de Trechos/Percurso/Rotas*

AELIS Acompanhamento

- ▶ *Melhoria do Layout do Módulo.*
- ▶ *Integração com o SCDE - Serviço de Consulta de Dados Eleitorais.*
- ▶ *Suporte a Filtros Avançados nas Listagens.*
- ▶ *Geolocalização dos Pontos via importação do GEL.*

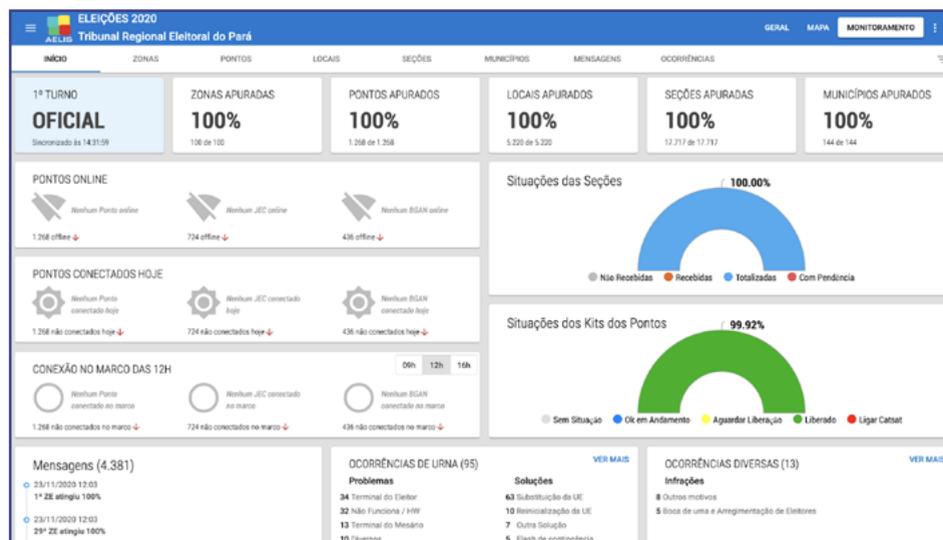
Liberação automática dos pontos JEC / BGAN.

Sistema Aelis - auxilia ▶
no acompanhamento da
apuração das eleições 2020.

Garantir a aderência do desenvolvimento de sistemas ao Processo Padrão de Desenvolvimento da COSIS (PROAGILIS)

O projeto de implantação do processo padrão da COSIS, denominado de PRO-AGILIS (<http://proagilis.tre-pa.jus.br>), e formalizado no processo SEI N° 0009441-72.2017.6.14.8000, a SCDW juntamente com o GT-GPS, elaborou um novo projeto para promover a execução do PRO-AGILIS na COSIS, e com isso iniciar o detalhamento dos fluxos de trabalho do

processo. O Projeto - Executar o Processo de Desenvolvimento Padrão da COSIS (PROAGILIS) está formalizado no processo SEI 0005178-26.2019.6.14.8000 e, nessa etapa, permitiu a especificação do fluxo de gerenciamento de projetos, envolvendo os papéis, produtos de trabalho e ferramentas para condução dos esforços envolvidos na produção do software.



Estabelecer Plano de Continuidade de TI para serviços informatizados ou dependentes da infraestrutura de TI

O Plano de Continuidade de Serviços de TI é um conjunto de ações de prevenção e procedimentos de recuperação a serem seguidos para proteger os sistemas informatizados críticos de trabalho contra efeitos de falhas de equipamentos, acidentes, ações intencionais ou desastres naturais significativos, assegurando a disponibilidade das informações. Logo, a continuidade de serviço de TIC é responsável pela habilidade de recuperação necessária para os serviços de TI e seus componentes de apoio em um evento de desastre.

Como o processo de disponibilidade foca na operação normal do negócio, cabe ao gerenciamento de continuidade de servi-

ço de TI se preocupar com desastres, bem como as formas ou estratégias de recuperação dos sistemas e infraestrutura com base em prazos previamente negociados com a área demandante.

Para tanto, a STI desenvolveu o processo de Gestão de continuidade de Serviços de TI, baseado nos seguintes macro processos:

- ▶ *Análise de impacto de Negócios (BIA)*
- ▶ *Plano de Continuidade Operacional (PCO)*
- ▶ *Plano de Testes e validação*
- ▶ *Restauração em caso de desastres*
- ▶ *Plano de Gestão de Crises*



Concluir a implantação dos processos de gerenciamento de Serviços ITIL (Resolução do CNJ nº 211 de 2015)

Para o Ministro Aroldo Cedraz / TCU, Governança de TI é o conjunto estruturado de políticas, normas, métodos e procedimentos destinados a permitir à alta administração o planejamento, a direção e o controle da utilização atual e futura de tecnologia da informação, de modo a assegurar, a um nível aceitável de risco, eficiente utilização de recursos, apoio aos processos da organização e alinhamento estratégico com objetivos desta última. Seu objetivo, pois, é garantir que o uso da TI agregue valor ao negócio da organização (Acórdão 2.308/2010 – Plenário TCU).

Portanto, com fundamento nestes conceitos, bem como no Art.12 da Resolução CNJ 211/2015, que assevera que os órgãos do poder Judiciário deverão constituir e manter estruturas organizacionais adequadas e compatíveis com a relevância e demanda de TIC, o projeto Concluir a implantação dos processos de gerenciamento de Serviços ITIL (Res. CNJ Nº 211/2015) teve como objetivo Estabelecer normas, estruturas e processos específicos, objetivando o atendimento da Resolução CNJ 211/2015.

Macroprocessos estabelecidos:

- ▶ *Portaria 20098/2021 - Estabelece os deveres e procedimentos atinentes à infraestrutura de cópia de segurança e restauração de dados no âmbito do TRE-PA*
- ▶ *Portaria 20099/2021 - Visa implantar o processo de Gerenciamento da Capacidade de Serviços de TIC no âmbito do TRE-PA*
- ▶ *Portaria 20100/2021 - Institui o processo Gerenciamento de Disponibilidade de TIC no âmbito do TRE-PA*

Garantir o atendimento das demandas por sistemas informatizados

O objetivo era atingir, até o final de 2020, o atendimento de 80% dessas demandas, e acordo com os direcionamentos e priorização estabelecidos pela alta administração (CDTI).

As demandas por sistemas informatizados no âmbito das unidades que compõem a estrutura organizacional do Tribunal Regional Eleitoral do Pará / TRE-PA, são recepçiona-

das por meio do Sistema GERSOL - Gerenciamento de Solicitações de Software e posteriormente são submetidas às avaliações das comissões técnicas(CTTI) e estratégicas(CDTI) pertinentes.

No ano de 2020, as solicitações aprovadas pelas comissões(CTTI e CDTI) que anali-

sam os pedidos sob o ponto de vista técnico e estratégico respectivamente, deram aval ao desenvolvimento de 19 (dezenove) projetos de software, dos quais, 11 (onze) tiveram sua produção iniciada e concluída (entrega). Cumprindo assim 58% das demandas por software.

Modernização do Parque Computacional do TRE-PA

Este projeto foi responsável por promover a renovação de 77,5% dos computadores do parque computacional do Tribunal, proporcionando a modernização e a redução dos custos de manutenção de bens de TI oriundos das zonas eleitorais.

Para atender a esta meta, em conformidade com a disponibilidade orçamentária, foi realizada a aquisição de 528 mini

desktops que somados aos equipamentos que retornaram para a reserva técnica após a conclusão do projeto de Revisão Biométrica do Estado, permitiram o pleno alcance do objetivo estabelecido, conferindo celeridade ao atendimento Biométrico, além de ambientes computacionais mais adequados às atividades administrativas.



Trabalho remoto e recursos de TI no período da Pandemia do novo coronavírus (Covid-19)

No mês de março de 2020, com o aumento diário dos casos de COVID-19 no país e no mundo, o TRE-PA colocou em prática ações relacionadas à suspensão do trabalho presencial, visando a prevenção ao contágio do novo Coronavírus. No Brasil, a recomendação é que as pessoas ficassem o máximo de tempo possível em seus lares durante o período de isolamento social. Assim, se evitaria a transmissão do novo coronavírus. Neste contexto, vários setores da iniciativa privada, assim como órgãos públicos, encontraram no trabalho remoto uma possibilidade de continuarem suas atividades, sem expor os funcionários e colaboradores ao risco de contágio da doença.

Nesta perspectiva, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará adotou de forma provisória a ampliação do regime de trabalho remoto, objetivando manter em segurança não apenas magistrados, servidores, estagiários e prestadores de serviço, como também o público externo, processo regulamentado por meio das Portarias nº 19458/2020, 19467/2020, 19475/2020, 19.477/2020 e 19.501/2020.

Para tanto, foi autorizado ao chefe de cartório de cada zona eleitoral, ao assistente e ao supervisor de posto de atendimento a retirada

temporária de equipamentos de informática (desktop/monitor) para uso no trabalho remoto (PORTARIA Nº 19477/2020), devendo as chefias seguirem os procedimentos de registro e comunicação à STI, para posterior configuração de Acesso seguro à rede do Tribunal, por meio de rede virtual privada - VPN.

A STI forneceu mais de 266 notebooks, dentre outros dispositivos como monitores e computadores minidesk, para servidores e

magistrados da Sede do TRE, que permaneceram em regime de home office. Durante todo o período de plantão extraordinário, a STI prestou constantemente o suporte necessário aos usuários em home office, através do Service Desk e demais unidades técnicas. Ao todo foram mais de 360 certificados de VPN, bem como o acesso externo a diversos sistemas do Tribunal, já disponíveis de forma segura, por meio da solução Acesso Servidor, além de todas as ferramentas de produtividade e aplicativos do GSUITE Corporativo: Gmail, Google Drive, Edição de Documentos, Planilhas e Apresentações, Videoconferência (Google Meet), etc.

Ainda, visando prover informações rápidas aos servidores, colaboradores e magistrados, a COINF/STI em conjunto com a Comissão de Segurança da Informação, Núcleo Gestor de Tecnologia da Informação - NGTI e Gabinete da STI, o guia “Trabalho Remoto - Cartilha de orientação e boas práticas em segurança da informação” (PDF, 56 páginas), com o objetivo promover esclarecimentos aos usuários do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) sobre como utilizar com segurança os recursos de tecnologia em comunicação e outras ferramentas de comunicação e colaboração.



Ampliação das Videoconferências no TRE-PA

O Provimento n.º 75/2018 da Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ), determinou que as diversas unidades jurisdicionais fossem equipadas para utilizar o Sistema Nacional de Videoconferência, nos termos do Processo SEI n.º 001686-22.2018. Para tanto, considerando a utilização das ferramentas do sistema G Suite, no exercício de 2019, por meio do processo SEI n.º 0001850-88.2019 foi realizada a aquisição de câmeras de vídeo Full HD, assim como caixas de som. Os equipamentos adquiridos foram distribuídos aos Cartórios Eleitorais da Capital e do interior do Estado, assim como em várias unidades das Secretarias do Tribunal em 2019.

Em 2020, foi estabelecido o regime de Plantão Extraordinário, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, na forma prevista na Resolução TSE nº 23615/2020. Deste modo, devido necessidade do isolamento social, foi determinado através da Portaria Nº 19475/2020 (de 22/05/2020) a suspensão das atividades presenciais de magistrados, servidores, estagiários e colaboradores nos cartórios eleitorais, postos e centrais de atendimento ao eleitor e unidades da Secretaria, com o objetivo

de prevenir o contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19).

Neste período as ferramentas de comunicação por videoconferência foram de vital importância para a realização de reuniões online por diversas unidades das Secretarias e Zonas Eleitorais. Além disso, foi possível o uso de transmissão das sessões plenárias para mídias sociais (Youtube), realização de correições virtuais pela Corregedoria nas Zonas Eleitorais e, no período de isolamento social decorrente da pandemia do COVID-19, a realização de audiências virtuais administrativas e judiciais (regulamentado pela RESOLUÇÃO Nº 5.642/2020).

Mediante a clara necessidade de ampliação do uso de dispositivos que auxiliem a prática de videoconferência, foi elaborado o processo SEI Nº 0010929-57.2020.6.14.8000 para registro de Preços objetivando eventual e futura aquisição de bens de informática (WebCam, Fone de ouvido bluetooth, Fone



de ouvido com conexão USB, Microfone de mesa com condensador conector USB) para atendimento das demandas advindas do trabalho remoto. O processo está em vias de publicação do Edital do PE SRP.

Adequar malha de conectividade do 1º Grau e Redundâncias a fim de garantir o funcionamento do PJE em 100% dos Cartórios Eleitorais

Devido a necessidade de comunicação de dados a diversos cartórios eleitorais, o TRE-PA contrata Links por Satélite desde 2011. Em 2016, foi celebrado o CTO TRE-PA nº 34/2016 para contratação de serviços de comunicação VSAT (antenas satelitais) em Banda Ku. Ante a necessidade de atualização tecnológica, foi instruído o processo 0005626-96.2019.6.14.8000, como uma das entregas do Projeto Adequar malha de co-

nectividade do 1º Grau e Redundâncias a fim de garantir o funcionamento do PJE em 100% dos Cartórios Eleitorais. Com a conclusão do PE 24/2020, o novo contrato TRE-PA Nº 80/ 2020 foi celebrado contemplando 35 cartórios eleitorais com a nova conexão VSAT Ka. A banda de download contratada aumentou de 2Mbps (ref. CTO 34/2016) para 20Mbps. O valor para 12 meses da contratação é de R\$ 774.166,55.

Novos satélites da banda Ka já estão em órbita e outros já estão prontos para o lançamento nos próximos anos, aumentando a abrangência do footprint do serviço em território nacional. A banda Ka não é apenas a próxima geração de expansão de banda de frequência para Ku, ela engloba um novo tipo de arquitetura de satélite; transmissão e gerenciamento de largura de banda que provê uma maior qualidade, melhor performance e serviços de acessos mais rápidos.



Garantir maior confiabilidade e segurança às bases de dados dos sistemas implantados no TRE-PA

Migração de Sistemas para Oracle 12 – O principal banco deste Regional encontrava-se na antiga versão 10g do Oracle. A maioria dos regionais e o TSE já haviam migrado seus bancos de dados para a versão 12c. Esta defasagem de versão de mais de 10 anos no banco, ocasionava problemas de implantação de sistemas de outros regionais (que já vinham com requisitos de uma versão mais atual de banco), falha de segurança, falha na otimização, impossibilidade de atualização de sistemas ou implantação de novos sistemas com novas funcionalidades etc. Além das vantagens advindas com a atualização do banco, as configurações do servidor, em relação a infra, foram consideravelmente melhoradas,

garantindo maior segurança e confiabilidade às bases de dados dos sistemas administrativos em produção neste Regional.

Esta ação foi realizada em setembro/2019, em que foram envolvidas todas as unidades da CO-SIS para atualização dos sistemas para utilização da nova PA1 com Banco de Dados (BD) em Oracle 12. Para controle dessa atividade, a SBD/COSIS compartilhou uma planilha no GSuíte, e cada unidade realizava atualização do driver de conexão das aplicações com o BD, seguida dos testes em ambiente de desenvolvimento, homologação e por fim em produção, para garantir o funcionamento estável dos sistemas após a migração para a nova PA1.

Garantir maior confiabilidade e precisão na extração das informações judiciais

A geração de dados estatísticas do Pje e outros relacionados às informações prestadas ao CNJ, com o objetivo final de cumprir os requisitos necessários à concessão do Selo Justiça em Números.

O sistema PortalBR foi desenvolvido utilizando como base os sistemas PortCre e PortJE, desenvolvidos pelo TRE-RO e implantados, respectivamente neste Regional em 2016 e 2018. Com o novo sistema, foi possível ter

um controle mais efetivo sobre o grau de eficiência dos cartórios e do 2º grau, através de estatísticas (PJe e SADP), rankings e alertas.

Além disso, o sistema é utilizado para consolidar e garantir maior confiabilidade e precisão às informações solicitadas pelo CNJ sobre o grau de cumprimento das metas nacionais do Poder Judiciário e para o Prêmio CNJ de Qualidade.

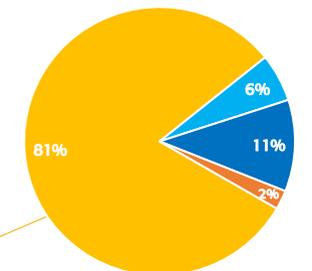
Resultados por Áreas Relevantes da Gestão

Gestão Orçamentária e Financeira

Ainda sob efeito da Emenda Constitucional nº 95/2016, conhecida como “PEC do Teto dos Gastos”, visando equilibrar as contas públicas verifica-se a tendência de estagnação ou de diminuição gradativa do orçamento do TRE-PA, cujos montantes de 2020 constam no quadro ao lado.

Tal tendência acentuou-se em decorrência da pandemia da covid-19, a qual contribui para a alteração do perfil dos gastos, cujos valores estão demonstrados no mesmo quadro.

Distribuição do Orçamento 2020

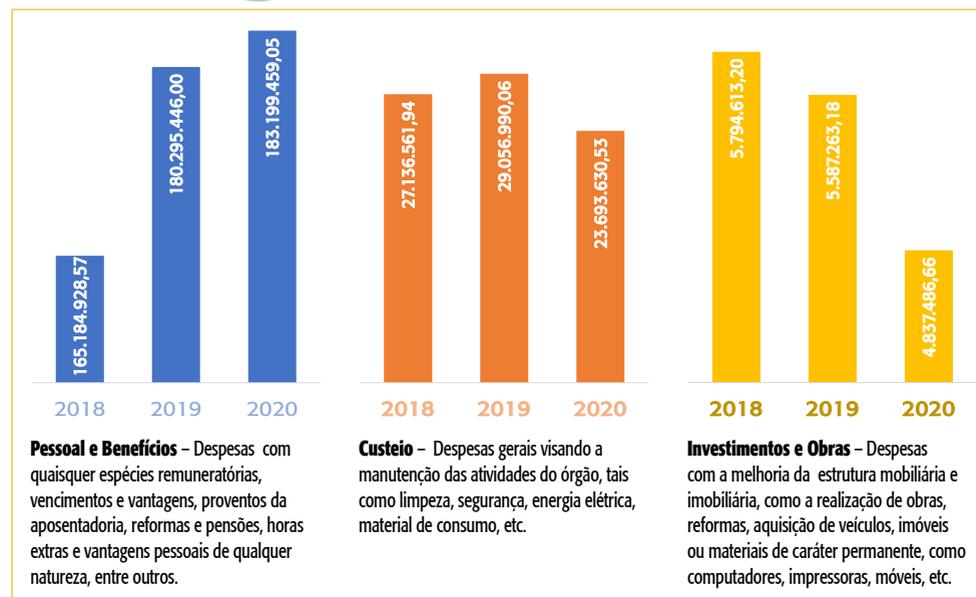


■ Pessoal ■ Benefícios ■ Custeio ■ Investimento

Detalhamento das Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Orçamento	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas
Pessoal	171.013.437,34	167.819.983,10
Benefícios	12.186.119,82	12.045.116,21
Custeio	23.321.678,44	20.642.820,87
Investimentos	4.837.486,66	4.613.377,95
Total	211.358.722,26	205.121.298,13

GND	Elemento de Despesa	Empenhado	Pago
Pessoal e Encargos Sociais	Aposent. RPPS, Reser. Remuner. e Refor. Militar	23.214.688,40	23.214.688,40
	Pensões do RPPS e do Militar	4.749.738,56	4.749.738,56
	Contribuição a Entidade Fechada Previdência	847.294,13	846.294,13
	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	116.906.716,93	116.906.716,93
	Obrigações Patronais	20.744.941,80	20.414.629,51
	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	4.138.825,85	1.555.538,10
	Despesas De Exercícios Anteriores	381.050,21	126.959,07
	Ressarcimento Despesas Pessoal Requisitado	30.181,46	5.418,40
	Total	171.013.437,34	167.819.983,10
Outras Despesas Correntes - Benefícios	Outros Benef. Assist. do Servidor e do Militar	1.109.854,93	1.109.184,93
	Outros Serviços de Terceiros - P. Física	73.571,00	73.571,00
	Outros Serviços De Terceiros PJ - Op. Int. Orc.	4.406.391,50	4.353.355,42
	Auxílio-Alimentação	5.963.803,30	5.899.728,58
	Obrigações Tributárias e Contributivas	14.714,20	14.714,20
	Auxílio-Transporte	15.101,78	15.101,78
	Despesas de Exercícios Anteriores	6.009,70	5.016,89
	Indenizações e Restituições	596.575,30	574.345,30
Total	12.186.021,71	12.045.018,10	
Total	183.199.459,05	179.865.001,20	



Evolução dos Gastos 2018 a 2020

GND	Elemento de Despesa	Empenhado	Pago
Outras Despesas Correntes	Diárias - pessoal civil	189.413,73	189.413,73
	Material de consumo	557.422,76	440.445,61
	Passagens e despesas com locomoção	762.972,46	694.700,74
	Outros serviços de terceiros - p. física	2.344.313,50	2.153.479,20
	Locação de mão-de-obra	9.443.616,83	9.015.309,98
	Outros serviços de terceiros PJ - op. int. orc.	4.496.768,32	3.003.352,90
	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ	5.293.506,24	4.945.595,96
	Obrigações tributárias e contributivas	54.706,40	52.716,94
	Auxílio-transporte	33.226,60	29.939,80
	Despesas de exercícios anteriores	53.089,81	52.940,37
	Indenizações e restituições	92.641,79	64.925,64
	Total	23.321.678,44*	20.642.820,87
	Investimentos	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ	1.406.379,02
Obras e instalações		80.781,56	
Equipamentos e material permanente		3.350.326,08	3.207.158,87
Total		4.837.486,66	4.613.377,95
Total	28.159.165,10	25.256.198,82	

*Obs: foram realizados repasses ao TSE, no valor de R\$ 371.952,09.

Realização de concurso público e nomeação de servidores

Com a contratação do Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação (IBFC), o TRE realizou as provas do Concurso Público em fevereiro/2020 e homologou o resultado do certame em 19.8.2021, pela Resolução TRE-PA nº 5.654/2020 para provimento de cargos vagos e para cadastro de reserva referentes aos cargos de Analista Judiciário (Áreas Judi-

ciária, Administrativa, Análise de Sistemas e Medicina) e de Técnico Judiciário (Áreas Administrativa e Operação de Computadores).

Ao longo de 2020, foram nomeados 10 Analistas – Área Judiciária, 1 Analista – Área Administrativa, 9 Técnicos – Área Administrativa e 1 Técnico – Área Apoio Especializado – Ope-

ração de Computadores, totalizando 21 novos servidores. Desses, dezenove foram lotados em zonas eleitorais do interior que aguardavam complementação de seu quadro de pessoal (Afuá, Curionópolis, Curalinho, Gurupá, Itaituba, Limoeiro do Ajuru, Melgaço, Monte Alegre, Novo Repartimento, Oriximiná, Rio Maria, Rurópolis, Santana do Araguaia e Tucumã).

Recrutamento para apoio ao processo eleitoral de 2020

A cada novo pleito, o quadro de pessoal dos cartórios eleitorais do Pará é reforçado para fazer frente ao aumento no volume das atividades preparatórias e judiciárias referente às eleições, através do recrutamento de servidores do quadro efetivo da sede do Tribunal. Em 2020, a força

de trabalho recrutada envolveu cerca de 90 servidores que prestaram apoio presencial e remoto em mais de 50% das zonas eleitorais, abrangendo a Capital e o Interior do Estado.

Outras atividades específicas do processo eleitoral demandaram recrutamento e ajuste na força de trabalho, devido ao ca-

ráter temporário e ao volume das providências estruturais e processuais, dentre as quais destacam-se o serviço de atendimento pelo Disque-Eleitor e a estrutura preparada para a Auditoria do Processo Eletrônico, que envolveram cerca de 50 servidores de diversas unidades.

Projeto de dimensionamento da força de trabalho do TRE-PA

O projeto de Dimensionamento da Força de Trabalho implementado pelo Tribunal Superior Eleitoral, com parceria e metodologia da Universidade de Brasília, prosseguiu em 2020 com os levantamentos nos cartórios eleitorais. Nessa etapa, as zonas eleitorais pesquisaram quantitativamente as atividades desenvolvidas nos anos de

2019 e 2020, a partir da base de processos mapeados pelo TSE, com o auxílio de chefes de cartório de todo o Brasil.

Como ferramenta auxiliar para a consolidação e compilação dos dados levantados, foi implantado regionalmente o Sistema de Dimensionamento da Força de Trabalho, de-

envolvido pelo TSE, com apoio da UnB. Em 2021, os trabalhos serão retomados, a fim de que sejam concluídos os levantamentos do DFT relativos às unidades da Sede do Tribunal, inserção de dados no sistema e análise dos resultados da necessidade de força de trabalho em cada setor da Justiça Eleitoral do Pará.

Programa de estágio remunerado

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará obteve o 1º lugar no ranking do 11º Prêmio Melhores Programas de Estágio do CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola), na categoria 'Organização Pública Federal e do Judiciário' - Faixa de 51 a 300 estagiários. O Prêmio do CIEE é a principal honraria voltada à porta de entrada do capital humano nas organizações e homenageia as boas práticas para formação de futuros profissionais.



O TRE/PA atingiu o percentual de 94% de satisfação entre os estagiários que participaram da pesquisa idealizada pelo CIEE e conduzida pelo Instituto Ibope Inteligência, no período de outubro/2019 a janeiro/2020, com destaque para os quesitos 'acesso a equipamentos e recursos', 'nível de supervisão e orientação oferecido pela entidade', 'nível de experiência do pessoal do órgão', 'estímulo para melhoria do desempenho', 'valorização e pertencimento'.

Capacitação de estagiários - Curso "Incubadora de carreira: Plug & Play"



Com o objetivo de capacitar os estagiários do TRE-PA, visando ao seu desenvolvimento pessoal e profissional, com agregação de valor ao seu aprendizado durante o período de estágio, foi ministrado o curso "Incubadora de carreira: Plug & Play", em 17 e 18/12/2020, sob a instrutoria do servidor Bruno Giorgi Almeida e Silva, culminando em reflexões capazes de propiciar uma possível reestruturação de carreira e/ou recalculando a rota de quem deseja recomeçar profissionalmente.

Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, Presidente do TRE-PA, recepciona os estagiários durante o curso.

Gestão de Licitações e Contratos

No ano de 2020, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará **executou o montante de R\$ 56.835.245,72** de orçamento destinado à licitações e contratos, distribuídos conforme tabela maior abaixo.

Formalizações de contratação	Contratos	Empenho
Dispensa	8	11
Inexigibilidade	5	58
Normais	109	158
Total	122	227

Atas de Registros de Preço	126
----------------------------	-----

Convênios	8
Termo de cooperação técnica	3
Acordo de cooperação técnica	2
Acordo de Colaboração	1

Aplicação de penalidade	
Advertência	0
Multa	23
Impedimentos	59
Suspensão de inidoneidade	0

Licitações	
Agendadas	1
Finalizadas	65
em andamento	3
Revogada, deserta ou fracassada	10

Conformidade legal – Deste modo ficam assegurados o cumprimento das normas atinentes a área de contratação das quais se destacam:

Lei n.º 8.666/2013 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Decreto n.º 10.024/2019 - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia.

Lei Complementar n.º 123/2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

Lei n.º 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos

Decreto n.º 3.722/2001 - Regulamenta o art. 34 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

Decreto n.º 3.555/2000 - Regulamento do pregão;

Decreto n.º 5.450/2005 - Regulamenta o pregão na forma eletrônica;

Decreto n.º 7.892/2013 - Regulamenta o Sistema de Registro de Preços;

Decreto n.º 8.538/2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte;

Decreto n.º 7.746/2012 - Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP

Resolução TSE n.º 23.474/2016 - Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos Tribunais Eleitorais e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável da Justiça Eleitoral (PLS-JE).

Grupo Despesa	Ação Governo	PTRES	NE CCor - Modalidade Licitação	Saldo		
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20GP	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEI	167588	DISPENSA DE LICITACAO	2.774.398,13
					INEXIGIBILIDADE	778.611,90
					PREGAO	18.369.199,17
				167589	INEXIGIBILIDADE	200.076,60
					PREGAO	17.248,87
				Total		22.139.534,67
4	INVESTIMENTOS	20GP	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEI	167864	DISPENSA DE LICITACAO	1.817.414,80
					INEXIGIBILIDADE	259.897,41
					PREGAO	27.248.260,59
				167869	PREGAO	532.651,59
				Total		29.858.224,39
				Total		51.997.759,06
4	INVESTIMENTOS	20GP	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEI	167588	DISPENSA DE LICITACAO	4.789,82
					INEXIGIBILIDADE	5.544,46
					PREGAO	4.027.152,30
				Total		4.837.486,66
Total		4.837.486,66				

Gestão Patrimonial e Infraestrutura

Imóveis utilizados pela Justiça Eleitoral no Pará				
Utilização	Quantidade	Imóveis Próprios	Imóveis Locados	Imóveis Cedidos*
Cartório Eleitoral	88	60	28	
Anexo de Zona Eleitoral	1			1
Posto de Atendimento	8	5	2	1
Edifício-sede	1	1		
Anexo do Edifício-sede	4	4		
Depósito / Estacionamento	4	1	3	
Imóvel a ocupar	4		4	
Total	110	71	37	2
Área construída (m²)	41.682	34.414	7.038	230

* Imóveis cedidos com ônus para Justiça Eleitoral (não inclui os postos de atendimento cedidos sem ônus).

Classificação dos imóveis próprios por tipo de aquisição	
Tipo de aquisição	Quantidade
Terreno doado e imóvel construído pelo TRE-PA	49
Imóvel adquirido de terceiro e adaptado pelo TRE-PA	16
Imóvel recebido em doação de terceiro e adaptado pelo TRE-PA	6
Total	71

Classificação dos imóveis próprios por situação de registro na SPU (Sistema SPIUnet)	
Situação	Quantidade
Imóveis próprios registrados no SPIUnet (sem pendências)	38
Imóveis com tramitação na SPU, porém não registrados no SPIUnet (com pendências)	11
Imóveis próprios a registrar no SPIUnet	22
Total	71

Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor

Em atenção à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação traçada pelo Conselho Nacional de Justiça para o período de 2015/2020 (Res. nº 211/2015), por meio dos Levantamentos de Governança e Gestão de TIC encaminhados anualmente, pode-se perceber pelos resultados obtidos que a Secretaria de Tecnologia da Informação do TRE-PA avançou na adoção das melhores práticas de Governança de TI, seja pelo alinhamento na gestão dos seus serviços,

seja pela adoção do corpo normativo vigente do judiciário referente a TI.

Dentre os mais variados projetos e sistemas encampados pela Secretaria de Tecnologia da Informação - STI, apresentamos alguns que foram desenvolvidos que deram sustentação e aprimoraram as mais diversas atividades administrativas e operacionais no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Pará - TRE/PA.

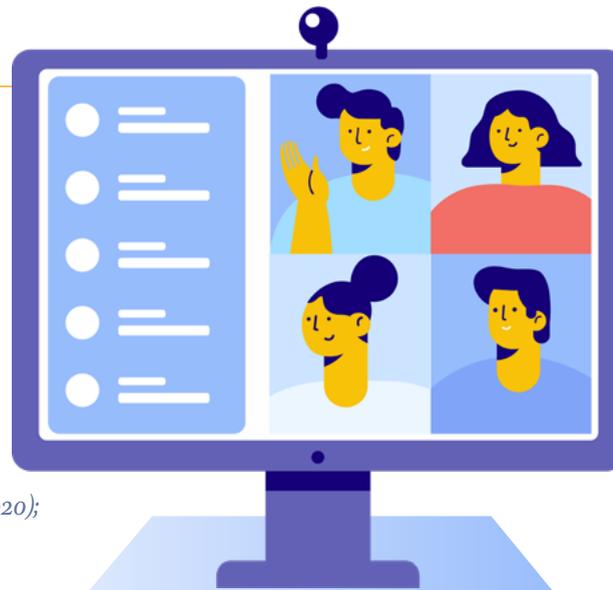
Na tabela ao lado constam todos os **Sistemas de Informações** que foram desenvolvidos e que deram sustentação às atividades administrativas (não judiciais) do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

Desenvolvimento de ferramentas para viabilizar eventos online

Em 2020, a Seção de Controle e Conteúdo de Dados Web - SCDW desenvolveu quatro ações principais, que permitiram divulgar as informações dos eventos, disponibilizar o link das inscrições e ge-

renciar os dados dos participantes inscritos, com respectiva emissão de certificado. Os eventos foram as seguintes.

- ▶ *Palestra “Eu, Mulher: Política, Participação e Sociedade” - intranet (mar/2020);*
- ▶ *I Webinário: Intimações nos Feitos Eleitorais - intranet (jun/2020);*
- ▶ *Fórum Jurídico de Debates Eleitorais - intranet (Jul/2020);*
- ▶ *I Encontro Virtual do Colégio de Corregedores Eleitorais do Brasil - Internet (ago/2020).*



Sistemas Desenvolvidos no TRE-PA	Descrição
Infozonas – Informações de Zonas Eleitorais	Sistema de informação e dados relacionados e gerenciados pelas zonas eleitorais (Eleitores, atendimentos, locais de votação, etc.)
Portal BR	Portal de Indicadores e Metas da Justiça Eleitoral
SGRH (TSE) e SGRH Web	Sistema de Gestão de Recursos Humanos.
LISTEL - Lista Telefônica	Busca de ramais e telefones pelo nome do servidor ou unidade.
Agenda Biometria	Ferramenta de vagas criadas(calendário) de atendimento ao eleitor.
Estatísticas da Biometria	Ferramentas de dados relativos aos atendimentos biométricos e não biométricos.
GERSOL - Gerenciamento de Solicitações de Sistemas	Permite a solicitação de soluções Informatizadas, como aplicativos ou websites.
Gestor de Eventos	Módulo Externo do Sistema de Eventos do TRE-PA, onde é possível inscrever-se em eventos públicos organizados pelo Tribunal
GSE – Gerenciamento de Serviço Extraordinário	Sistema de Gerenciamento de Serviço Extraordinário.
MESAV - Mesário Voluntário	Cadastro para se voluntariar como mesário nas Eleições.
Sistema de Ouvidoria	Serviço para escutar as reivindicações, as denúncias, as sugestões e também os elogios.
Publicador de Documentos	Utilizado para publicar editais, atas de licitação, contratos, convênios e atas, pautas e relações de Julgamentos.
SGSUP – Sistema de Gestão de Suprimento de Fundos	Sistema de Gestão de Suprimento
Acesso Servidor	Canal de acesso externo aos sistemas administrativos do TRE-PA pelos Servidores ativos e inativos.
Gestão de Imóveis	Sistema de controle de imóveis
SDU – Sistema de Depósito de Urnas	O sistema SDU - Sistema de Gerenciamento do Depósito de Urnas é utilizado pela Seção de Logística de Urnas Eletrônicas para gestão de materiais de eleição relacionados à urna
GEL - Georreferenciamento Eleitoral	Sistema de georeferenciamento dos locais de votação.
Ferramenta de Integração ASIWeb X RFID	Ferramenta de exportação dos dados do RFID ao ASIWeb.
cOL	Serviço para envio dos indicadores que contam no Portal BR para o CNJ.
SISAD - Sistema de Avaliação de Desempenho	Sistema de Avaliações por Desempenho dos Servidores do TRE-PA
Acesso INFODIP	Sistema oficial de remessa das comunicações de óbito, conscrição, conclusão do serviço militar obrigatório, inelegibilidade, suspensão e restabelecimento de direitos políticos à Justiça Eleitoral no Pará.
TRE Competente	Sistema de Gestão por Competências do TRE-PA, utilizado para conhecer as Trilhas e Competências de todas as unidades

Portal de Sistemas e Aplicativos

Diante das demandas recebidas para disponibilizar aplicações internas na internet do TRE, e ainda impor flexibilidade na manutenção de links internos no portal intranet, a Seção de Controle e Conteúdo Web - SCDW propôs, e com o anuência do STI e COSIS, desenvolveu o Portal de Sistemas e Aplicativos, que reúne em uma única solução a disponibilização, gestão, e autenticação de usuários que desejam acessar os sistemas internos/externos do TRE, independentemente do ambiente em que estejam. Dentre as principais funcionalidades do Portal de Siste-

mas destacam-se: Categorização das aplicações; Classificação de Favoritos; Atribuição de ícones e cores para personalização de cartões; Disponibilização de aplicações para a internet com apenas um clique. A Figura a seguir apresenta a tela inicial.

Aprimoramento do Portal das Eleições 2020 na Intranet

O GPEG (Gabinete de Planejamento, Estratégia e Gestão) solicitou à SCDW o aprimoramento do portal Intranet das Eleições 2020, envolvendo a melhoria de layout, reestruturação dos menus, reorganização da barra de banners. Esta ação foi formalizada no processo SEI 0014046-56.2020.6.14.8000. A Figura a seguir apresenta um comparativo entre as versões do portal.

ChatBot!

O ChatBot! foi um projeto iniciado no 1º semestre de 2020, sendo gerenciado pela Seção de Desenvolvimento de Software - SDS. A SCDW foi responsável pelo desenvolvimento da tela de diálogo do chat com o usuário. A Figura a seguir apresenta a tela inicial do aplicativo.



Atendimento Virtual do Eleitor

No escopo do projeto de fechamento do cadastro, a SCDW desenvolveu em abril/2020 o portal de atendimento virtual do eleitor (FAE), conforme formalizado no processo SEI 0009159-29.2020.6.14.8000. Nesta ação, além do portal foram executadas as seguintes tarefas: elaboração de logomarca para o sistema, infográfico e reestruturação da página principal do portal internet do TRE para remeter ao serviço FAE. A Figura a seguir apresenta o conteúdo desenvolvido nesta ação.

Reestruturação do Portal Internet para o Ranking da Transparência

Esta ação envolveu a equipe da SCDW na reestruturação do portal internet do TRE realizada em maio/2020, conforme processo SEI 0009449-44.2020.6.14.8000, para estabelecimento do Ranking da Transparência coordenado pelo CNJ. Neste ano de 2020, o TRE-PA ficou em quinto lugar com uma pontuação de 95,69%.

Portais do PJE - 1º e 2º Graus

O Núcleo Gestor do PJE - NPJE solicitou a reformulação da área destinada a reunir informações referentes ao PJE - Processo Judicial Eletrônico, sendo a área do portal internet dividida em duas subáreas: Pje 1º Grau (Zonas Eleitorais) e Pje 2º Grau (TRE-PA) e o portal

Intranet em três subáreas: Pje 1º Grau (Zonas Eleitorais), Pje 2º Grau (TRE-PA) e Pje Treinamento. As novas áreas contêm links para sistemas, orientações, avisos, contados, normas, documentos, esclarecimentos e outras informações correlatas ao tema. As Figuras a seguir apresentam as áreas criadas no portais Internet e Intranet do TRE-PA.

Apoio à SDS na Gestão de Requisitos e Testes do AELIS-Planejamento 2020 - Eleições 2020

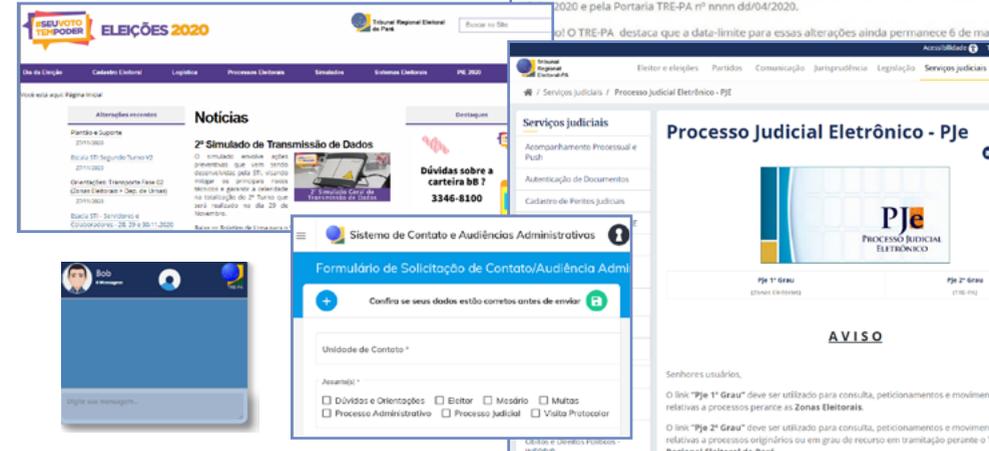
A SCDW, gerenciou e especificou as demandas do NPGE/GPEG para melhorias no AELIS-Planejamento. Nesta ação, foram criados um grupo no WhatsApp e uma planilha no GSuite, que funcionou como repositório de solicitação de mudanças. A Figura apresenta o repositório criado.

Sistema de Contatos e Audiência Administrativas

O Gab-STI solicitou à SCDW, em junho/2020, o desenvolvimento do sistema de Solicitação de Contato com as Unidades Administrativas do TRE-PA, para que o tribunal pudesse ampliar a sua capacidade de prestação jurisdicional, em decorrência das limitações impostas no cenário atual provocado pela pandemia de Covid-19. A Figura a seguir apresenta a tela do sistema.



Visando preservar a saúde dos cidadãos, o TRE-PA disponibiliza atendimento virtual aos eleitores através do sistema próprio FAE (Formulário de Atendimento ao Eleitor) e do pré-atendimento (TítuloNet) do TSE, conforme regulamento pela Resolução TSE nº 23.616 de 2020 e pela Portaria TRE-PA nº nnnn dd/04/2020.



Atuação institucional com responsabilidade socioambiental

O desempenho do **Plano de Logística Sustentável (PLS)** reflete a gestão socioambiental do órgão. Quanto maior a aderência do corpo funcional e colaboradores do TRE-PA às práticas de sustentabilidade e ao uso racional de materiais e serviços, melhor será o desempenho dos indicadores do PLS.

Não se trata apenas do cumprimento de ações, mas de mudanças comportamentais e implementação de hábitos e rotinas conscientes. A sustentabilidade impacta diretamente na gestão orçamentária do órgão, a racionalização do consumo elimina desperdícios, possibilitando ao Tribunal direcionar esses recursos financeiros para realização de novos projetos.

Diante da pandemia de Covid 19, o ano de 2020 trouxe desafios e mudanças de procedimentos. Tais medidas se refletiram no desenvolvimento das ações e nos indicadores estabelecidos.

O relatório é fruto do acompanhamento realizado pelo Núcleo Socioambiental e de Acessibilidade e Inclusão (NSA) das ações contidas no PLS 2020 e seus reflexos nos indicadores estabelecidos pela Resolução 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O PLS do TRE-PA 2020 busca a construção de uma gestão pública mais sustentável, aliando crescimento e desenvolvimento com estratégias de uso sustentável dos recursos

naturais e melhor qualidade de vida do seu corpo funcional.

O foco neste relatório é trazer informações técnicas quanto ao desempenho do Tribunal no exercício de 2020, e reflexões quanto às possibilidades de aprimoramento de ações para 2021.

Desta forma, as ações e indicadores foram divididos em temas-chave, cada qual com objetivos específicos que culminam na execução do Plano de logística Sustentável do TRE-PA.

Sobre o tema **uso eficiente de insumos e materiais**, pode-se destacar dois objetivos principais: Redução do consumo de papel e Redução do consumo de copos descartáveis. Para isso as seguintes ações foram realizadas:

- ▶ Instalar impressoras setoriais, por andar, na Sede Administrativa.
- ▶ Normatizar utilização de impressoras
- ▶ Atualizar a IN 01/2017, normatizando o fornecimento de copos descartáveis.

Com relação ao tema **energia elétrica**, o objetivo foi a redução efetiva do consumo de energia elétrica. Para isso implementou-se a ação denominada “Monitorar e Divulgar mensalmente o consumo de energia elétrica, identificando os locais de maior variação no consumo, para adoção de medidas de intervenção, quando possível.”

Para o tema **água e esgoto**, o objetivo maior foi a redução efetiva do consumo de água. Como

ação pode-se destacar: Monitorar, mensalmente, o consumo de água, identificando os locais de maior variação no consumo para adoção de medidas de intervenção, quando possível.

Um dos temas de grande relevância em 2020 foi a **gestão de resíduos**, cujo principal objetivo foi aprimorar a separação de resíduos sólidos, incluindo o recolhimento de resíduos de informática, e ampliar os pontos de coleta seletiva com a inclusão da Central de Atendimento ao Eleitor de Belém (CAE) e Depósito de Urnas em Ananindeua. A seguir são listadas as ações efetuadas:

- ▶ Aprimorar procedimento de coleta seletiva na Sede, com substituição de lixeiras.
- ▶ Implantar coleta seletiva na CAE Belém e Depósito de Urnas.



- ▶ Implantar coleta de resíduos eletrônicos na Coordenadoria de Infraestrutura.
- ▶ Implantar projeto para higienização de urnas de lona.
- ▶ Realizar descarte documental de acordo com tabela de temporalidade.

Outro tema em destaque foi **qualidade de vida no ambiente de trabalho**, com dois objetivos principais: promover ações com foco na saúde física, mental e social, que visem à valorização, satisfação e bem-estar do corpo funcional em seu ambiente de trabalho, de modo a contribuir para uma melhor qualidade de vida; e a adoção de mecanismos e construção de ambientes para assegurar a completa acessibilidade da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida no âmbito do TRE/PA. Seguem as ações realizadas:

- ▶ Campanha de vacinação contra influenza.
- ▶ Programa de Exames Periódicos em Saúde (PEPS).
- ▶ Continuidade das ações de melhoria recomendadas na Análise Ergonômica do Trabalho AET realizada em 2019 - compra e distribuição de equipamentos aos servidores e ações educativas relacionadas ao tema.
- ▶ Desenvolver projeto de humanização de ambientes comuns da Sede e CAE Belém, por meio de inserção de imagens relacionadas às ações cartorárias.
- ▶ Implantar plano de ação visando a garantia de acessibilidade a todos os cartórios eleitorais.
- ▶ Propor melhorias à acessibilidade nos locais de votação e nas seções eleitorais.

Sobre o tema **sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional**, os objetivos foram: sensibilizar o corpo funcional para adoção das práticas sustentáveis no âmbito da organização; e capacitar o corpo funcional e colaboradores para adoção das práticas sustentáveis no âmbito da organização. Dentre as ações, pode-se destacar:

- ▶ Desenvolver plano de comunicação, visando informar sobre o PLS e ações realizadas pelas unidades.
- ▶ Executar ações do Programa de conscientização para manutenção e conservação dos bens imóveis.
- ▶ Incentivar a participação das áreas técnicas em treinamentos a distância gratuitos para capacitação de servidores na elaboração de especificações que incorporem aspectos de sustentabilidade.
- ▶ Desenvolver Guia Orientativo sobre a correta separação dos resíduos, para utilização pela equipe de limpeza.

Por fim, para o tema **contratações sustentáveis**, o principal objetivo foi implementar a análise quanto à redução no custo dos contratos continuados e adoção de critérios sustentáveis nos contratos em vigor de compras futuras. Como principal ação pode-se citar a avaliação de contratos continuados de limpeza, identificando possibilidade de redução de custos e inclusão de critérios de sustentabilidade.

Atividades previstas no Plano Anual de Auditoria – PAA/2020

Em 2020, a Unidade de Auditoria Interna, através da **Coordenadoria de Acompanhamento da Governança e Gestão – COAG** e suas seções vinculadas, Seção de Apoio à Accountability - SAC e Seção de Acompanhamento da Governança e Gestão - SAG, realizou as atividades de auditoria interna listadas no **Quadro 01**, previstas no Plano Anual de Auditoria – PAA de 2020.

A Unidade de Auditoria Interna, através da **Coordenadoria de Auditoria – COAUDI** e suas seções vinculadas, Seção de Auditorias Coordenadas e Integradas – SAUDICI e Seção de Auditorias Internas e Acompanhamento de Atos de Pessoal - SAIPE, realizou as seguintes atividades de auditoria interna listadas no **Quadro 02**, previstas no PAA - 2020.

A Unidade de Auditoria Interna, através da **COAUDI**, ainda desenvolveu as atividades descritas nos **Quadros 03 e 04**.

Quadro 01 – Coordenadoria de Acompanhamento da Governança e Gestão (COAG)

CONSULTORIAS	
Objeto	Objetivo
Consultoria em gestão de riscos – Plano Integrado de Eleição – Logística de Eleição	Realizar consultoria em gestão de riscos relacionados à execução dos atos preparatórios das Eleições, com o escopo na logística de transporte de urnas e materiais agregados para a realização do pleito eleitoral de 2020.
Consultoria em controles internos – Execução financeira	Atuar em conjunto com a SOFC na identificação dos elementos envolvidos na execução financeira das despesas, buscando o aperfeiçoamento do processo.
MONITORAMENTOS	
Objeto	Objetivo
Consultoria em Governança – Política de Gestão de Riscos do TRE/PA	Primeiro Ciclo de Monitoramento das recomendações resultantes dos trabalhos de consultoria em governança realizados em 2019.
Fiscalização Acórdão TCU nº 2343/2016 - Plenário	3º ciclo de monitoramento da Auditoria de Gestão realizada em 2017
Fiscalização - Passagens Aéreas	4º ciclo de monitoramento da Auditoria de Gestão realizada em 2017

Quadro 03 – Coordenadoria de Auditoria (COAUDI)

APOIO AO CONTROLE EXTERNO – Atos de Pessoal	
Ato fiscalizado	Quantitativo de pareceres encaminhados ao Tribunal de Contas da União
Admissão	16
Aposentadoria	5
Pensão civil	2

Quadro 04 – Coordenadoria de Auditoria (COAUDI)

APOIO AO CONTROLE EXTERNO – Apuração de Indícios de Irregularidade	
Foram encaminhados esclarecimentos de 2 (dois) indícios de irregularidade, com o devido processamento das informações no sistema e-Pessoal, além da instauração dos devidos processos pelo sistema SEI, fornecendo as informações necessárias ao Tribunal de Contas da União para cada situação identificada nas suas fiscalizações.	

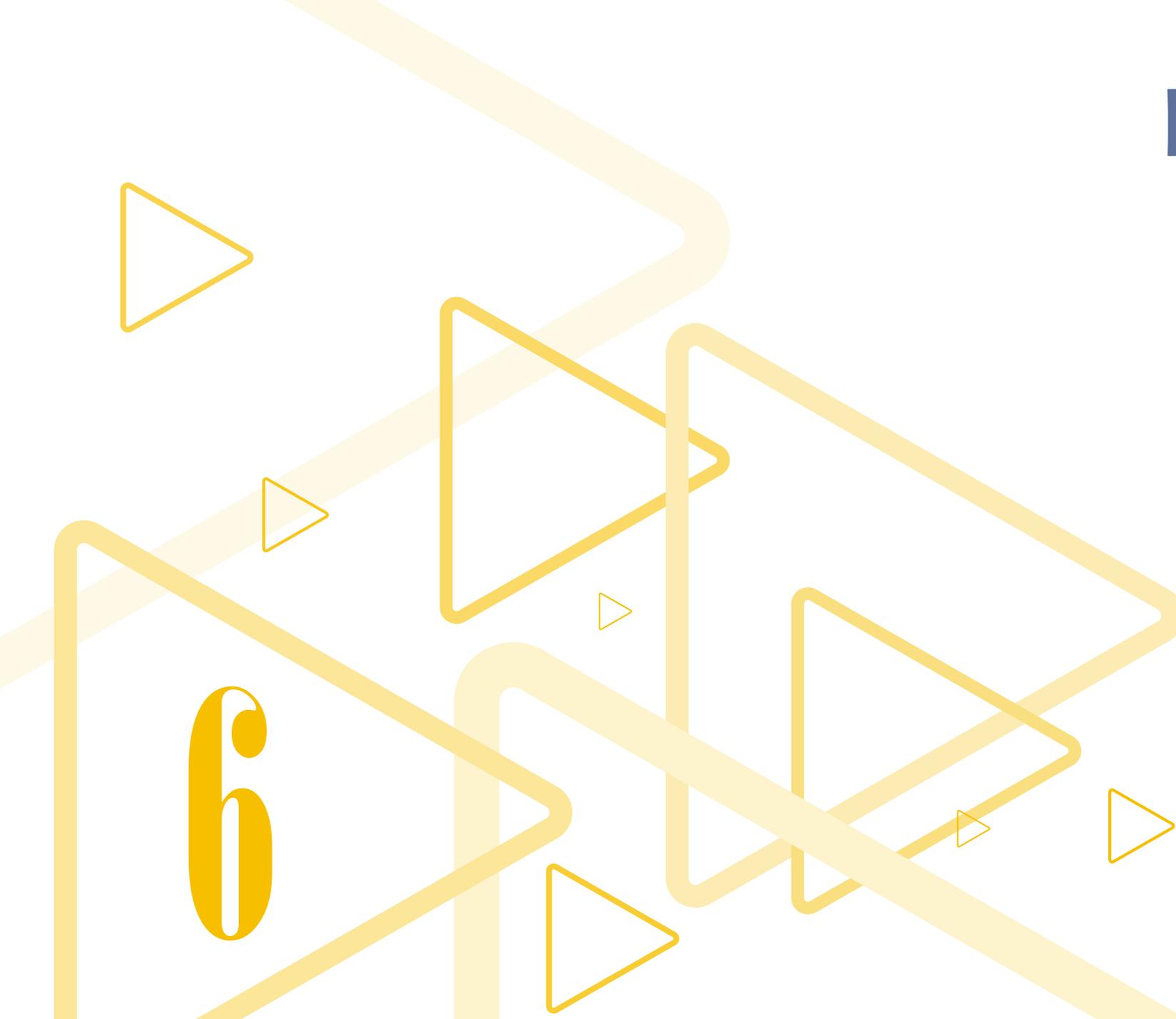
Quadro 02 – Coordenadoria de Auditoria (COAUDI)

AUDITORIAS	
Objeto	Objetivo
Auditoria Integrada da Justiça Eleitoral – Processo de gestão de infraestrutura de TIC, com enfoque na gestão de ativos	Avaliar aspectos relacionados à gestão de infraestrutura de TIC.
Auditoria nas contas	Assegurar que as prestações de contas tratadas no título II da Instrução Normativa TCU no 84/2020, expressem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão subjacentes, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os critérios aplicáveis
MONITORAMENTOS	
Objeto	Objetivo
Auditoria Integrada da Justiça Eleitoral – Gestão de urnas eletrônicas e suprimentos	3º Ciclo de Monitoramento das recomendações resultantes dos trabalhos de auditoria integrada realizados em 2017.
Auditoria Integrada da Justiça Eleitoral – Servidores	2º Ciclo de Monitoramento das recomendações resultantes dos trabalhos de auditoria integrada realizados em 2018.
Ação Coordenada CNJ – Tecnologia da Informação	2º Ciclo de Monitoramento das recomendações resultantes dos trabalhos de auditoria coordenada realizados em 2018.
Auditoria de Gestão 2016	3º Ciclo de Monitoramento das recomendações resultantes dos trabalhos de auditoria de gestão de 2016, realizados em 2017.
Auditoria Integrada da Justiça Eleitoral – Avaliação dos indicadores estratégicos	1º Ciclo de Monitoramento das recomendações resultantes dos trabalhos de auditoria integrada realizados em 2019.
Ação Coordenada CNJ – Gestão documental	1º Ciclo de Monitoramento das recomendações resultantes dos trabalhos de auditoria coordenada realizados em 2019.
Ação Coordenada CNJ – Gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial	1º Ciclo de Monitoramento das recomendações resultantes dos trabalhos de auditoria coordenada realizados em 2019.

ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DE RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

O indicador de desempenho, que integra o Planejamento Estratégico do Tribunal, AGI2 - Índice de cumprimento às recomendações expedidas pela SCIA obteve o índice de 54,81 % (cinquenta e quatro inteiros e oitenta e um centésimos por cento). Em 2020, foram monitorados 78 (setenta e oito) recomendações expedidas pela Auditoria Interna, sendo que 36 (trinta e seis) passaram ao status "Implementada", 27 (vinte e sete) encontram-se "Em implementação" e 15 (quinze) foram consideradas "Não implementadas".

Eleições 2020



PROCESSOS FINALÍSTICOS E DE SUPORTE

Como é realizado o Planejamento das Eleições?

Seguindo a Metodologia de Elaboração dos Planos de Eleição (Resolução TRE-PA nº 5.573/2019)



As atividades previstas no Plano de Eleições são organizadas dentro de cada um dos Processos de Eleição.



Como o Planejamento das Eleições 2020 foi construído?



O que o TRE-PA ganhou com as reuniões por tema?

- ▶ Plano Refinado
- ▶ Integração
- ▶ Transparência
- ▶ Visão Sistêmica

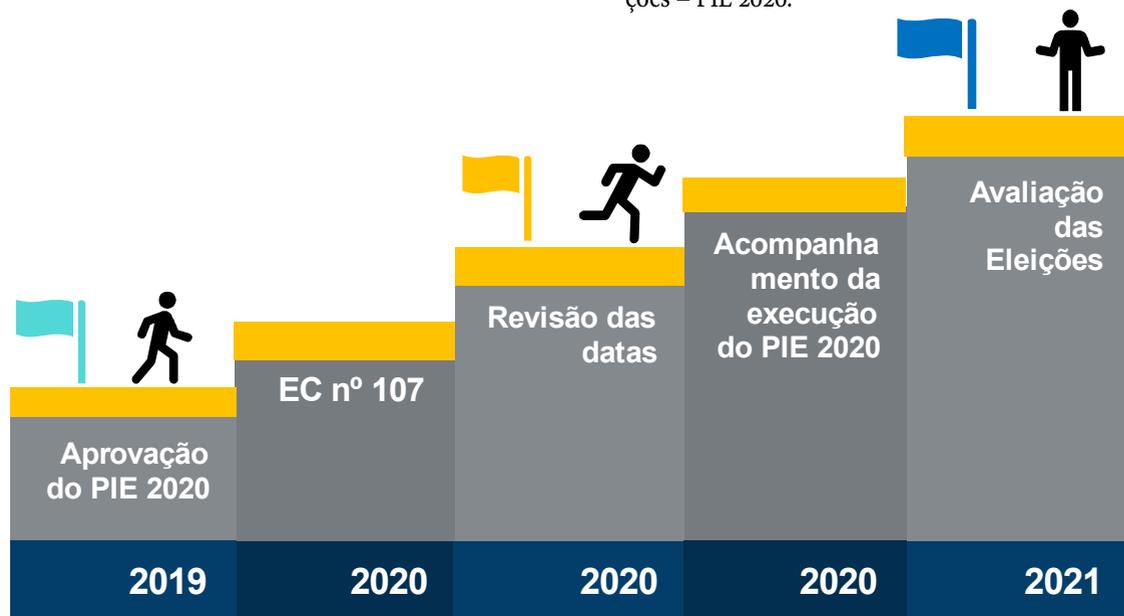
Uma das reuniões temáticas do Plano Integrado das Eleições (PIE 2020)



Impactos da pandemia no planejamento das Eleições

As eleições de 2020 representam um marco histórico de superação e dedicação dos servidores da Justiça Eleitoral, pois foram realizadas em um ano atípico, marcado pela pandemia da COVID-19.

Após a publicação da Emenda Constitucional nº 107, de 2 de julho de 2020, a data dos pleitos sofreu alteração sendo adiada para os dias 15 e 29 de novembro para o 1º e 2º turnos, respectivamente, o que implicou em diversos ajustes no Plano Integrado de Eleições – PIE 2020.



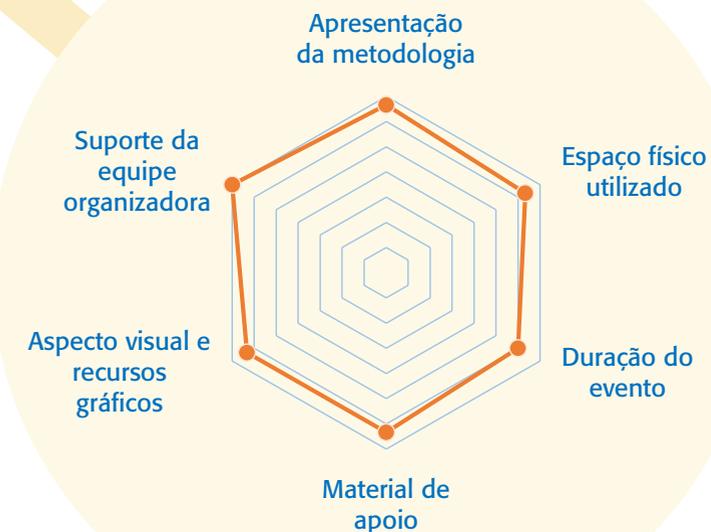
Reunião de avaliação das Eleições

Finalizando o ciclo PDCA no processo de Eleição, a reunião de avaliação foi idealizada seguindo abordagem Design Thinking, sendo responsável pelas etapas de Ideação, no formato de oficina, e Prototipagem, no formato de reunião ampliada com todos os participantes.

De forma inovadora, este ano foi realizada uma avaliação de reação a fim de medir o nível de receptividade dos servidores em relação ao evento, no qual foram avaliados itens como: estrutura, duração, material didático, dentre outros.

virtuais reuniões resultados
avaliação
futuro GTS parabéns
excelente acústica

Avaliação da Reação



CADASTRO ELEITORAL

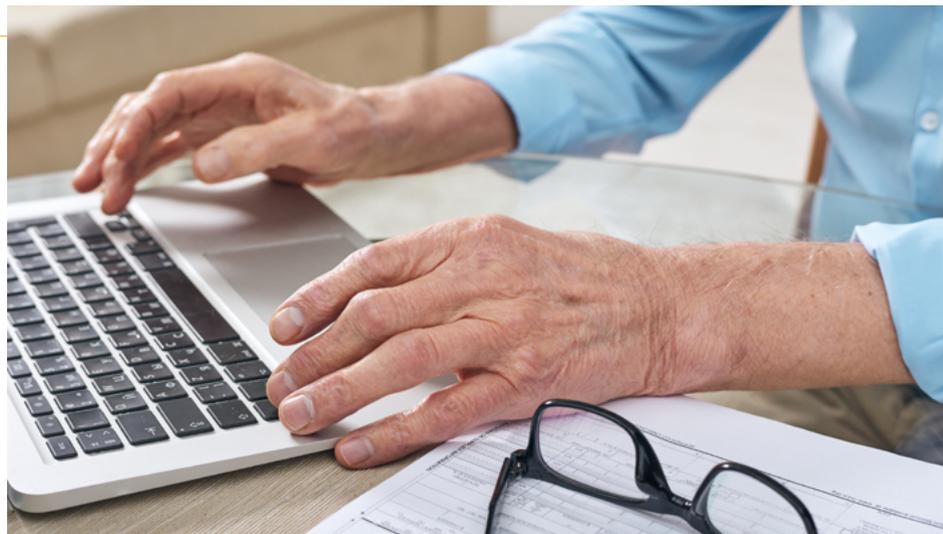
Fechamento do Cadastro

A primeira ação da Coordenadoria visando ao fechamento de cadastro foi a contratação de recepcionistas que atuavam presencialmente em todo o Estado, auxiliando as zonas com o aumento da demanda de eleitores comum nos fechamentos de cadastro, especialmente com a biometria (SEI 0011386-26.2019.6.14.8000; Edital 66/2019 publicado em 11/12/2019, tendo logrado êxito apenas o lote do Marajó, e todos os demais foram cancelados).

Quando a Pandemia de COVID-19 começou a provocar maior contágio no Brasil, a partir do mês de março/2020, o TSE previu que o fechamento de cadastro do ano de 2020 seria diferente.

No intuito de evitar aglomerações de eleitores e de servidores nos últimos dias de atendimento, mas também para evitar o contágio através da coleta biométrica foi publicada a Resolução TSE 23.616, de 17/04/2020, estabelecendo a sistemática de atendimento pela internet, através de pré-atendimento no Título Net, com anexação de foto do eleitor e de seus documentos obrigatórios, sem necessidade de comparecimento presencial e nem de coleta biométrica.

A Resolução permitia o uso de ferramentas do próprio Tribunal Regional. Nesse sentido,



▲ O atendimento online ao eleitor foi a alternativa frente à pandemia

foi desenvolvido pelo TRE-PA o sistema FAE para (Formulário de Atendimento ao Eleitor) que foi crucial para o sucesso do atendimento no início do atendimento remoto, uma vez que o Título Net ainda apresentava grande instabilidade e não possuía a funcionalidade de anexar arquivos.

Aproveitou-se a licitação de recepcionistas do Marajó para realizar a contratação e montar um call center que seria responsável por atender às demandas de eleitores de todo o Estado, tirar dúvidas sobre o uso do sistema em geral, bem como para acompanhar as requisições. O município selecionado foi Breves, com 20 atendentes contratados e o call center foi montado pelo Tribunal dentro do cartório eleitoral daquele município.

Ao final do período, o Título Net (Ferramenta nacional do TSE) acabou incorporando as mesmas funcionalidades do FAE (pré-atendimento, inserção de fotos e documentos, acompanhamento do registro e recebimento do título em PDF), e na reabertura do cadastro eleitoral, em dezembro de 2020, com o país ainda sob efeito da pandemia, se tornou a ferramenta única para atendimento remoto ao eleitor.

A SACE cuidou do suporte às zonas no gerenciamento das requisições FAE, bem como auxiliou na elaboração do manual, coordenando também o call center que foi criado na cidade de Breves para atendimento aos eleitores por todo o período de sua atuação 28 de abril a 27 de maio de 2020.

Ações relacionadas às Seções Eleitorais

O processo Seções Eleitorais envolveu ações de vistoria dos locais de votação, delimitação do número de eleitores por seção, criação de Mesa Receptora de Justificativas - MRJ, estabelecimento do quantitativo de supervisores de locais de votação, composição de juntas eleitorais, agregações no sistema ELO (Cadastro Eleitoral), criação de seções especiais, alteração de locais de votação e levantamento de seções instala-

das em estabelecimentos prisionais ou em unidade de internação de adolescente.

As atividades do processo Seções Eleitorais envolveram todas as Zonas Eleitorais do Estado do Pará e algumas unidades específicas do Tribunal Regional Eleitoral, como a Presidência, Corregedoria Regional Eleitoral e Secretaria da Tecnologia da Informação.



Para que tudo ocorra bem no dia das eleições, diversas ações prévias são realizadas.

RECURSOS HUMANOS

Cargos em Comissão, Funções Comissionadas, Servidores, Juizes Membros, Juizes Eleitorais e Membros do Ministério Público



Origem Funcional dos ocupantes de Cargo em Comissão e Funções de Confiança – Dezembro/2020

Denominação / Nível	Ocupados por gerentes com vínculo efetivo						Ocupados por Servidores Sem Vínculo Efetivo	Vagos	Total
	Mesmo Ente Federado			Outros Entes Federados					
	Quadro Próprio	Carreiras do Judiciário de Outros Órgãos	Estatutários de Outras Carreiras	CLT	Carreiras do Judiciário	Estatutários de Outras Carreiras			
Cargos em Comissão									
CJ-04	1	-	-	-	-	-	-	-	1
CJ-03	5	1	-	-	-	-	-	-	6
CJ-02	22	-	-	-	-	-	1	-	23
CJ-01	3	-	-	-	-	-	2	-	5
Total de Cargos	31	1	-	-	-	-	3	-	35
Funções de Confiança									
FC-06	134	1	-	-	1	13	-	-	149
FC-05	11	-	-	-	-	-	-	-	11
FC-04	5	-	-	-	-	-	-	-	5
FC-03	17	-	-	-	-	-	-	-	17
FC-02	36	1	-	-	-	3	-	1	41
FC-01	77	2	-	-	-	51	-	2	132
Total de Funções	280	4	-	-	1	67	-	3	355
Total	311	5	-	-	1	67	-	3	390

Magistrados não integrantes do quadro próprio em exercício no Órgão

Cargo na Carreira	Cargo / Função Exercido	Quantidade
Desembargador	Membros Titulares TRE	2
	Membros Substitutos TRE	2
Juiz Federal	Membros Titulares TRE	1
	Membros Substitutos TRE	1
Juiz de Direito	Membros Titulares TRE	2
	Membros Substitutos TRE	2
	Juiz Eleitoral Titular	83
	Juiz Eleitoral Substituto	17
Subtotal [A]		110

Membros Juristas e do Ministério Público junto à Justiça Eleitoral

Cargo Na Carreira	Cargo/Função Exercido No Órgão	Quant.
Advogado	Membros Titulares TRE	1
	Membros Substitutos TRE	1
Procurador da República	Procurador Regional Eleitoral	1
	Procurador Regional Eleitoral Substituto	1
Promotor Público	Promotor Eleitoral	83
	Promotor Eleitoral Substituto	17
Subtotal [B]		104
Total [C=A+B] – Dezembro/2020		214

Cargos em Comissão e Funções de Confiança do quadro de pessoal em exercício no Órgão – Dezembro/2020

Denominação / Nível	Ocupados				Vagos	Total
	Com Vínculo Efetivo			Sem Vínculo Efetivo		
	Optante Remuneração Cargo Efetivo	Remuneração Integral Cargo / Função	Subtotal			
Cargos em Comissão						
CJ-04	1	-	1	-	-	1
CJ-03	6	-	6	-	-	6
CJ-02	22	-	22	1	-	23
CJ-01	3	-	3	2	-	5
Total de Cargos	32	-	32	3	-	35
Funções de Confiança						
FC-06	149	-	149	-	-	149
FC-05	11	-	11	-	-	11
FC-04	5	-	5	-	-	5
FC-03	17	-	17	-	-	17
FC-02	40	-	40	-	1	41
FC-01	130	-	130	-	2	132
Total de Funções	352	-	352	-	3	355
Total	384	-	384	3	3	390

RECURSOS HUMANOS



Tipologias dos cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos	1.195	794	32	70
1.1. Membros de Poder e agentes políticos	--	--	--	--
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1 + 1.2.2 + 1.2.3 + 1.2.4)	1195	794	31	70
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	493	477	4	11
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	--	--	--	--
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	--	3	--	--
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas*	702	314	28	59
2. Servidores com contratos temporários	--	--	--	--
3. Servidores sem vínculo com a Administração Pública	17	3	1	--
4. Total de Servidores (1 + 2 + 3)	1.212	797	33	70

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	228	530
1.1 Membros de Poder e agentes políticos	--	--
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	228	530
1.2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão	217	224
1.2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado	--	--
1.2.3 Servidores de carreira em exercício provisório	1	2
1.2.4 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	10	304
2. Servidores com contratos temporários	--	--
3. Servidores sem vínculo com a Administração Pública	3	--
4. Total de Servidores (1+2+3)	231	530

Aposentados	
Cargo	Quantidade
Analista Judiciário	40
Técnico Judiciário	43
TOTAL	83



Estruturas remuneratórias - <https://www.tre-pa.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-de-pessoas/anexos/recursos-humanos-e-remuneracao>

Técnicos de Eleição

A alteração no modelo de contrato de técnicos de urna visa melhorar a execução, fortalecer a fiscalização e tornar o objeto do contrato de apoio às Eleições no Estado do Pará mais atraente aos competidores em nível nacional.

O Termo de Referência da eleição de 2018 já havia sofrido uma série de alterações que culminaram em 02 (duas) licitações apartadas, uma para técnicos de urna e outra para técnicos de satélite.

Os entraves verificados foram analisados pela Coordenadoria e ajustados para o Ano de 2020, contemplando as principais mudanças listadas ao lado.

Os resultados do estudo foram implementados e adotados no novo Termo de Referência, que resultou na contratação de 18 (dezoito) Técnicos de Eleições para a STI, 536 (quinhentos e trinta e seis) técnicos de urna para as Zonas e 446 (quatrocentos e quarenta e seis) técnicos de satélite - sendo 220 no polo Belém, 149 no Polo Santarém e 76 no Polo Marabá.



Colaboradores	Início	1º Turno	2º Turno
Técnicos STI	04.05.2020	27.11.2020	04.12.2020
Técnicos de Urnas ZEs	01/10/2020	25/11/2020	09/12/2020
Técnicos de Satélite (Santarém e Marabá)	05/10/2020	20/11/2020	04/12/2020
Técnicos de satélite (Belém)	13/12/2020	20/11/2020	04/12/2020

- ▶ *Descaracterização do posto como sendo um cargo de Tecnologia da Informação, passando à mesma categoria dos técnicos do depósito de urnas (operador monitorador de equipamentos eletrônicos) uma vez que a simples operação de sistemas não configura esse tipo de profissional;*
- ▶ *Retirada de exigências de currículos, bastando a escolaridade mínima do ensino médio;*
- ▶ *Retirada do sistema de ponto eletrônico, que acabou por não funcionar a contento;*
- ▶ *Na contratação de técnicos de satélite, a separação do contrato em três Pólos de treinamento distintos: polos Santarém, Marabá e Belém, cada um constituindo um lote distinto;*
- ▶ *Para a STI foi feito um contrato separado de técnicos que iniciaria em março de 2020, para auxiliar a Secretaria em atividades como a preparação de notebooks e kits JEConnect, preparação de urnas para o transporte, georreferenciamento, simulados de hardware, mapeamento de rotas do AELIS bem como a vistoria técnica de pontos de transmissão da capital.*

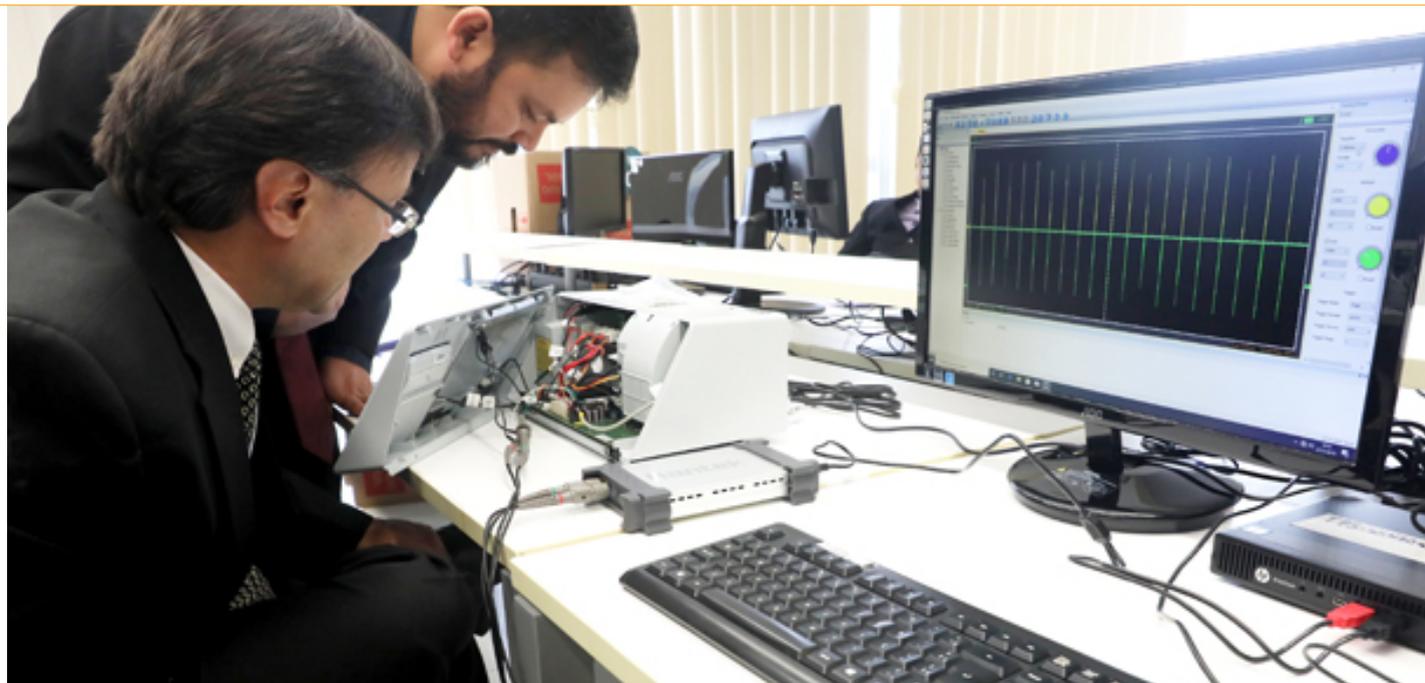
INFRAESTRUTURA DE TI

Diversos sistemas eleitorais são responsáveis pela realização segura das eleições

Em 2019, no período de 25 a 29/11/2019, fora promovido, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a 5ª Edição do Teste Público de Segurança, evento este de suma importância para o aprimoramento do sistema eletrônico de votação já que grupos de investigadores, durante a realização do evento, têm acesso aos sistemas eleitorais, urnas eletrônicas e afins com o objetivo de quebrar as barreiras de segurança que são impostas pelo sistema.

Nesta última edição do Teste, nenhum dos grupos de investigadores conseguiu obter sucesso em suas tentativas.

Quanto aos testes do Sistema de Gerenciamento da Totalização, diante da determinação da Presidência do Tribunal Superior para suspensão dos eventos previstos para o mês de março próximo passado e das medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19), edita-



▲ Servidor do TRE-PA atuando na observação de testes no TPS (em momento anterior à pandemia do Covid-189)

das pela Resolução Administrativa TSE nº 01, de 12 de março corrente, pela Resolução TSE nº 23.615, de 19 de março de 2020, foi definida uma nova formatação dos eventos de Teste de Desempenho da Totalização – TDTOT2020.

Os trabalhos foram divididos em 6 etapas no período de 01/06/2020 a 23/10/2020 e outro antes do 2º turno nos dias 24 e 25/11/2020 e consistiram na execução dos sistemas submetidos a teste por servidores dos TREs nas

dependências do respectivo Tribunal, com o uso de equipamentos configurados para essa finalidade e por servidores dos cartórios eleitorais em suas residências, com o uso de tecnologia de Rede Privada Virtual (Virtual Private Network - VPN) e(ou) Kit JE Connect.

O objetivo do teste foi realizar transmissões de arquivos de urna de forma organizada por todos os envolvidos a fim de avaliar a capacidade e o desempenho dos sistemas eleitorais e da infraestrutura adjacente responsáveis

pela transmissão, recepção dos resultados das urnas e totalização dos mesmos.

Com o objetivo de acompanhar a condução dos trabalhos e manter o sincronismo e entendimento entre os participantes, foram realizadas reuniões prévias e diárias com o uso de ferramenta de videoconferência entre as equipes técnicas do TSE e dos TREs.

Quanto ao Teste em Campo Regional dos Sistemas da Totalização Ecosistema da

Urna 2020 – TCRTOTUE2020, o evento foi realizado no período de 24 a 28 de agosto de 2020. O teste ocorreu de forma mista, com os procedimentos do Sistema de Totalização executados em ambiente remoto através de Virtual Private Network (VPN), e os procedimentos de Urnas executados no TRE, na Seção de Votação Eletrônica.

Para o ano de 2020, houve uma reformulação nos sistemas eleitorais com a centralização do banco e da totalização em Brasília/TSE. Saíram de cena os antigos sistemas “Prepara” e “Gerenciamento” e foi lançado o sistema “SISTOT”.

Outros sistemas também foram lançados, por exemplo o “SIMON”, que gerencia e consulta a integração entre os diversos atores da eleição (SISTOT, Cadastro e Candidaturas). Dessa forma, havia uma necessidade de realizar o treinamento na forma presencial para que este fosse mais produtivo dadas as grandes mudanças ocorridas.

Assim, visando atender a tais necessidades de treinamentos de Sistemas Eleitorais de competência da STI, levando ainda em consideração o cenário de pandemia, foi definido que as Zonas Eleitorais passariam por treinamento presencial limitando-se a 1 servidor por Zona.

Orçamento das Eleições Municipais de 2020

O quadro ao lado demonstra a execução orçamentária relacionada à realização das Eleições Municipais de 2020, viabilizada por meio de descentralização interna (provisão) advinda do Setorial Orçamentária/TSE, em que se observa um percentual superior a 84% do montante consignado na ação orçamentária “Pleitos Eleitorais” com a execução de

despesas que se constituíram os principais dispêndios que viabilizaram o êxito das eleições: a) despesas com pessoal - serviços extraordinários (aprox. 19,8%); b) serviços de tecnologia da informação e comunicação (aprox. 34,5%), que correspondem a despesas com comunicação de dados e contratação de técnicos de urnas e transmissão de dados; c)

outros serviços de terceiros (aprox. 21,5%) que se referem, em sua maior parte, à contratação de serviços de transporte de urnas eletrônicas e materiais eleitorais para atendimento à logística planejada; e d) auxílio financeiro a pessoas físicas (aprox. 8,6%) que representa o benefício alimentação pago a mesários e colaboradores da Justiça Eleitoral.



Tecnologia da informação e comunicação representam mais de 1/3 dos gastos com as eleições.

Detalhamento das Despesas por Grupo e Elemento de Despesa				
GND	Elemento de Despesa	Empenhado	Pago	
Pessoal e Encargos Sociais	Obrigações patronais	9.510,97	8.510,97	
	Outras despesas variáveis - pessoal civil	8.848.493,03	8.067.983,02	
	Total	8.858.004,00	8.076.493,99	
Outras Despesas Correntes	Diárias - pessoal civil	1.075.815,76	1.075.815,76	
	Material de consumo	1.802.477,59	1.676.378,79	
	Material, bem ou serviço para dist. gratuita	10.163,10	9.461,10	
	Passagens e despesas com locomoção	2.403.656,20	2.156.618,56	
	Outros serviços de terceiros - p. Física	804.165,94	800.365,94	
	Locação de mão-de-obra	799.562,68	643.898,27	
	Outros serviços de terceiros PJ - op. int. orc.	9.649.033,37	7.504.149,60	
	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ	15.469.403,65	10.417.558,14	
	Obrigações tributárias e contributivas	60.190,14	60.190,14	
	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	3.864.716,00	3.445.636,00	
	Despesas de exercícios anteriores	6.460,86	6.460,86	
	Indenizações e restituições	37.457,98	27.509,34	
	Total	35.983.103,27	27.824.042,50	
	Total		44.841.107,27	35.900.536,49

Logística de distribuição de materiais de apoio à Eleição

Entradas do Projeto

- ▶ Histórico de consumo em pleitos anteriores
- ▶ Materiais enviados do TSE, incluindo EPIs



Planejamento

- ▶ Iniciado em 2019 ✓
- ▶ Mapeamento: necessidades, quantidade e prazos ✓
- ▶ Elaboração da logística de recebimento, separação e remessa às unidades do Tribunal ✓

Aquisições (R\$ 959.238,80)

- ▶ Aquisição de mais de 100 materiais diferentes ✓
- ▶ Impactos da pandemia na fabricação, comercialização e distribuição dos materiais
- ▶ Atraso na entrega em 30% dos materiais

Distribuição

- ▶ Iniciada em junho de 2020 ✓
- ▶ Separação, embalagem e remessa ✓
- ▶ Entregas realizadas dentro do cronograma ✓

Objetivo

Planejamento, recebimento, separação e distribuição de materiais de consumo para apoio à Eleição 2020.

Escopo

Zonas Eleitorais da Capital e Interior.

Resultados do Projeto

- ▶ Milhões de unid. de materiais adquiridos e distribuídos c/ celeridade; Eleições realizadas s/ falta de material; Segurança a servidores, colaboradores, mesários e eleitores em meio à Pandemia da Covid 19. ✓

CANDIDATURAS

Propaganda e Horário Eleitoral

Provimento do Poder de Polícia

Em 2020, a Corregedoria Eleitoral publicou o Provimento nº. 4/2020, que dispõe sobre as rotinas para o exercício do poder polícia no 1º grau nas eleições 2020. Além da norma, a Corregedoria providenciou eventos a fim de esclarecer os aspectos jurídicos-administrativos teóricos e práticos do poder de polícia.

Orientação à Propaganda Eleitoral

A Cartilha da Propaganda Eleitoral, elaborada por servidores da Corregedoria Regional Eleitoral, consolidou o conteúdo da Resolução TSE nº. 23.610/2019 e destinou-se a orientar os players do processo eleitoral - juízes e promotores eleitorais, servidores públicos, candidatos, partidos políticos e eleitores -, contendo as regras sobre a propaganda eleitoral aplicáveis às Eleições Municipais de 2020, de modo a facilitar a compreensão e a obediência às normas por todos os participantes do processo eleitoral.

A cartilha é um guia rápido que atende às necessidades rotineiras dos profissionais que lidam com a matéria, pois aborda os temas de forma didática, utilizando uma linguagem simples e direta, bem como traz ilustrações do que é permitido e proibido na propaganda, além de vídeos com comentários pertinentes a algumas matérias.

Dentre a **interatividade da Cartilha**, destacam-se:

- ▶ 1. *Hiperlinks às redes sociais oficiais do Tribunal Regional Eleitoral do Pará e legislação aplicável;*
- ▶ 2. *QR-Codes para acesso a vídeos rápidos hospedados no YouTube, os quais abordam temas consolidados na jurisprudência do TSE, ou acerca da inovação legislativa prevista para as eleições 2020;*
- ▶ 3. *Glossário de termos aplicáveis à propaganda eleitoral;*
- ▶ 4. *Divulgação de canais de acesso (ouvidoria e cartórios eleitorais) para noticiar propaganda irregular.*

Guia prático da Propaganda Eleitoral

O guia é uma ferramenta de consulta rápida para auxiliar os servidores dos cartórios eleitorais, e também é um material de aprofundamento teórico, contendo as atualizações legislativa e jurisprudencial, já em consonância com a EC 107 de 2020.

O Guia foi composto de fluxogramas, vídeos e apresentações em Power Point do rito para processamento da representação por propaganda irregular, direito de resposta, Representação Específicas e AIJE e Crimes na Propaganda.

Também conta com apresentação do quadro



comparativo das sanções da Resolução TSE nº. 23.610/20; quadro comparativo das ações eleitorais cíveis e modelos de citação e intimação de representação por propaganda irregular, direito de resposta, Representação Específicas e AIJE.

Por fim, traz a compilação dos endereços para intimações ou citações das emissoras de rádio e televisão para os fins do art. 10 da Res. 23.608/2020 – endereços de rádio e TVs. Horário Eleitoral

Horário Eleitoral

Constituiu-se Grupo de Trabalho com as zonas eleitorais de Belém (1ª, 29ª, 30ª e 73ª), competentes pelo julgamento da propaganda, para a organização da reunião com os partidos políticos e a representação das emissoras de rádio e de televisão para elaborar o plano de

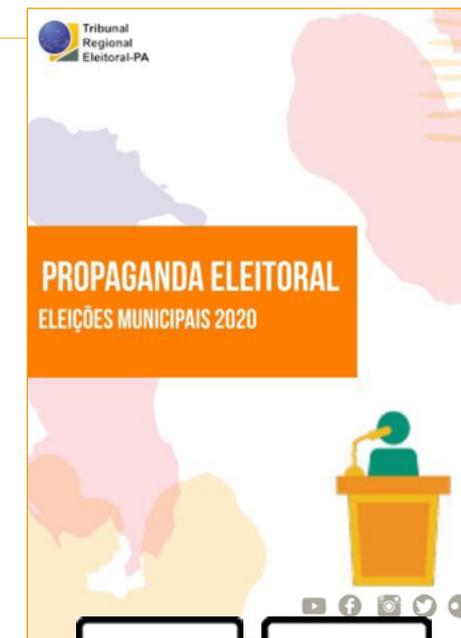
Reunião realizada para montar o plano de mídia para o horário eleitoral.



mídia, para uso da parcela do horário eleitoral gratuito a que tenham direito na capital. O Juiz Dr. Jackson José Sodré Ferraz - Juiz Eleitoral da 29ª Zona foi escolhido coordenador da Comissão da Propaganda Eleitoral na capital.

A reunião foi presencial e ocorreu no Plenário Antônio Koury – Tribunal Regional Eleitoral do Pará no dia 5 de outubro de 2020 e foi a primeira reunião com o público externo no TRE após o retorno ao trabalho presencial.

A reunião contou com o apoio de várias unidades do Tribunal e contou com todas as medidas de segurança e prevenção ao COVID-19.



Acima, a **Cartilha da Propaganda Eleitoral** que foi amplamente divulgada para partidos políticos, candidatos e órgãos de imprensa.

Uso de **vídeos em QR-Codes** foi uma grande novidade da Cartilha e do Guia Prático da Propaganda.

Abaixo, segue o **link da Cartilha**:

<https://www.tre-pa.jus.br/eleicoes/eleicoes-2020/orientacoes>

CANDIDATURAS

Requerimentos de registro de candidaturas municipais

A Emenda Constitucional (EC) nº 107/2020, adiou o primeiro e o segundo turno das Eleições Municipais deste ano, respectivamente, para os dias 15 e 29 de novembro, em razão da pandemia provocada pelo novo coronavírus. Com a prorrogação do pleito, também foram fixadas novas datas para outras fases do processo eleitoral de 2020, entre elas a de registro dos candidatos escolhidos em convenções partidárias. O prazo final para a apresentação do pedido de registro de candidatura na Justiça Eleitoral, inicialmente definido para 15 de agosto, passou para o dia 26 de setembro.

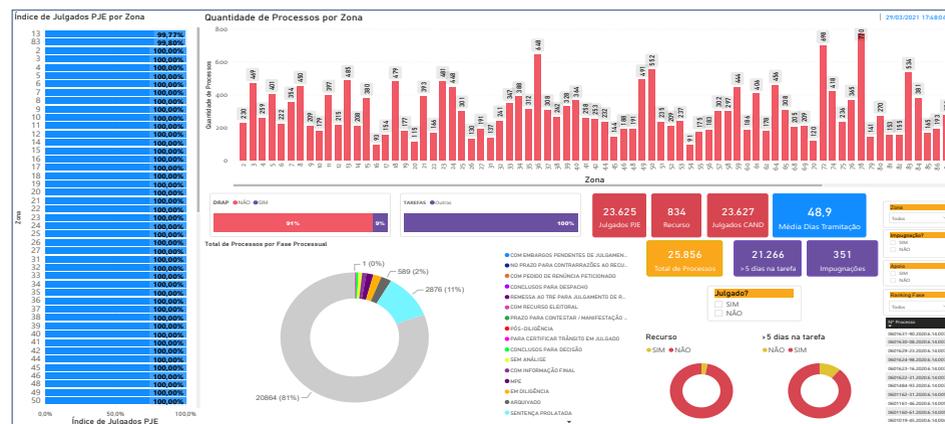
A fim de se adequar aos novos prazos, a Secretaria Judiciária adotou uma série de medidas para dar suporte aos servidores das zonas eleitorais, bem como aos candidatos e partidos políticos. Podemos destacar a constituição do Núcleo Especializado de Apoio - NEAPE, voltado para atendimento dos servidores que atuaram ativamente na autuação e análise dos registros de candidaturas, com a utilização de canais de atendimento, como o WhatsApp, tornando a comunicação mais eficiente e veloz com os clientes. No particular, os canais permitiram o repasse simultâneo de informações a todo o grupo, evitando que as mesmas perguntas fossem formuladas por diversos interessados. Ainda, a criação de grupo exclusivo para mensagens impor-

tantes trouxe mais segurança para todos os envolvidos, multiplicando o conhecimento.

Vale ressaltar, o uso do sistema de processo judicial eletrônico (PJe) utilizado para a recepção, processamento e julgamento de todos os processos afetos ao pleito. Os ganhos de produtividade e agilidade no trâmite processual são inegáveis. Paralelo a isso, destaca-se o desenvolvimento, em parceria com a STJ, de ferramenta de gestão processual no PJe, com base nas planilhas da Secretaria Judiciária. No caso, foram desenvolvidos dois sistemas: REGCAND, voltado para controle dos registros de candidaturas no 1º Grau, e Gestão Processual, para os demais processos no 2º Grau. As ferramentas permitiram o fácil e automático acompanhamento dos

processos pelos Cartórios e Tribunal, com destaque ao uso pelos gabinetes de juizes-membros quanto aos seus respectivos processos. Ainda, o cruzamento de bancos de dados proporcionado pela tecnologia permitiu o monitoramento do andamento dos registros de candidaturas nas zonas eleitorais.

O mapeamento antecipado dos processos de trabalho, a elaboração de modelos e fluxogramas do registro de candidaturas, a capacitação para público interno, como por exemplo: treinamentos gravados sobre registro de candidaturas, disponibilização do material para os interessados assistirem ou rever conforme necessário, elaboração do manual de registro de candidaturas foi fundamental para o sucesso do registro de candidatura no Pará.



▲ Dashboard dos processos de registro de candidaturas auxilia no controle dos julgamentos

Diplomação dos eleitos em 2020



▲ Cerimônia de diplomação dos candidatos eleitos no município de Belém

Na manhã do dia 18.12.2020, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará diplomou oficialmente os candidatos eleitos a prefeito, vice-prefeito e vereadores de Belém, escolhidos no pleito eleitoral de 2020. A cerimônia iniciou às 9h30 e foi aberta pelo presidente da 98ª Junta Eleitoral, o juiz João Lourenço Maia da Silva.

A cerimônia foi encerrada pelo Presidente do regional, desembargador Roberto Moura. “Celebramos hoje o ápice das eleições 2020 com a diplomação dos que efetivamente foram eleitos. É importante também enaltecer o trabalho de todos os que fazem a justiça Eleitoral paraense: auxilia-

res, mesários, estagiários, servidores, magistrados e membros desta corte eleitoral. Deixo aqui o meu muito obrigado!”

Ao todo, foram diplomados 35 vereadores, além do prefeito e vice-prefeito. Estiveram presentes na cerimônia a vice-presidente e corregedora do tribunal, desembargadora Luzia Nadja Nascimento, o Procurador Eleitoral, Felipe Moura Palha, os juizes Sérgio Wolney, Álvaro Norat, Edmar Silva, Luzimara Moura, Diogo Condurú e a Promotora Eleitoral da 98ª ZE Joana Chagas Coutinho, além do Procurador Geral de Justiça, Gilberto Valente.

Atuação do Gabinete de Segurança nas Eleições 2020

A atuação do Gabinete de Segurança Institucional (GSE) do TRE-PA nas Eleições Municipais de 2020 foi efetivada por meio de algumas ações estratégicas, em especial relacionadas à articulação com diversas instituições de segurança pública.

Dentre estas atividades, podem ser citadas:

▶ *a) reuniões com Órgãos de Segurança Pública – Polícias Militar, Civil, Federal e Rodoviária Federal, Exército Brasileiro, Corpo de Bombeiros, Departamento Estadual de Trânsito do Pará (Detran), Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém (Semob), entre outras. Estas reuniões visavam planejar e acompanhar assuntos relacionados a segurança do Pleito de 2020;*

▶ *b) interação com a Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado, tanto para repasse de dados de pleitos anteriores, quanto para solicitar providências relacionadas ao pleito de 2020;*

▶ *c) planejamento e definição dos locais com mais necessidade de reforço de segurança.*

Além das ações específicas ao pleito eleitoral, ao longo do ano o GSI desempenha atividades relacionadas à segurança que buscam garantir a integridade do patrimônio público, de servidores, autoridades e do cidadão que usa os serviços eleitorais presencialmente e o regular funcionamento das unidades da Justiça Eleitoral.

Assim, para concretizar estes objetivos, outras atividades tornam-se necessárias, como as destacadas no box ao lado.

- ▶ Acompanhamento das Seções Plenárias na Sede do TRE-PA;
- ▶ Desenvolvimento de ações relativas a segurança das unidades sob responsabilidade do Tribunal (Sede, Centra de Atendimento ao Eleitor, Depósito de Urnas e Material e Cartórios Eleitorais da Área Metropolitana e interior do Estado);
- ▶ Fiscalização e acompanhamento da execução dos Contratos de vigilância armada patrimonial e vigilância eletrônica sensoriada;
- ▶ Vistoria e análise de locais de realização de atendimentos itinerantes do TRE-PA;
- ▶ Acompanhamento das atividades de manutenção e abastecimento dos Caixas Eletrônicos (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- ▶ Acompanhamento de diversas ações de dedetização do “Complexo Sede”, sob responsabilidade da Seção de Administração de Edifícios (SEADE) do TRE-PA.



Gabinete de crises reunido na sede do TRE/PA



Reunião com a Secretaria de Segurança Pública do Pará: planejamento da segurança nas eleições.

Contratos de vigilância armada patrimonial

Contratos	Vigilância Armada	Empresa
112/2018	Belém – 5 (cinco) postos, sendo 3 (três) de 24hs e 2 (dois) de 44hs semanais.	Polo Segurança
	Ananindeua – 3 (três) postos, sendo 1 (um) de 24hs e 2 (dois) de 44hs semanais.	
119/2018	Marabá – 1 (um) posto 44hs semanal.	Polo Segurança
	Santarém – 1 (um) posto 44hs semanal.	

Contratos de vigilância eletrônica sensoriada

Contratos	Serviço	Empresa
14/2017	43 (quarenta e três) postos instalados em Cartórios Eleitorais das Mesorregiões Metropolitana (09) e na Nordeste (34).	AMATEC
23/2017	29 (vinte e nove) postos instalados em Cartórios Eleitorais das Mesorregiões Sudeste (20) e na Sudoeste (09).	AMATEC
117/2019	23 (vinte e três) postos instalados em Cartórios Eleitorais das Mesorregiões do Baixo Amazonas (10) e na Marajó (13)	PREMIER

LOGÍSTICA DE ELEIÇÃO

Milhares de urnas eletrônicas tornam a eleição ágil e segura

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) possuía, até o início do biênio, o total de 21.643 urnas eletrônicas armazenadas, em sua grande parte, no depósito de urnas do município de Ananindeua onde se localiza também o Núcleo Gestor de Urnas Eletrônicas, que realiza a administração do parque de urnas eletrônicas (UEs).

Entretanto, no contexto da descontinuidade em nível nacional do uso das urnas modelo 2008, surgiu a necessidade do TSE redistribuir urnas entre todos os Regionais para possibilitar a reposição das urnas perdidas por aqueles estados mais afetados com a perda das UES 2008.

A descontinuidade de tais urnas já era certa, e o TSE se programou para fazer sua reposição por novas unidades. Porém ocorreu um grande atraso na licitação nacional para compra de novas Urnas, certame que só foi concluído em Julho de 2020 com a vencedora sendo a empresa Positivo Informática.



Dada a impossibilidade de produção e distribuição de novas unidades de UEs, pelo curto tempo até o pleito e ainda, dentro da pandemia, a redistribuição de urnas se tornou imperiosa para garantir a realização das eleições, sob um estudo encomendado a todos os Tribunais com o nome de “Redimensionamento de Mesas Receptoras de Votos” (MRV).

O Tribunal Superior Eleitoral inicialmente propôs a cessão de aproximadamente 4000 urnas do Pará para outros Estados. No entanto, a cessão desse quantitativo tornaria inviável a realização das eleições municipais no Pará.

Então, dois estudos feitos conjuntamente entre a COLOG e o Gabinete da STI foram encaminhados ao TSE com diversos cenários possíveis, demonstrando a situação diferenciada do Estado no contexto nacional. Por

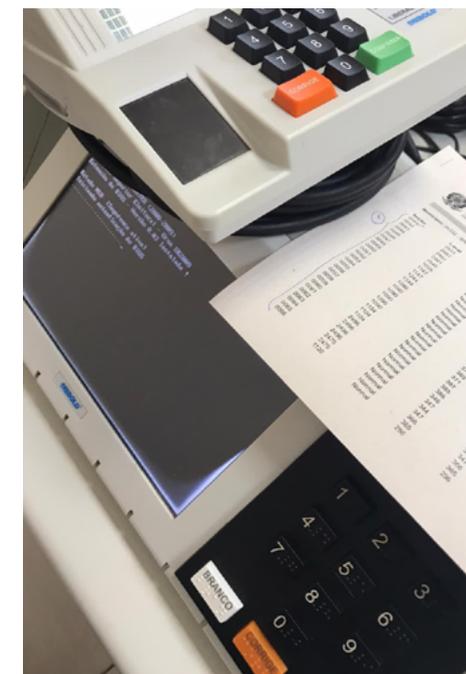
meio de tais estudos o Tribunal, aumentando o limite de eleitores nas agregações e reduzindo as urnas de contingências, acabou por propor ao TSE a cessão de 1300 (mil e trezentas) urnas eletrônicas.

Ao final do processo as justificativas dadas pelo TRE-PA foram aceitas pelo TSE e a cessão efetiva de urnas do Regional foi de 1.070 (mil e setenta) unidades de Urnas 2009 aos Estados da Bahia e do Espírito Santo, o que ocorreu em julho de 2020.

Atualmente, o parque de UEs do TRE-PA é de 20.573 unidades distribuídas em modelos de acordo com o ano de lançamento. O Regional possui os modelos 2009, 2010, 2011, 2013 e 2015, em que o modelo 2009 representa 72,6% do parque, seguindo do modelo 2015 com 17% do total.



Programas da Justiça Eleitoral apresenta a urna eletrônica a criança: **despertando a cidadania.**



Urna sendo preparada com dados de candidatos, eleitores e seções para uso no dia da eleição.

LOGÍSTICA DE ELEIÇÃO

Pontos de Transmissão

Normativos relacionados ao processo:

- ▶ Portaria TRE-PA Nº 19579/2020: institui a Comissão Gestora de Pontos de Transmissão, designada pela sigla GTPONTO-2020.
- ▶ Resolução Nº 5.666/2020: Dispõe sobre a instalação de pontos de transmissão descentralizada de Boletins de Urna nas Eleições 2020.

Principais entregas

- ▶ Estabelecimento dos Critérios para Instalação de Pontos de Transmissão. Eleições 2020. (ref. Proc SEI 0010758-03.2020.6.14.8000)
- ▶ Acompanhamento do Cadastro/Revisão de pontos de transmissão Eleições 2020 por meio do Sistema AELIS 2020
- ▶ Validação e homologação dos pontos de transmissão informados pelas zonas eleitorais no sistema AELIS.
- ▶ Publicação pontos de transmissão Eleições 2020. 1º Turno/2º Turno (<https://www.tre-pa.jus.br/eleicoes/eleicoes-2020/pontos-de-transmissao-eleicoes-2020>)

Pontos de transmissão possibilitam a apuração rápida e segurança das seções em locais remotos.

Quantitativos de Pontos de Transmissão

- ▶ 1.309 Pontos de Transmissão
- ▶ 452 pontos SMSAT (Bgans)
- ▶ 2.840 (dois mil oitocentos e quarenta reais) unidades de memória flash do tipo pendrive de 16 GB
- ▶ 754 pontos JEConnect

Contratos Relacionados

- ▶ CTOs 97 & 99/2020 - Valor Total executado R\$ 4.954.817,00



Apuração e totalização dos resultados das Eleições 2020

A Comissão Apuradora do Tribunal Regional Eleitoral para as Eleições de 2020 foi instituída pela Resolução nº 5483, de 30 de agosto de 2018, tendo como Presidente o Excelentíssimo Senhor Juiz Amilcar Roberto Bezerra Guimarães e membros os Excelentíssimos Senhores Juizes Arthur Pinheiro Chaves e José Alexandre Buchaca Araújo.

Para auxiliar seus trabalhos foram designados, pela Portaria nº 18101, de 10 de setembro de 2018, referendada pelo Presidente da Comissão, os seguintes servidores: 1) Renato Holanda Alves, Secretário Judiciário, na qualidade de Secretário da Comissão; 2)

Vespasiano José de Rubim Nunes Neto, Coordenador de Registros Partidários, Autuação e Distribuição; 3) Felipe Houat Brito – Secretário de Tecnologia da Informação; 4) Salomão Fernandes de Freitas Júnior – Coordenador de Sistemas; 5) Sandro Marcelo Ati Tadaiesky – Chefe da Seção de Banco de Dados; 6) Elder Brasil Duarte – Oficial de Gabinete (Gab-III) dos Juizes Membro e 7) Dimitri Maia Pinheiro – Assessor II da Assessoria Jurídica da Corregedoria Regional Eleitoral.

A equipe elaborou roteiro e cronograma de trabalho envolvendo as diversas atividades previstas no Código Eleitoral e Resolução TSE

nº 23.554/17, as quais envolvem a oficialização do sistema de gerenciamento, acompanhamento da apuração, análise dos eventuais recursos e impugnações azeitados e, ao final, proclamação do resultado na circunscrição.

Os atos normativos regentes, editais, atas, relatórios e demais peças produzidas no curso dos trabalhos constam do Processo de Apuração de Eleição, tombado no PJe sob o nº 0602252-98.2018.6.14.0000.

No pleito de 2020 os trabalhos de apuração se concentraram em estrutura especial montada no Auditório Ivan Melo, 3º Andar do Prédio Sede.



Sistema AELIS 2020 - Módulo de Acompanhamento: em tempo real a apuração de todas as seções eleitorais.

Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

Declaração do Contador

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas em 31 de dezembro de 2020, do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE/PA).

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro 2020 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil, presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas encerradas em 31 de dezembro de 2020, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto ao assunto mencionado a seguir.

Registra-se a restrição contábil 634 (falta de avaliação de bens móveis, imóveis, intangíveis e outros), em razão de se verificar que o Ativo Imobilizado pode apresentar valores desatualizados devido à falta de reavaliação de bens imóveis registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUNET). A unidade responsável por realizar as reavaliações de imóveis (SENGE), manifestou-se no Processo Eletrônico 0014929-03.2020.6.14.8000, informando que está sendo elaborado um plano de ação pela Coordenadoria de Edificações e Infraestrutura (COEDI) visando realizar as atividades técnicas de avaliação imobiliária dos imóveis do TRE/PA no decorrer do ano de 2021, em obediência à Instrução Normativa SPU nº 5, de 28/11/2018 e Portaria Conjunta STN/SPU nº 703, de 10/12/2014.

Belém-PA, 19 de fevereiro de 2021.

Joelma Oliveira Souza

Analista Judiciário – Contadora Responsável – CRC-PA: MA-009711/O-4 T PA

Principais informações orçamentárias, financeiras e contábeis

Conformidade contábil

De responsabilidade do Contador do Órgão, a Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na

certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Lei Orçamentária Anual (LOA)

Lei nº 13.978/2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 20/01/2020.

Na concepção da LOA, foi fixada dotação orçamentária ao TRE/PA para atender os seus gastos correntes e de capital (investimentos). As despesas correntes servem à manutenção e ao regular funcionamento dos serviços prestados pelo Órgão. As de capital, no

caso específico do Tribunal, em geral se referem à aquisição ou à produção de bens (móveis e imóveis) a serem utilizados na geração de seus serviços e que integrarão o patrimônio público.

Em função do princípio da Unidade de Tesoureira de que trata o art. 56 da Lei nº 4.320/1964, não há previsão de receitas próprias para o TRE/PA na LOA.

Recursos Financeiros

Para custear o pagamento de suas despesas orçamentárias, o Tribunal conta, exclusivamente, com recursos financeiros do Tesouro Nacional, recebidos por intermédio da Setorial Financeira da Justiça Eleitoral (TSE), mediante sub-repasses. Desse modo, o planejamento financeiro do Órgão depende das políticas econômica, fiscal e administrativa decididas pelo Governo Federal.

Os recursos financeiros para custeio das despesas primárias (obrigatórias

e discricionárias) obedecem ao limite anual de pagamentos, em cumprimento à Emenda Constitucional nº 95/2016, que trata do Teto dos Gastos Públicos.

Para o exercício de 2020, a Portaria TSE nº 48/2021 estabeleceu os números finais para o limite de pagamentos das despesas primárias dos Tribunais Eleitorais, ficando para o TRE/PA os valores demonstrados no quadro ao lado.

Mês	Ocorrência	Quant	Restrição Apontada
Jan	Não	-	-
Fev	Não	-	-
Mar	Sim*	1*	*Conformidade não registrada devido à perda do prazo. A análise foi realizada e não haveria o apontamento de restrição.
Abr	Não	-	-
Mai	Não	-	-
Jun	Não	-	-
Jul	Não	-	-
Ago	Não	-	-
Set	Não	-	-
Out	Não	-	-
Nov	Sim	2	634 – Falta Avaliação de Bens Imóveis 705 – Falta Prestação de Contas de Suprimento de Fundos
Dez	Sim	2	634 – Falta Avaliação de Bens Imóveis 705 – Falta Prestação de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro de Créditos Orçamentários (LOA)

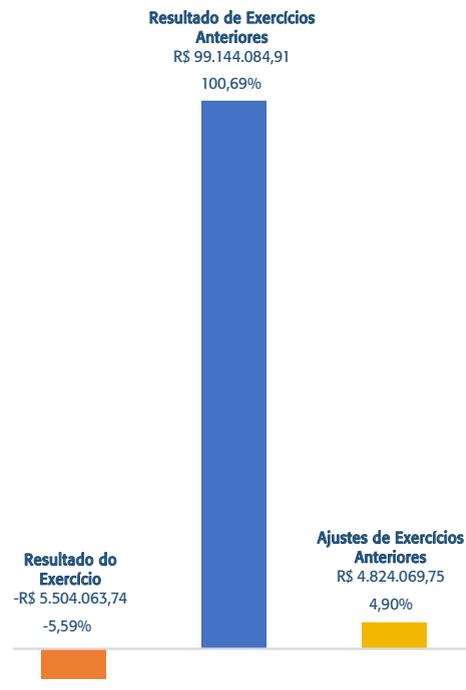
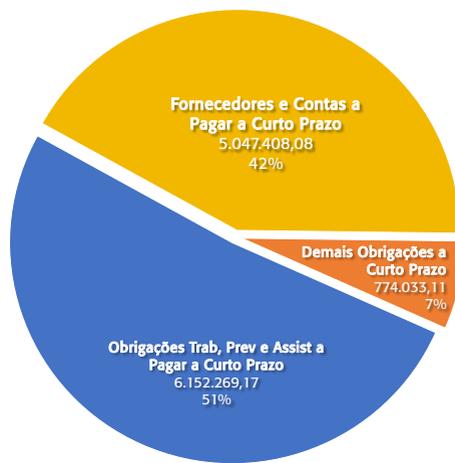
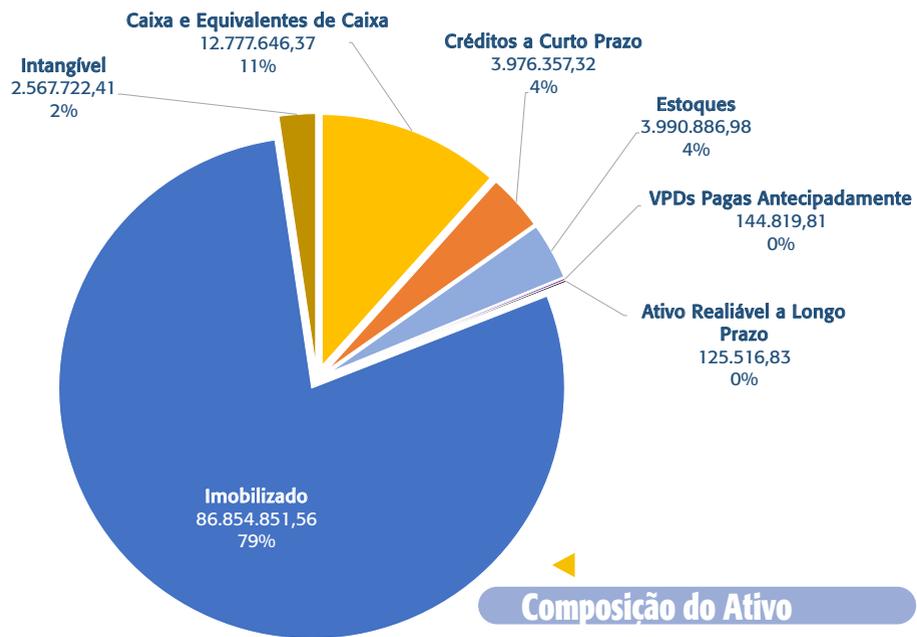
Programa/Ação	Grupo Despesa	Valor (R\$)
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos	3 - Corrente	4.393.740
Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	3 - Corrente	28.209.166
	4 - Investimento	711.371
Ativos Cívicos da União	1 - Pessoal	118.856.064
Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívicos	3 - Corrente	7.619.551
Aposentadorias e Pensões Cívicas da União	1 - Pessoal	21.233.407
Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	1 - Pessoal	17.359.264
Reserva de Contingência – Financeira	9 - Reserva	6.430.305
Total		204.812.868

Unidade Orçamentária	Limites de Pagamento para as Despesas Primárias		
	Obrigatórias	Discricionárias	Total
TRE/PA	163.023.731	29.894.725	192.918.456

Evidenciação da situação e do desempenho financeiro, orçamentário e patrimonial da gestão no exercício por meio de demonstrações resumidas

Composição do Balanço Patrimonial 2020

ATIVO 110.437.801,28	PASSIVO 11.973.710,36
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO 98.464.090,92



Resultado Patrimonial

No confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), apurou-se o resultado negativo no período de R\$ 5.504.063,74.

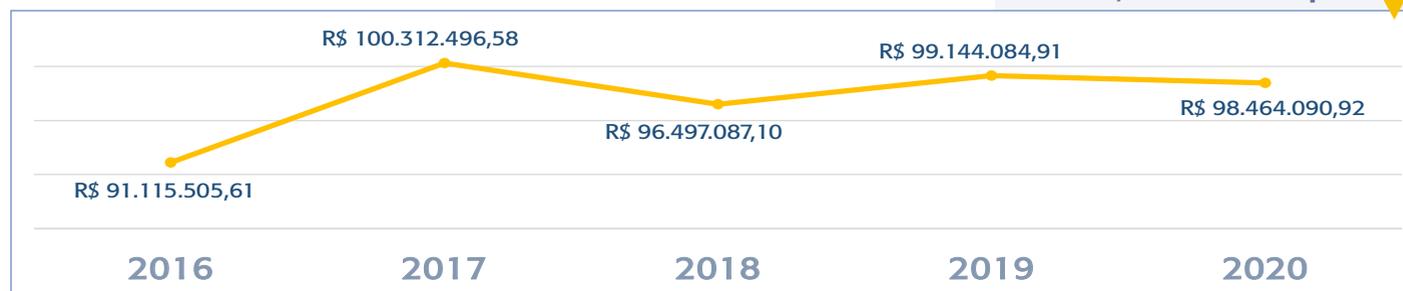
Ressalta-se que o Resultado Patrimonial não funciona como indicador de desempenho no Setor Público, servindo apenas como parâmetro do quanto o serviço público ofertado promove de alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

O Resultado Patrimonial repercute no saldo do Patrimônio Líquido, que se apresentou nos últimos 5 (cinco) exercícios conforme o gráfico abaixo.

Variações Patrimoniais Quantitativas

VPA	VPD	Resultado Patrimonial
259.349.450,57	264.853.514,31	-5.504.063,74

Evolução do Patrimônio Líquido



Evidenciação da situação e do desempenho financeiro, orçamentário e patrimonial da gestão no exercício por meio de demonstrações resumidas

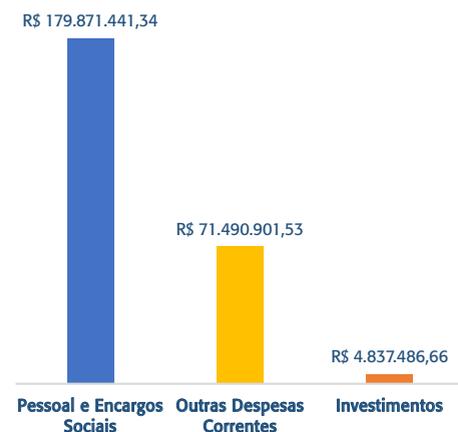
Resultado Orçamentário

No confronto entre as Receitas e as Despesas, apurou-se o resultado de déficit orçamentário no valor de R\$ 256.199.829,53.

Para o TRE/PA não há previsão de receitas na Lei Orçamentária Anual e o valor das despesas corresponde àquelas legalmente empenhadas no exercício (art. 35, II, da Lei nº 4.320/1964).

Execução Orçamentária		
Receitas	Despesas	Resultado Orçamentário
0	256.199.829,53	-256.199.829,53

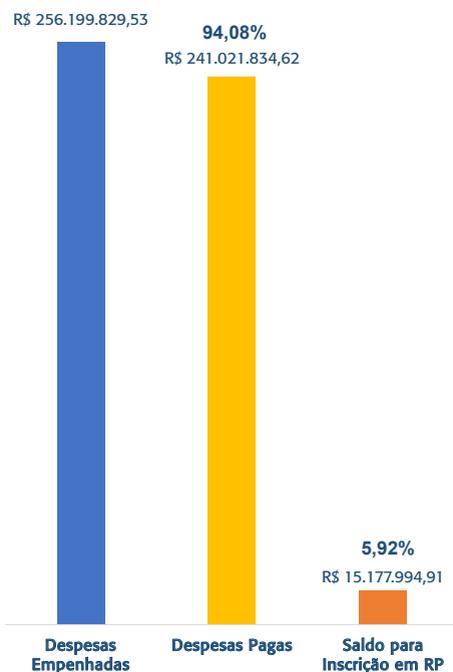
Distribuição das Despesas Empenhadas



Execução do Orçamento 2020 e dos Restos a Pagar

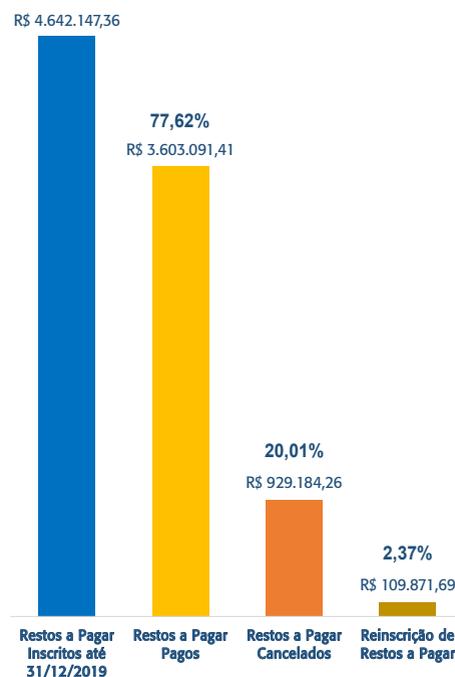
Do total das despesas empenhadas no exercício de 2020, foram pagas 94,08%, sendo o restante (5,92%), direcionado para inscrição em restos a pagar, para fins de execução no exercício seguinte.

Execução do Orçamento 2020



Do total de restos a pagar para execução em 2020, houve o pagamento de 77,62% e o cancelamento de 20,01%, sendo o restante (2,37%), direcionado para reinscrição.

Execução dos Restos a Pagar



Resultado Financeiro

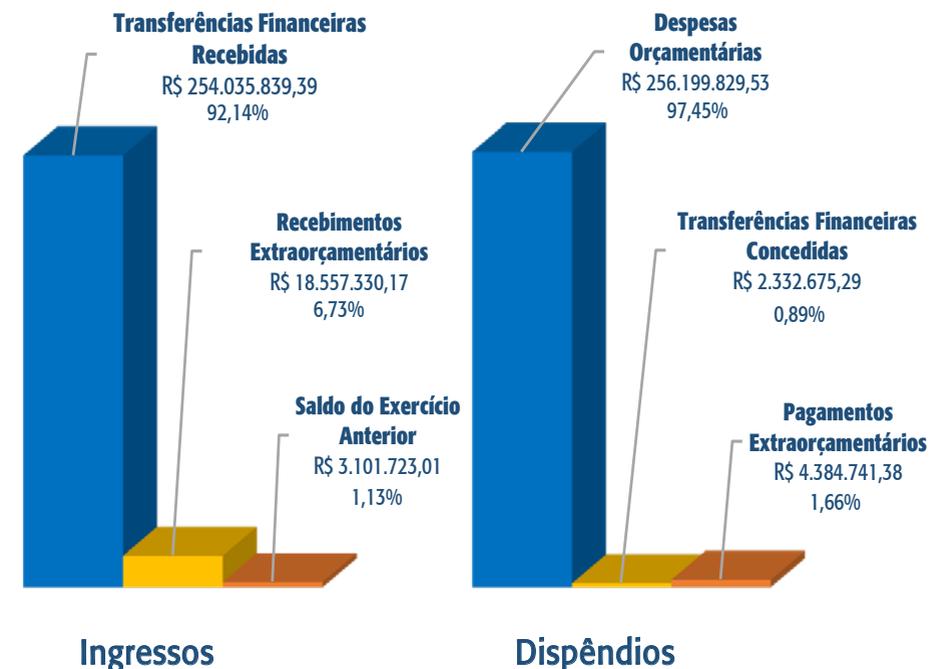
No confronto entre os Ingressos e os Dispendios, apurou-se o resultado positivo no valor de R\$ 12.777.464,37, cujo saldo passa para o exercício seguinte, compondo a conta de Caixa e Equivalentes de Caixa.

Compreendem a maior parte dos Dispendios, as Despesas Orçamentárias, conforme demonstrado no gráfico abaixo (97,45%). As Despesas Orçamentárias são cobertas pelos recursos provenientes das Transferências Financeiras Recebidas e pelo Saldo do Exercício Anterior.

Compreendem a maior parte dos Dispendios, as Despesas Orçamentárias, conforme demonstrado no gráfico abaixo (97,45%). As Despesas Orçamentárias são cobertas pelos recursos provenientes das Transferências Financeiras Recebidas e pelo Saldo do Exercício Anterior.

Execução Financeira		
Ingressos	Dispendios	Resultado Financeiro
275.694.892,57	262.917.246,20	12.777.646,37

Distribuição dos Ingressos e dos Dispendios



Resumo da situação financeira do TRE-PA

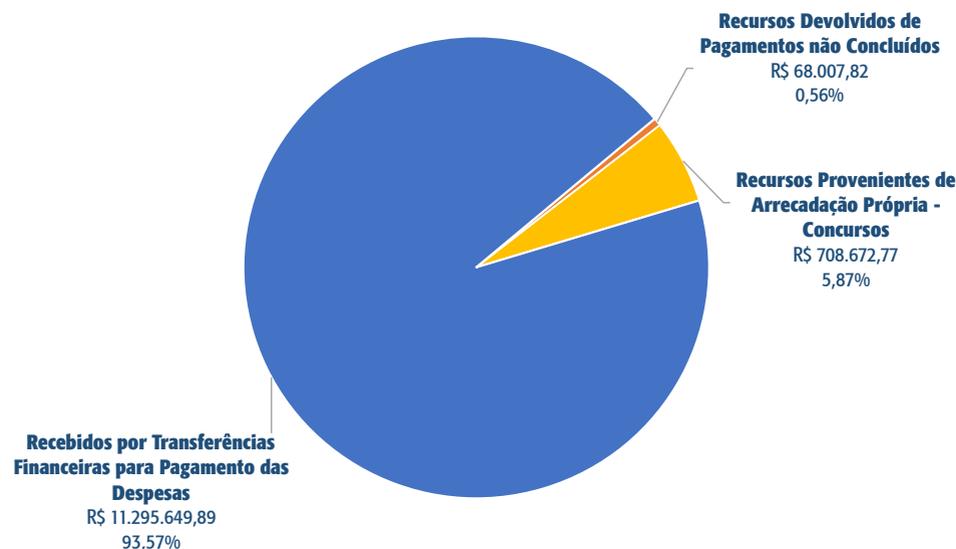
Recursos Financeiros

Os recursos financeiros disponíveis constituem o saldo da Conta Única do Tesouro Nacional - Limite de Saque, totalizando ao final de 2020 o montante de R\$ 12.072.330,48. O elevado saldo se justifica em decorrência da realização das eleições, ou seja, grande parte desses recursos financeiros são destinados ao pagamento das despesas relacionadas aos pleitos eleitorais.

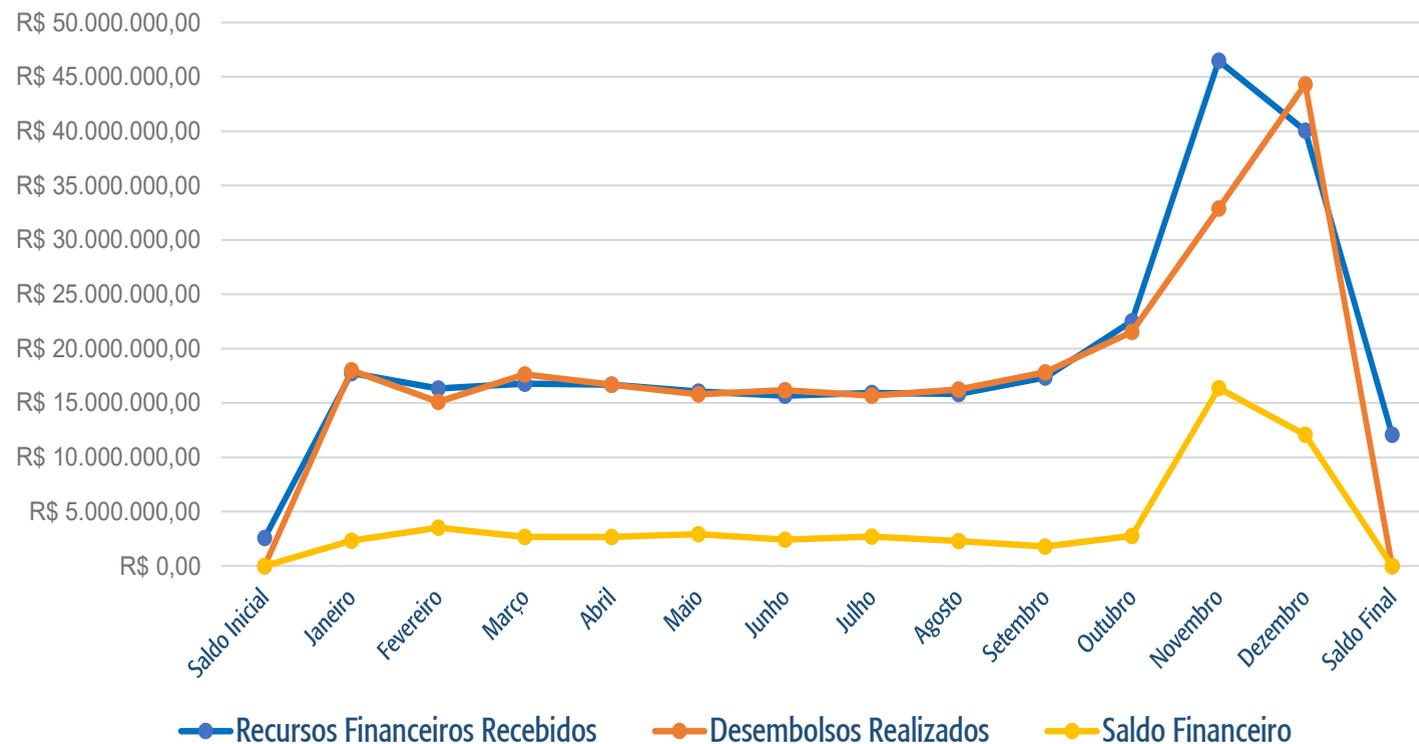
Compreendem o seguinte:

- ▶ Recursos recebidos por meio de sub-repasses do TSE para pagamento das despesas, correspondendo a 93,57%;
- ▶ Recursos de arrecadação própria, provenientes do pagamento de taxas de concursos públicos realizados em exercícios pretéritos, que totalizam 5,87%; e,
- ▶ Recursos de devoluções financeiras, decorrentes de pagamentos cancelados em razão de inconsistências de dados bancários dos credores, correspondendo a 0,56%.

Conta Única do Tesouro Nacional - Limite de Saque



Comportamento Financeiro em 2020



O gráfico demonstra o comportamento financeiro do TRE-PA durante o exercício de 2020.

A linha amarela demonstra os recursos financeiros disponíveis para pagamento das despesas; a linha azul clara demonstra os desembolsos realizados; e a linha azul escura, os saldos iniciais e finais de cada mês.

O exercício iniciou com saldo no montante de R\$ 2.573.914,09.

Durante os meses de janeiro a setembro, os recebimentos variaram entre R\$ 15,6 e R\$ 17,7 milhões, aumentando a partir de outubro em razão das eleições. No mês de outubro totalizou 22,5 milhões; em novembro, R\$

46,4 milhões; e em dezembro, R\$ 40 milhões.

Os desembolsos realizados acompanharam os recebimentos, sendo que em novembro totalizaram R\$ 32,8 milhões e em dezembro, R\$ 44,3 milhões.

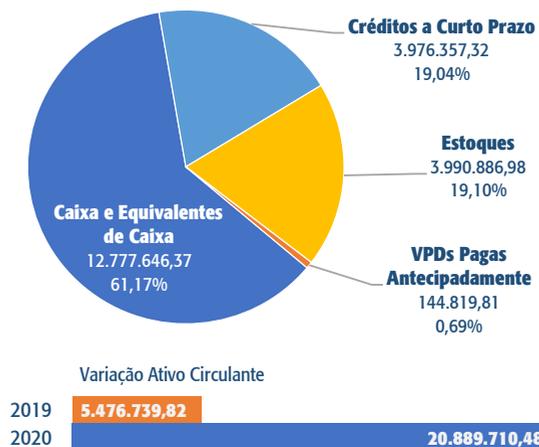
Ao final do exercício, o saldo de recursos financeiros importou em R\$ 12.072.330,48.

Principais fatos contábeis, contas ou grupos de contas, saldos e ocorrências relativos ao exercício 2020

Ativo Circulante

O Ativo Circulante encerrou o exercício de 2020 com o saldo no valor de R\$ 20.889.710,48, representando 18,92% do total do Ativo, distribuído conforme o gráfico abaixo.

Em relação ao exercício de 2019, houve variação de 281,64%, apresentando-se R\$ 15.415.970,66 a maior. Esse resultado é justificado pela variação ocorrida em praticamente todos os grupos que compõem o Ativo Circulante, como Caixa e Equivalentes de Caixa, Créditos a Curto Prazo e Estoques, sobretudo em decorrência das realizações das eleições 2020.



Ativo Circulante – Créditos a Curto Prazo

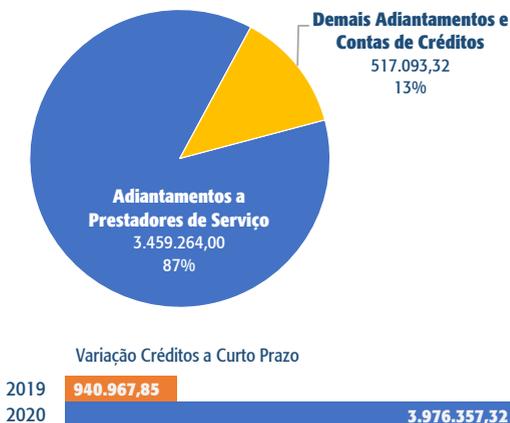
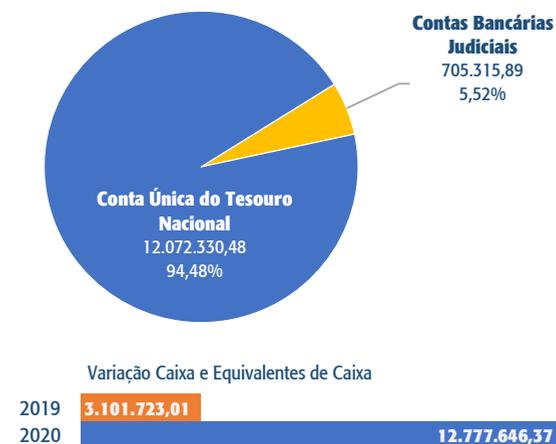
A conta de Créditos a Curto Prazo está constituída de adiantamentos de salários e ordenados concedidos a pessoal, de adiantamentos de suprimento de fundos, de adiantamentos a prestadores de serviços, de créditos administrativos por falta ou irregularidade de comprovação, de créditos e valores a receber por cessão de pessoal e de créditos e valores a receber decorrente de adiantamento de Termo de Execução Descentralizada (TED).

Pela representatividade, cita-se o valor contabilizado em “Adiantamentos a Prestadores de Serviços”, o qual foi gerado a partir dos lançamentos referentes

à concessão de benefícios-alimentação a mesários e colaboradores durante o pleito eleitoral de 2020. Essa conta encerrou o exercício de 2020 com o valor R\$ 3.459.264,00, representando 87% do total de Créditos a Curto Prazo.

As demais contas de adiantamentos e de créditos importaram em R\$ 517.093,32, representando 13% do grupo.

Em relação ao exercício de 2019, houve um aumento patrimonial na ordem de 322,58%, justificado, principalmente, pelo saldo final na conta de “Adiantamentos a Prestadores de Serviços”.



Ativo Circulante – Caixa e Equivalentes de Caixa

Compõem o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa deste Tribunal os valores existentes em contas bancárias (Bancos Conta Movimento – Demais Contas) e na Conta Única do Tesouro Nacional (Recursos Liberados pelo Tesouro – Limite de Saque).

Os valores existentes em contas bancárias referem-se a depósitos judiciais. Ao final de 2020, os valores depositados em contas bancárias judiciais perfaziam R\$ 705.315,89, representando 5,52% do grupo.

Já os valores existentes na Conta Única do Tesouro

Nacional - Limite de Saque, referem-se aos recursos liberados pelo Tesouro Nacional, recebidos por meio de sub-repasses do TSE. A referida conta representa 94,48% do total de Caixa e Equivalentes de Caixa e encerrou o exercício com o saldo de R\$ 12.072.330,48.

Em relação ao exercício de 2019, houve um aumento patrimonial na ordem de 311,95%, justificado, principalmente, pelo saldo final na Conta Única do Tesouro Nacional - Limite de Saque, correspondente a valores recebidos para fazer face às despesas decorrentes da realização das eleições 2020.

Principais fatos contábeis, contas ou grupos de contas, saldos e ocorrências relativos ao exercício 2020

Ativo Circulante – Estoques

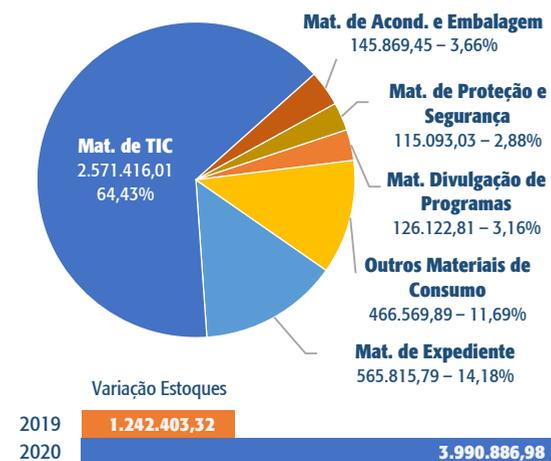
A conta de Estoques é constituída pelos materiais de consumo existentes em almoxarifado.

Ao final de 2020, perfazia R\$ 3.990.886,98, correspondendo a 19,10% do Ativo Circulante. Do total dos materiais em estoque, 64,43% referem-se a Materiais de Tecnologia da Informação e 14,18% a Materiais de Expediente.

O gráfico abaixo demonstra os 5 (cinco) itens de maior representatividade no grupo de Estoques, os

quais correspondem a 88,31% dos materiais de consumo. 11,69% correspondem aos demais itens (Outros Materiais de Consumo).

Em relação ao exercício de 2019, houve um aumento patrimonial na ordem de 221,22%. Tal incremento se deu em razão da execução do orçamento de eleições, ocasionando o aumento no volume de aquisições de materiais de consumo.



Ativo Não Circulante – Imobilizado – Bens Móveis

No decorrer dos últimos anos, parte significativa dos recursos de investimento vem sendo aplicada em Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC. Por essa razão, esses bens correspondem a 66,29% do grupo de Bens Móveis.

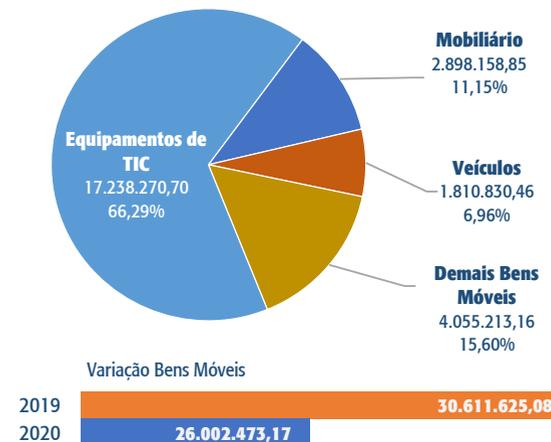
Na sequência, os bens de maior representatividade do grupo são Mobiliário, com 11,15%, e Veículos, com 6,96%. Os demais bens somados compreendem 15,60% do grupo de Bens Móveis.

O gráfico abaixo demonstra esses percentuais e os valores de cada item do patrimônio, já considerando a

depreciação acumulada. Ou seja, trata-se de valores líquidos (ou valores contábeis).

Ao final de 2020, o valor bruto dos Bens Móveis importou em R\$ 58.220.612,72 e a Depreciação Acumulada em R\$ 32.218.139,55, sendo o valor contábil correspondente a R\$ 26.002.473,17.

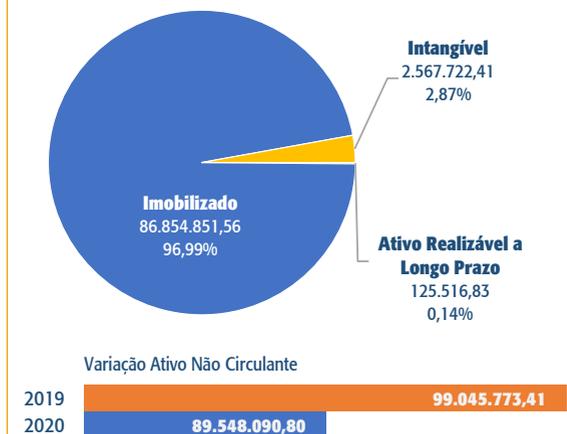
Em relação ao exercício de 2019, houve um decréscimo patrimonial de 15,06%, o qual se deu em virtude da desincorporação de bens em processos de desfazimento e de baixas de equipamentos de TIC enviados a outros Tribunais.



Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante encerrou o exercício de 2020 com o saldo no valor de R\$ 89.548.090,80, representando 81,08% do total do Ativo, distribuído conforme o gráfico abaixo. Observa-se que o imobilizado compreende 96,99% do Ativo Não Circulante.

Em relação ao exercício de 2019, houve um decréscimo patrimonial 9,59%, cujo resultado foi influenciado pela redução no grupo do Imobilizado.



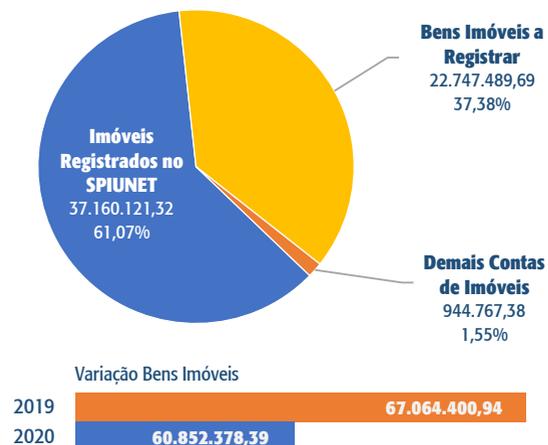
Principais fatos contábeis, contas ou grupos de contas, saldos e ocorrências relativos ao exercício 2020

Ativo Não Circulante – Imobilizado – Bens Imóveis

Os Bens Imóveis compreendem parte significativa do Ativo Imobilizado, correspondendo a 70,06%, dos quais, 61,07 % se referem aos imóveis registrados no SPIUNET (Sistema de Patrimônio que controla os imóveis da União). O valor de R\$ 37.160.121,32 corresponde ao valor líquido, já deduzida a depreciação acumulada, que totaliza R\$ 951.828,26. A depreciação incide somente sobre os imóveis registrados no SPIUNET.

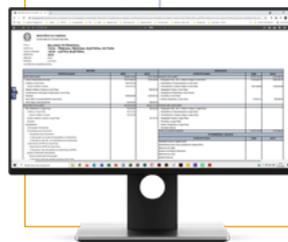
Os Imóveis a Registrar representam 37,38%. Evidencia os imóveis que ainda não foram registrados no SPIUNET, em razão de pendências de documentação ou de outras providências na Secretaria de Patrimônio da União ou em Cartórios de Registro de Imóveis.

Em relação ao exercício de 2019, houve um decréscimo patrimonial de 9,26%, influenciada, sobretudo, pela desincorporação de dois imóveis que compunham a conta daqueles registrados no SPIUNET, os quais foram devolvidos à SPU.



As Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas estão publicadas no Site da Transparência do TRE/PA, podendo ser acessadas em sua íntegra no seguinte endereço:

<https://www.tre-pa.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/demonstracoes-contabeis>



As conclusões de auditorias independentes e/ou dos órgãos de controle público e as medidas adotadas em relação a conclusões ou eventuais apontamentos podem ser acessados no Site da Transparência do TRE/PA, no seguinte endereço:

<https://www.tre-pa.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/prestacao-de-contas-auditoria>

Passivo Circulante – Obrigações a Pagar

Todas as obrigações do Tribunal estão registradas no Passivo Circulante, ou seja, são obrigações de curto prazo.

O gráfico abaixo demonstra a distribuição das obrigações a pagar de curso prazo, compreendendo os saldos das contas “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo” e “Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo”, totalizando R\$ 11.199.677,25. Esse valor corresponde a 93,53% do Passivo.

No caso de Pessoal a Pagar, R\$ 1.929.505,35 corresponde a passivos de pessoal registrados na Contabilidade, cujas obrigações foram reconhecidas sem correspondência orçamentária, ou seja, o pagamento depende de disponibilidade no orçamento de pessoal. A diferença,

no montante de R\$ 4.222.763,82, refere-se a férias vencidas e não pagas no final do exercício, cuja obrigação é contabilizada de acordo com o regime de competência.

Quanto ao grupo de Fornecedores e Contas a Pagar, o valor compreende as obrigações com terceiros pela prestação de serviços ou fornecimento de materiais, cujas despesas já passaram pelo estágio da liquidação, sendo que o pagamento ainda não ocorreu aos credores.

Em relação ao exercício de 2019, o saldo de obrigações a pagar sofreu variação a maior na ordem de 134,43%, ocorrência justificada, sobretudo, pela conta de fornecedores a pagar, dada a execução do orçamento de pleitos eleitorais.



Variação Obrigações a Pagar



Esclarecimentos acerca da forma como foram tratadas as demonstrações contábeis

Base de Elaboração das Demonstrações Contábeis

Estão de acordo com os normativos legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Têm como base o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e são elaboradas a partir dos dados produzidos pelos lançamentos contábeis realizados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Compreendem os seguintes Demonstrativos:

- ▶ Balanço Patrimonial (BP);
- ▶ Balanço Orçamentário (BO);
- ▶ Balanço Financeiro (BF);
- ▶ Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC);
- ▶ Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP); e
- ▶ Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

Normas Aplicáveis à Contabilidade:

- ▶ Lei 4.320/1964;
- ▶ Decreto-lei nº 200/67;
- ▶ Decreto nº 93.872/1986;
- ▶ Lei nº 10.180/2001;
- ▶ Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- ▶ Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP/ NBCASP), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC);
- ▶ Portaria STN nº 510/2016 (estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP);
- ▶ Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª Edição;
- ▶ Manual SIAFI; e
- ▶ Demais normas técnicas aplicáveis.

Principais critérios e políticas contábeis adotadas, considerando as opções e premissas do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP):

a. Caixa e Equivalentes de Caixa – No âmbito da Administração Pública Federal o caixa e equivalente de caixa contemplam a Conta Única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Adota-se como critério de mensuração e avaliação o valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações Contábeis;

b. Depósitos Restituíveis – A União adota o princípio da Unidade de Tesouraria em consonância com o que preceitua o Decreto n. 93.872/86 que em seu art. 1º estabelece que “a realização da receita e despesa da União far-se-á por via bancária, em estrita observância ao princípio da Unidade de Caixa”. Os depósitos restituíveis são ativos financeiros de natureza extraorçamentária, representando entradas transitórias sendo contabilizados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa;

c. Créditos de Curto Prazo – Compreendem os direitos a receber a curto prazo. A sua mensuração e avaliação se dão pelo valor original, acrescidos, quando aplicável, de atualizações monetárias e juros. Estão relacionados, principalmente, com:

- ▶ (i) créditos tributários;
- ▶ (ii) créditos não-tributários;
- ▶ (iii) dívida ativa;
- ▶ (iv) transferências concedidas;

- ▶ (v) empréstimos e financiamentos concedidos;
- ▶ (vi) adiantamentos; e
- ▶ (vii) valores a compensar.

d. Estoques – Conceitualmente representam as mercadorias para revenda (dentre elas os estoques controladores da União), os produtos acabados e em elaboração, matérias-primas e almoxarifado. Sua avaliação e mensuração se dão, na entrada, pelo valor de aquisição ou produção e, na saída, pelo custo médio ponderado;

e. Ativo Realizável a Longo Prazo - Sua avaliação e mensuração ocorre pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias de acordo com as taxas estabelecidas nas operações. Compreendem os direitos a receber a longo prazo e se constituem de:

- ▶ (i) créditos tributários;
- ▶ (ii) créditos não-tributários;
- ▶ (iii) dívida ativa;
- ▶ (iv) empréstimos e financiamentos concedidos;
- ▶ (v) investimentos temporários; e
- ▶ (vi) estoques.

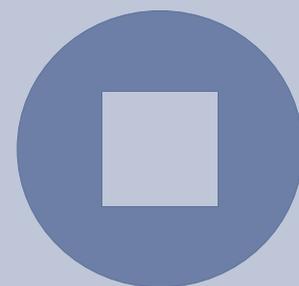
f. Imobilizado – Compreende os bens móveis e imóveis. São reconhecidos pelo seu valor de aquisição, de construção ou de produção. Sobre eles podem incidir depreciação, amortização ou exaustão (no caso de apresentarem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação;

g. Intangível – São direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, com capacidade de geração de benefício econômico futuro ou serviço potencial de serviço para o ente público. No caso, compreende os software adquiridos, que são mensurados e avaliados pelo custo, deduzido da amortização (quando possuírem vida útil definida);

h. Passivos Circulantes e Não Circulantes – São as obrigações da União que são evidenciadas por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e encargos incidentes até a data das Demonstrações Contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes estão subdivididos da seguinte forma:

- ▶ (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- ▶ (ii) empréstimos e financiamentos;
- ▶ (iii) fornecedores e contas a pagar;
- ▶ (iv) obrigações fiscais;
- ▶ (v) obrigações de repartições a outros entes;
- ▶ (vi) provisões; e
- ▶ (vii) demais obrigações.

i) Resultados Acumulados – sob a ótica patrimonial, compreendem o resultado do exercício somado ao resultado de exercícios anteriores que compõem o Patrimônio Líquido da entidade pública.



Tribunal Regional Eleitoral
do Pará